

Francineuma Guedes Cândido  
Sandro César Silveira Jucá  
Solonildo Almeida da Silva



# Entre a História e a Memória

SUBSÍDIOS PARA O  
PROCESSO HISTÓRICO  
DO INSTITUTO  
FEDERAL DO CEARÁ





# Entre a **História** e a **Memória**

SUBSÍDIOS PARA O  
PROCESSO HISTÓRICO  
DO INSTITUTO  
FEDERAL DO CEARÁ

---



Francineuma Guedes Cândido  
Sandro César Silveira Jucá  
Solonildo Almeida da Silva

# Entre a **História** e a **Memória**

SUBSÍDIOS PARA O  
PROCESSO HISTÓRICO  
DO INSTITUTO  
FEDERAL DO CEARÁ

---



Rio de Janeiro  
2020



OS AUTORES responsabilizam-se inteiramente pela originalidade e integridade do conteúdo desta OBRA, bem como isentam a EDITORA de qualquer obrigação judicial decorrente de violação de direitos autorais ou direitos de imagem contidos na OBRA, que declara sob as penas da Lei ser de sua única e exclusiva autoria.

Entre a história e a memória : acervo online sobre o processo histórico do Instituto Federal do Ceará

Copyright © 2020, Francineuma Guedes Cândido, Sandro César Silveira Jucá, Solonildo Almeida da Silva  
Todos os direitos são reservados no Brasil

**Impressão e Acabamento:**

Pod Editora  
Rua Imperatriz Leopoldina, 8/1110 – Pça Tiradentes  
Centro – 20060-030 – Rio de Janeiro  
Tel. 21 2236-0844 • atendimento@podeditora.com.br  
www.podeditora.com.br

**Projeto gráfico:**

Pod Editora

**Revisão:**

Pod Editora

**Imagem de capa:**

Acervo da autora

Nenhuma parte desta publicação pode ser utilizada ou reproduzida em qualquer meio ou forma, seja mecânico, fotocópia, gravação etc. – nem apropriada ou estocada em banco de dados sem a expressa autorização dos autores.

**CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE  
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ**

S581g

Cândido, Francineuma Guedes

Entre a história e a memória : acervo online sobre o processo histórico do Instituto Federal do Ceará / Francineuma Guedes Cândido, Sandro César Silveira Jucá, Solonildo Almeida da Silva. - 1. ed. - Rio de Janeiro : PoD, 2020.

232 p. : il. ; 21 cm.

Inclui bibliografia e índice

ISBN 978-85-8225-275-8

1. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - História. 2. Ensino técnico - História Ceará (Estado). I. Jucá, Sandro César Silveira. II. Silva, Solonildo Almeida da. III. Título.

19-60382

CDD: 373.246098131

CDU: 77(813.1)

24.01.20

Leandra Felix da Cruz Candido - Bibliotecária - CRB-7/6135

*Essa lembrança que nos vem às vezes...  
folha súbita  
que tomba  
abrindo na memória a flor silenciosa  
de mil e uma pétalas concêntricas...  
Essa lembrança... mas de onde? de quem?  
Essa lembrança talvez nem seja nossa,  
mas de alguém que, pensando em nós, só possa  
mandar um eco do seu pensamento  
nessa mensagem pelos céus perdida...  
Ai! Tão perdida  
que nem se possa saber mais de quem!  
(Mário Quintana)*



# Prefácio

Na condição de Curador do Memorial do Instituto Federal do Ceará - Raimundo César Gadelha de Alencar Araripe recebi honroso convite para participar da banca de conclusão de mestrado da aluna Francineuma Guedes Cândido orientada pelo Prof. Dr. Sandro César Silveira Jucá e co-orientada pelo Prof. Dr. Solonildo Almeida da Silva. O Memorial enquanto órgão de cultura e de preservação da memória da instituição disponibilizou documentos e ajudou no que foi possível durante a pesquisa de grande relevo para a história e a memória de nossa entidade.

Concluída a pesquisa e sendo devidamente aprovada no mestrado, indiquei a publicação da investigação por entender a grande relevância do estudo para a memória institucional. E eis que a publicação em livro se torna realidade e, mais uma vez, recebo o convite, não menos vultoso para prefaciar a obra.

Grande responsabilidade tem o prefaciador por ser o responsável pelo discurso preliminar onde se expõe correntemente o motivo da obra e os processos nela seguidos. Preliminarmente é relevante abordar que, para um bom entendimento da língua, contamos com a semântica que vem a ser o estudo da significação dos sistemas das línguas. A sincronia e diacronia se fazem presentes para o entendimento semiológico da história e memória.

Tomando-se como ponto de partida que a memória é a faculdade pela qual o espírito conserva ideias ou imagens ou mesmo as readquire chega-se ao ponto fleumático do estudo em tela. A memória não pode ser aguçada pela paixão ou exaltação e sim deve ser composta com a

paciência e parcimônia dos princípios científicos o que se denota ao ler esta obra. A fala apaixonada dos seres entrevistados é analisada de forma ponderada e por que não, científica, pela pesquisadora para, por fim, relacioná-la com a história institucional fazendo este exercício dicotômico entre a literatura científica e as recordações apaixonadas dos entres entrevistados.

Dentre os vários aspectos da obra se ressalta o estudo histórico da formação profissional no Brasil desde os primórdios da Escola de Aprendizes Artífices até o advento dos Institutos Federais. A educação profissional é tratada em detalhes com o fim de subsidiar a pesquisa. Em outro momento da perquisição a autora discorre sobre história, memória e educação profissional de forma detalhada para, em seguida mergulhar no cerne da pesquisa, qual seja, as narrativas memorialísticas da escola de ensino técnico.

Tecer conhecimento é embrenhar-se pela investigação elucidando angústias advindas das inquietações dos processos, buscando soluções para o que nos inquieta, enquanto investigadores e no caso em tela, educadores. Não basta ser professor e transmitir conhecimentos, vivemos tempos de revolução tecnológica, por conseguinte vivemos o mundo da informação. O papel do professor é preponderante e indispensável, pois só informação não gera conhecimento, no entanto, é premente que professores sejam antes de tudo educadores, semeadores de pensares a partir do mundo da informação para a geração de conhecimentos.

Há uma máxima que diz que não se pode entender o presente sem conhecer o passado para prospectarmos um futuro alvissareiro. Esta máxima aplica-se a qualquer horda humana, mormente as turmas de educadores. Conhecermos nosso passado para prospectarmos um futuro

certeiro é indispensável. Por esta razão o júbilo de quem acredita na educação como ponto crucial de remissão de opressão em todos os aspectos humanos. Somente pela educação de qualidade a humanidade caminhará a passos largos e em paz.

Felizes estamos e felizes somos com o surgimento deste livro que nos ensina detalhes sobre história da educação profissional no Ceará e no Brasil. Detalhes da história do Instituto Federal do Ceará que contam pontos da história da educação brasileira.

Parabéns, pois a professores, educadores, apreciadores da história e memória da educação brasileira e o público em geral. Esta obra é um registro de pessoas empenhadas e crentes na educação como remissão de dias melhores.

Prof. Dr. José Solon Sales e Silva

Professor Titular do Instituto Federal do Ceará - Campus Fortaleza

Curador do Memorial do IFCE

Membro da Academia Ipuense de Letras, Ciências e Artes



## Sobre a Obra

Esta obra aborda o processo histórico do Instituto Federal do Ceará (IFCE), a partir das memórias de sujeitos que vivenciaram sua construção institucional no período correspondente às décadas de 1970 a 1990. O estudo busca compreender como a construção narrativa de memórias de ex-alunos e servidores recompõem a experiência educativa da instituição. Trata-se de um estudo de caso qualitativo, com abordagem histórica, que utilizou a História Oral como método de pesquisa. Partindo dessa compreensão, no desenvolvimento da investigação, foram utilizadas fontes orais, escritas e visuais. Os dados foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas e análise documental. As análises foram orientadas pelos seguintes questionamentos: como se constituiu o processo histórico do IFCE? Qual memória que se tem da instituição? Como as memórias dos sujeitos dessa história contam essa construção? Como resultado, as narrativas dos sujeitos trouxeram elementos sobre o cotidiano da escola e o reconhecimento quanto a qualidade da educação desenvolvida na instituição, sugerindo que a formação oferecida foi além da perspectiva tecnicista, apresentando-se como uma formação ampla, que lhes permitiu tornarem-se indivíduos críticos e contribuiu de forma decisiva na sua vida pessoal e profissional. A investigação permitiu, portanto, concluir que as memórias evocadas por meio de narrativas de experiências de um grupo de sujeitos trazem marcas da coletividade e demonstram o sentimento de pertencimento à instituição, o reconhecimento e a gratidão pela formação adquirida nos cursos técnicos integrados. Esses apontamentos ajudaram a elaborar o produto educacional, parte integrante desta pesquisa, que se constituiu num acervo

de memórias *online*, que apresenta trechos das narrativas memorialísticas associadas a imagens e à ordem cronológica dos acontecimentos históricos e das leis, perpassando por pontos importantes das políticas da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil. Tal produto, além de poder dar significado a diferentes aprendizagens, configurando-se como uma ferramenta útil no processo de ensino, evidenciou a relevância do resgate da memória para a história da instituição.

## Sumário

Prefácio .....	7
Sobre a Obra.....	11
Introdução.....	15
História, memória e educação profissional .....	23
Percurso Metodológico: Contexto e Instrumentos de Pesquisa ....	49
Aspectos Históricos da Formação para o Trabalho no Brasil.....	63
Narrativas Memorialísticas de uma Escola de Ensino Técnico: o que dizem os entrevistados .....	119
Produto educacional .....	157
Considerações Finais .....	199
Referências.....	205
Sobre os Autores.....	217
APÊNDICE A – Roteiro de Entrevista .....	219
ANEXO A – Parecer Consubstanciado do CEP.....	221
ANEXO B – Modelo do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).....	224
ANEXO C – Administração e Corpo Docente da EAA do Ceará no Ano de 1917.....	229
ANEXO D – Equipe Administrativa da EAA em 1937 .....	230



# Introdução

A educação brasileira, desde os seus primórdios, é marcada pela dualidade, com o ensino propedêutico, das escolas secundárias e superiores voltadas à elite e às classes dominantes, e o ensino profissionalizante para o povo. Essa divisão se destaca também quando tratamos da história da educação profissional no Brasil, pois são escassos os registros históricos sobre essa modalidade de ensino, quando comparados à educação oferecida nos espaços escolares, como o ensino secundário e superior. Essa lacuna na história da educação profissional se deve também ao fato de os historiadores privilegiarem o ensino que se destina às elites dirigentes, o trabalho intelectual, em detrimento do trabalho manual destinado às classes sociais desprivilegiadas.

Os primeiros indícios de uma sistematização da educação profissional no Brasil, surgem apenas a partir do século XIX, com ações pontuais que visavam atender os menos favorecidos, desafortunados ou desvalidos da sorte. As primeiras escolas voltadas para o trabalho, de caráter assistencialista, ensinavam ofícios e instruíam esses sujeitos para afastá-los do ócio e da criminalidade. As mudanças econômicas e sociais levaram a uma ruptura com esse modelo, uma vez que era necessário, além de assistir aos mais desfavorecidos, formar mão de obra qualificada frente a aceleração dos processos de industrialização e urbanização que o país vinha experimentando. E aos poucos a educação profissional foi se adequando às demandas da sociedade, sem, no entanto, perder a marca da dualidade que acompanha a educação brasileira desde as suas origens.

A Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica como conhecemos hoje, é resultado de uma série de mudanças ocorridas ao longo do tempo. Decretos, leis e políticas públicas moldaram a educação profissional no nosso país. Consideradas todas essas mudanças, que acompanharam o crescimento e expansão da rede, desde a implantação das Escolas de Aprendizizes e Artífices em 1909 até a criação dos Institutos Federais em 2008, é importante compreender como essas mudanças se concretizaram no interior da instituição e como influenciaram na construção de sua identidade. Um dos caminhos para alcançar esse intento é estudar a trajetória da escola e pensá-la como um espaço singular, pois cada instituição concretiza essas mudanças ditadas pelas leis de modo distinto e próprio, pois em cada espaço há uma memória que se construiu com base nas experiências dos seus sujeitos.

Nesse sentido, este livro, fruto do estudo desenvolvido no Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal do Ceará aborda a educação profissional e técnica, a partir da perspectiva da memória de ex-alunos e servidores da Escola Técnica Federal do Ceará, atualmente Instituto Federal do Ceará. O estudo abrange o período compreendido entre as décadas de 1970 e 1990, visto que neste interstício ocorreram mudanças significativas nessa modalidade de ensino, como a reforma do ensino de 1º e 2º graus, determinada pela Lei nº 5.692/1971, que instituiu a profissionalização compulsória para o segundo grau num período em que o país vivia sob um regime militar, a promulgação da Constituição de 1988, que anunciou a redemocratização do país, e posteriormente, a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Lei nº 9.394, em 1996.

Mas como eu cheguei até aqui? O que me fez estudar essa temática? Qual o local de onde eu falo? Narrar é o ato de contar histórias, relatar

fatos ou acontecimentos. Assim, trago um pouco da minha própria trajetória e do que me levou até a escrita deste trabalho.

Sou natural de Iguatu, cidade do interior do Ceará, minha casa e meu refúgio. Também sou filha de um casal de agricultores, que mesmo na sua simplicidade de trabalhadores que tiveram que abandonar a escola nos anos iniciais para batalhar pelo sustento, nos ensinou, a mim e às minhas duas irmãs, a importância da educação e o poder transformador que ela tem na vida de pessoas pobres. Ingressei na escola pública já nos anos iniciais da educação infantil, passando pelo ensino fundamental e médio até chegar à universidade pública, onde graduei-me no curso de Licenciatura em Letras, na Universidade Estadual do Ceará. Assim, sou uma cria da escola pública, desde os anos iniciais até a entrada neste programa de mestrado e acredito fortemente que ela deve ser valorizada e defendida.

Em 2010 ingressei como servidora no IFCE campus Iguatu, no cargo de auxiliar de biblioteca. No convívio diário com jovens alunos que saíam de suas casas distantes para estudar numa escola com modelo de internato, na expectativa de adquirir uma formação de qualidade e uma profissionalização, me deparei com histórias de vida de superação e luta diária. Histórias de vida que eram transformadas pela educação.

Em 2014, um novo concurso público me levou ao cargo de Técnica em Assuntos Educacionais, e depois de dois anos me trouxe ao IFCE *campus* Fortaleza. Diariamente recebemos em nosso setor, ex-alunos que por algum motivo procuram a instituição em busca de documentos da época em que estudaram aqui. Espontaneamente eles dividem memórias do período que estudaram aqui, evocando lembranças de uma época que marcou suas vidas. Por vezes, a voz embargada e os olhos lacrimejantes, comprovam a importância que essa instituição teve não

só nas suas formações, mas nas suas vidas. Por que uma coisa tão bonita não pode ser contada? As pessoas precisavam conhecer a riqueza dessas narrativas e sentir a emoção que eu sinto a cada relato. E assim, mesmo não sendo historiadora, me desafiei a estudar a história da instituição por esse viés.

Assim sendo, o estudo propôs-se a pesquisar o processo de construção histórica da Escola Técnica Federal do Ceará, no período compreendido entre as décadas de 1970 e 1990, a partir do olhar de sujeitos que vivenciaram o cotidiano escolar, ressaltando a importância do ensino técnico integrado para a formação desses sujeitos. A opção por ouvir as narrativas de sujeitos que presenciaram essa história, buscou memórias e histórias de vida que atribuíssem sentido a essa trajetória.

A partir das circunstâncias elencadas, surgiram questionamentos que orientaram a pesquisa: como se constituiu o processo histórico do Instituto Federal do Ceará? Qual memória que se tem da instituição? Como as memórias dos sujeitos dessa história contam essa construção? Pretendeu-se, ao final do estudo, responder essas inquietações a partir dos discursos produzidos pela narrativa dos sujeitos que participaram diretamente desse processo histórico, observados os contextos socioeconômico e político de cada época. Considera-se que tais discursos podem compor um importante subsídio sobre a história da instituição, além de levar-nos a refletir sobre as mudanças sofridas pela educação profissional ao longo do tempo e a importância da formação oferecida por essa modalidade de ensino.

Para o desenvolvimento do estudo foram colhidas narrativas de memórias de alunos e servidores, através de entrevistas semiestruturadas, na perspectiva da abordagem metodológica da História Oral, sendo que as narrativas orais foram combinadas a documentos escritos e visuais para desenvolvimento do produto educacional.

Com base nessas informações, elaborou-se um material textual que

ajudou a compor uma plataforma *online* interativa, que foi disponibilizada de forma livre na internet.

O produto educacional pode ser, por exemplo, um vídeo, uma sequência didática, um jogo, um manual, um aplicativo, dentre outros. Nesse sentido, o produto educacional proposto nesta pesquisa trata-se de um acervo online, que possui acesso livre e gratuito através do endereço <http://www.ifce.sanusb.org/historia>. O acervo, em formato de *site*, traz dados históricos da instituição desde a sua criação, em 1909, com a Escola de Aprendizes Artífices, até a sua recente transformação em Instituto Federal do Ceará, em 2008, coletados através de pesquisa bibliográfica e análise documental. Tais dados estão mesclados pelas narrativas memorialísticas de ex-alunos e servidores, associadas a registros fotográficos do período, como meio de manter viva a memória daqueles que ajudaram a construir a história e identidade do que conhecemos hoje como Instituto Federal do Ceará.

Com este estudo, objetivou-se, portanto, investigar o processo de construção histórica da Escola Técnica Federal do Ceará, no período compreendido entre as décadas de 1970 e 1990, buscando compreender como a construção narrativa de memórias de alunos e servidores recompõe a experiência educacional numa escola de ensino técnico profissional. Para tanto, delimitou-se como objetivos específicos:

- Situar historicamente, a partir de análise documental, o contexto da Educação Profissional no Brasil e o histórico de formação da Rede Federal de EPT, e como tais elementos influenciam na atual configuração da instituição;
- Reunir memórias afetivas e profissionais de alunos e servidores da antiga Escola técnica Federal do Ceará, a fim de levantar dados sobre o processo histórico da instituição nesse período e utilizá-los

como material textual a ser disponibilizado numa plataforma online;

- Analisar o processo histórico da Escola Técnica Federal do Ceará, através das memórias de alunos e servidores que estudaram ou trabalharam na instituição no período compreendido entre as décadas de 70 e 90;
- Elaborar um produto educacional no formato de plataforma online, com dados históricos da instituição atrelados a registros fotográficos e a memórias, visando destacar a importância do ensino técnico integrado e a influência positiva da instituição na vida dos discentes.

Considera-se, pois, imprescindível, estudar a educação profissional no país, buscando entender como ela se construiu historicamente, pois entende-se que memórias individuais tomadas como documento e analisadas coletivamente podem compor um importante subsídio sobre o processo histórico da instituição, ajudando a caracterizar os processos históricos e os impactos causados pela implementação de políticas públicas voltadas à Educação Profissional e Tecnológica.

No ambiente escolar, os relatos orais oriundos desta pesquisa, bem como o produto educacional criado poderão dar significado a diversas aprendizagens, ao passo que após a divulgação dos dados, estes poderão ser usados em diferentes disciplinas, dada a diversidade de informações produzidas. Pode ainda significar um importante recurso pedagógico, na medida em que poderá instigar os alunos a conhecerem a história da instituição por um viés diferente daquele apresentado nos livros ou documentos oficiais. O contato com relatos e depoimentos de pessoas, que como eles, viveram o cotidiano escolar da instituição, pode representar um ganho imensurável, uma vez que os alunos poderão conhecer a história da escola, contada pela voz dos protagonistas e seus testemunhos repletos de particularidades.

Com base nos pressupostos ora apresentados e nos objetivos estabelecidos para a pesquisa, o estudo foi estruturado da seguinte forma, a fim de apresentar os resultados obtidos: a primeira seção buscou refletir sobre a relação entre memória e história e a sua importância para a educação e seus sujeitos. Apresentado inicialmente uma discussão acerca de memória, tempo e espaço, abordamos a memória coletiva como construção social e a importância das experiências vividas na escola para a composição da identidade, ressaltando a relevância do ensino técnico integrado para a formação dos sujeitos.

A seção seguinte, por sua vez, traz o percurso metodológico da pesquisa e apresenta os sujeitos que contam essa história. A terceira seção foi dedicada a rememorar o processo histórico da educação profissional, considerando o contexto nacional, em termos socioeconômicos e políticos, por meio da análise documental. Tratou-se do processo histórico percorrido pela formação para o trabalho no Brasil, a partir da criação das Escolas de Aprendizes Artífices, em 1909, até o cenário atual, dando-se ênfase à história da Rede Federal no estado do Ceará.

Mais adiante, a quarta seção expõe as análises realizadas a partir das memórias dos colaboradores, abordando o processo histórico da Escola Técnica Federal do Ceará. Em seguida, tratamos da produção técnica, apontando o desenvolvimento do produto educacional, e complementamos o trabalho trazendo algumas considerações, resultantes dos resultados da pesquisa.

A livro apresenta ainda um apêndice com o roteiro de perguntas que nortearam as entrevistas e os anexos onde constam o parecer do Conselho de Ética e Pesquisa do IFCE, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e figuras pertencentes ao corpo do trabalho em formato ampliado, a fim de facilitar a leitura do texto.

Vale destacar que este trabalho está inserido no contexto da memória e da história oral não tendo, portanto, a pretensão de contar uma história de forma linear, mas de entrecruzar memórias a fontes escritas e visuais na perspectiva de desvelar um espaço de educação profissional pelo qual passaram variadas gerações.

# História, memória e educação profissional

A pesquisa em questão pretendeu estudar o percurso histórico da Escola Técnico Federal do Ceará, no período compreendido entre os anos de 1970 e 1990, a partir dos discursos produzidos pelas narrativas (memórias) de sujeitos que participaram diretamente desse processo. Entende-se ser relevante esse olhar sobre o passado, tendo em vista que o ambiente escolar é um espaço dotado de vivências e experiências que vão além dos registros oficiais.

Para tanto, considera-se importante compreender a relação entre memória, história e educação, visto que discursos oriundos das memórias dos sujeitos podem compor um importante subsídio sobre a história da instituição, ao passo que podem levar-nos a refletir sobre as mudanças sofridas pela educação profissional ao longo do tempo.

Na presente seção buscamos refletir sobre os estudos da memória e história, apontado a sua importância para a educação e seus sujeitos, por meio do diálogo com a literatura especializada que serve de base para a discussão. Para alcançar esse intento, apresenta-se inicialmente uma breve discussão sobre história, memória, tempo e espaço, e, em seguida, busca-se compreender a ligação entre memória e educação, mediante as experiências vivenciadas na escola e sua implicação na construção da identidade dos sujeitos. Por fim, remete-se a uma reflexão sobre o estatuto da fotografia como uma forma de linguagem passível de ser lida, reconhecendo-a como fonte de informações histórica que guarda fortes vínculos com a memória.

## Memória, história, tempo e espaço

Pode-se dizer, segundo o senso comum, que a memória se constitui como um conjunto de reminiscências, lembranças de momentos vividos no passado, que despontam no presente. A memória é tida como uma característica humana responsável pela preservação das experiências vividas no passado. De acordo com Jacques Le Goff (1990, p. 423), a memória enquanto propriedade de conservar certas informações, reporta-nos a um “conjunto de funções psíquicas” que permitem ao homem atualizar informações ou impressões passadas, ou que ele entende como passadas. Partindo desse pressuposto, a questão da memória pode ser discutida sob diferentes perspectivas, tendo em vista que seu estudo pode abranger diferentes áreas do conhecimento.

Para tanto, faz-se necessário situar o tema da memória teoricamente, para que tenhamos uma compreensão mais detalhada a respeito dos sentidos e significados da memória, percebendo-a para além da mera lembrança. Vários são os estudos que têm discutido sobre o que é a memória, como ela se constrói, qual a sua relação com a história e como ela pode ser importante para a construção da identidade dos indivíduos.

Maurice Halbwachs (2003), sociólogo francês da escola durkheimiana, assinala a diferença entre a memória individual e a memória coletiva a partir do modo como o passado é organizado sob a forma de memória. Se uma determinada pessoa resguarda o passado e o vê sob o seu ponto de vista, trata-se de uma memória pessoal e interior, ou seja, a memória individual. Para o autor, cada indivíduo possui uma memória pessoal, carregada por suas lembranças, e este pertence a um contexto social e cultural que fortalece e corrobora essas lembranças. Desse modo, a memória do indivíduo sofre diversas influências dos demais sujeitos e suas memórias, sofrendo intervenções do seu meio social, da escola, do

trabalho, da comunidade, da igreja, enfim do meio social e cultural em que vive. Assim, essas diferentes memórias constituem o que o autor chama de memória coletiva, que tem por base um conjunto de pessoas, indivíduos com suas lembranças, partes integrantes de um grupo.

No primeiro capítulo de seu livro, *A memória Coletiva* (2003, p. 29), Halbwachs enfatiza que sempre que precisamos reforçar, enfraquecer ou completar o que sabemos sobre determinado evento, recorremos a outros testemunhos, embora o primeiro a ser consultado seja o nosso próprio testemunho, e assim, apesar de certas divergências, pode-se reconstruir um conjunto de lembranças, baseadas nesses testemunhos, uma vez que eles concordam no essencial. Como esta impressão está baseada também na lembrança de outros, a confiança na exatidão dessa recordação será maior, haja vista que a mesma experiência é confirmada por outros. Desse modo, ao evocarmos junto a outros sujeitos as diversas circunstâncias lembradas por cada um, conseguimos pensar e recordar em comum, e os fatos passados passam a ter maior importância e intensidade, porque não estamos mais sós ao representar nossas lembranças. Assim sendo,

nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos. É porque, em realidade, nunca estamos sós. Não é necessário que outros homens estejam lá, que se distingam materialmente de nós: porque temos sempre conosco e em nós uma quantidade de pessoas que não se confundem (HALBWACHS, 2003, p. 30).

Quando se fala em memória, especialmente no seu caráter psicológico, compreende-se que para que essa “lembrança” exista, é necessário que haja um fato ou acontecimento, associado a presença de um sujeito,

que atuou como participante ou ouvinte daquela situação. Temos aí a memória como a capacidade de guardar uma informação, que posteriormente pode ser resgatada e relatada; é o que se conceitua como memória individual.

Deve-se reconhecer a importância da memória individual nessa construção, no entanto, Halbwachs (2003, p. 39) deixa claro que, apesar de a memória individual possibilitar o reaparecimento de lembranças e testemunhos que havíamos esquecido ou desconhecíamos, ela não é suficiente para recordação e reconhecimento das lembranças, pois se foi suprimida é porque não fazíamos mais parte há muito tempo do grupo no qual ela se mantinha. Assim, para que haja uma consonância entre esses testemunhos e lembranças, é necessário que existam muitos pontos de encontro entre elas, para que a lembrança a ser recordada seja construída sobre uma base comum, a partir de elementos comuns as suas lembranças e as dos demais. Halbwachs (2003, p. 41) destaca ainda que se pode falar em memória coletiva mesmo quando os outros participantes do grupo social ao qual pertencíamos não estejam materialmente presentes, pois esta se concretiza quando evocamos um fato que teve lugar na vida do grupo e que reconhecemos ainda no momento em que o recordamos.

Ainda segundo Halbwachs (2003, p. 69) “cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda segundo o lugar que ali ocupo e que este mesmo lugar muda segundo as relações que mantenho com outros ambientes”. As duas memórias se entrelaçam, tendo em vista que a memória individual abarca e absorve as contribuições externas advindas da memória coletiva, apoiando-se nesses aportes para preencher possíveis lacunas, tornando as lembranças individuais mais exatas. Há, portanto, uma combinação de

influências extremamente complexas, todas de natureza social, que nos permitem compreender melhor essa diversidade:

A sucessão de lembranças, mesmo as mais pessoais, sempre se explica pelas mudanças que se produzem em nossas relações com os diversos ambientes coletivos, ou seja, em definitivo, pelas transformações desses ambientes, cada um tomado em separado, e em seu conjunto (HALBWACHS, 2003, p. 69).

Halbwachs (2003, p.72) afirma que a memória individual “não está inteiramente isolada e fechada. Para evocar seu próprio passado, em geral a pessoa precisa recorrer às lembranças das outras, e se transporta a pontos de referência que existem fora de si, determinados pela sociedade”. Dessa forma, o autor vincula a memória da pessoa à memória do grupo, que por sua vez está atrelada a memória coletiva de cada sociedade. Nesse mesmo aspecto, Bosi (1994, p. 54), apoiada nos escritos de Halbwachs, declara que as memórias do indivíduo já não ficarão mais restritas ao mundo interior/intrínseco da pessoa, mas dependerão da realidade interpessoal das instituições sociais a que ele pertence, ou seja, a memória do indivíduo dependerá dos seus grupos de convívio e dos grupos de referências próprios, como escola, família, classe social e profissão.

Ainda sobre essa perspectiva, Ecléa Bosi (2003, p. 70) alerta para a importância da coletividade no suporte da memória, numa sociedade em que cada vez mais as pessoas se distanciam, se afastam, destruindo os elos que sustentavam as lembranças e “quando as vozes das testemunhas se dispersam, se apagam, nós ficamos sem guia para percorrer os caminhos da nossa história mais recente: quem nos conduzirá em suas bifurcações e atalhos?”. Sem a memória, resta-nos apenas a história oficial como único testemunho do passado.

Ainda nesse sentido, Michael Pollak, no seu trabalho *Memória, esquecimento e silêncio* (1989), dialoga com a obra de Halbwachs ao compreender que a memória individual se produz ao interagir com o coletivo. Para o autor, a memória é uma “operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar” (p. 09).

Em outro ensaio intitulado *Memória e identidade social* (1992), Pollak traz uma caracterização que chama de aproximada, do fenômeno da memória, afirmando que a memória é seletiva, porque nem tudo fica gravado ou registrado. Segundo o autor, a memória é, em parte, herdada, por não se referir apenas à vida física da pessoa, e também sofre flutuações em decorrência do momento em que está sendo expressa, o que pode constituir um “elemento de estruturação da memória”. Assim, essa organização da memória em virtude de preocupações pessoais e políticas vividas no momento, mostra que “a memória é um fenômeno construído”, ou seja, “o que a memória individual grava, recalca, exclui, relembra, é evidentemente o resultado de um verdadeiro trabalho de organização” (POLLAK, 1992, p. 203).

Desse modo, Pollak (1992) afirma que a memória é um fenômeno que se constrói social e individualmente e que há uma estreita ligação entre a memória e o sentimento de identidade, chegando a conclusão de que “a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade”, tanto individual quanto coletiva, visto que ela também é um fator de extrema importância do “sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si” (POLLAK, 1992, p. 204).

Pollak (1992, p. 201) assinala ainda que existem elementos constitutivos da memória: os acontecimentos individuais, vividos pessoalmente e os acontecimentos que o autor chama de “vividos por tabela”,

que dizem respeito aos acontecimentos vivenciados pelo grupo ao qual a pessoa pertence; as pessoas, personagens e por fim, os lugares, lugares da memória, “particularmente ligados a uma lembrança”. Para o autor, portanto, esses três critérios ajudam a estruturar a memória.

Sobre este aspecto, o historiador Pierre Nora (1993), no texto *Entre memória e história: a problemática dos lugares*, discute o conceito de lugares da memória, que para o autor, são lugares em todos os sentidos da palavra, que vão desde a matéria concreta, o objeto, até ao mais simbólico, abstrato ou funcional, aspectos que ocorrem simultaneamente, apenas em graus diferentes:

Mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é lugar de memória se a imaginação o investe de aura simbólica. Mesmo um lugar puramente funcional, como um manual de aula, um testamento, uma associação de antigos combatentes, só entra na categoria se for objeto de um ritual. Mesmo um minuto de silêncio, que parece o extremo de uma significação simbólica, é, ao mesmo tempo, um corte material de uma unidade temporal e serve, periodicamente, a um lembrete concentrado de lembrar. Os três aspectos coexistem sempre (NORA, 1993, p. 21-22).

Para o autor, a memória moderna “é uma memória registradora, que delega ao arquivo o cuidado de se lembrar por ela e desacelera os sinais onde ela se deposita, como a serpente sua pele morta” (NORA, 1993, p. 15). Desse modo, aponta a necessidade moderna de possuir lugares onde sejam depositadas as memórias, espaços onde a memória pode ser captada, alicerçada e posteriormente apreendida pelos sentidos, num processo de construção histórica. Há um apelo da sociedade moderna para que sua memória seja preservada e o autor apresenta esses lugares

da memória como resposta a essa necessidade do indivíduo contemporâneo de proteger sua identidade, pois “a razão fundamental de ser de um lugar de memória é parar o tempo, é bloquear o trabalho do esquecimento, fixar um estado das coisas, imortalizar a morte, materializar o material para (...) prender o máximo de sentido num mínimo de sinais” (NORA, 1993, p. 22).

É preciso, por isto, algum meio material onde as lembranças possam ser protegidas e em vista disso “os lugares de memória são, antes de tudo, restos” (1993, p. 12), configurando-se, portanto, como locais materiais e imateriais onde se recolhem as memórias de um povo, que ali se reconhecem e se identificam, permitindo a existência de um sentimento de identidade e pertencimento. Para Nora (1993, p. 13), “os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, organizar celebrações, manter aniversários, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque estas operações não são naturais”.

Nora (1993) apresenta ainda diferenças significativas entre memória e história, ao passo que afirma que os termos não são sinônimos apesar de ambos evocarem o mesmo tempo, o passado. Para o autor, “a memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos” e está em evolução permanente, “aberta à dialética da lembrança e do esquecimento”. Como um fenômeno sempre atual, a memória é um “elo vivido no eterno presente”, ao passo que a história, como uma mera representação do passado, “é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais” (NORA, 1993, p. 09).

O autor lamenta a “aceleração da história” afirmando que fenômenos como a mundialização, democratização, massificação e midiaticização, que

alteram o tempo e fazem a história mais dinâmica, conduziram ao “desmoronamento da memória”, que fora substituída pela “película efêmera da atualidade”. A rapidez e a dinamicidade com que os fatos ocorrem, aceleram a história e o passado vai cedendo lugar ao eterno presente. Para o autor, esse “arrancar da memória” ocasiona uma ruptura nos elos de identidade, e “se habitássemos ainda nossa memória não teríamos necessidade de lhe consagrar lugares” (NORA, 1993, p. 07-08).

Assim, diante da efemeridade do tempo que devora toda a vida, que “ameaça os indivíduos e os grupos em suas existências”, a memória funciona como um escape que traz para o presente as experiências vividas no passado, gerando a ilusão de que aquilo que passou não está totalmente inacessível, pois a lembrança pode reavivar o passado. Dessa forma, a memória age como fonte de referências para a identidade do indivíduo ao passo que “pela retrospectiva o homem aprende a suportar a duração: juntando os pedaços do que foi uma nova imagem que poderá talvez ajudá-lo a encarar a vida presente” (CANDAU, 2012, p. 15).

Candau (2012, p. 169) nos diz que “a memória opera escolhas afetivas”, ou seja, considerando que a memória é um meio capaz de trazer o passado para o presente, é importante salientar que a mesma não pode invocar todas as lembranças do sujeito, pois esta opera numa espécie de seletividade que traz à tona, de maneira seletiva, as imagens do passado que de alguma forma marcaram o indivíduo ou atendem às suas intenções atuais.

Perante os diversos estudos que atestam a importância e papel da memória para a história e construção da identidade, urge a necessidade de trabalharmos a história da instituição considerando a memória de indivíduos que vivenciaram os acontecimentos e mudanças no interior

da escola, pois “a memória, tanto na sua versão individual como na coletiva, tem potencialidades múltiplas, que correspondem à heterogeneidade das experiências humanas” (DELGADO, 2010, p. 64).

Para Delgado (2010, p. 16):

[...] a memória, principal fonte de depoimentos orais, é um cabedal infinito, onde múltiplas variáveis – temporais, topográficas, individuais, coletivas, dialogam entre si, muitas vezes revelando lembranças, algumas vezes, de forma explícita, outras vezes de forma velada.

Diante desse cenário de imediatividade e aceleração da história e da atual crise do sistema de ensino público, torna-se cada vez mais significativo preservar traços e vestígios do passado, como uma maneira de se opor a esse efeito devastador e destruidor da efemeridade contemporânea. Daí a relevância de estudar as memórias para evitar que se percam com o tempo informações preciosas sobre a construção histórica da instituição. Nesse processo de reconstrução histórica, mediante narrativas orais, é importante salientar a importância da memória enquanto espaço que abriga as vivências do passado, as experiências do sujeito e de seu grupo social, pois “história, tempo e memória são processos interligados” (DELGADO, 2010, p. 17).

### Memória, identidade e formação integrada

Nas notas introdutórias da sua obra *Memória e Identidade*, Joel Candau (2012, p. 09) afirma que assim como é necessário conhecer a cultura, conhecer os conceitos de memória e identidade é indispensável para os estudiosos das áreas de Ciências Humanas e Sociais. Tratando da questão da identidade, o autor a define inicialmente como um processo construído socialmente, “de certa maneira sempre acontecendo

no quadro de uma relação dialógica com o *Outro*". Assim sendo, a identidade é uma constituição social, que se constrói continuamente, e que pode sofrer mutações ao longo desse processo. No mesmo caminho, o autor afirma que a memória é "uma reconstrução continuamente atualizada do passado" e reconhece que "memória e identidade estão indissoluvelmente ligadas" (CANDAUI, 2012, p. 10-11).

E qual seria então a relação entre memória e identidade? Para Candau (2012, p. 18), há ligações indissociáveis entre a memória e identidade. Ao afirmar que a "memória é a identidade em ação", o autor postula que a memória é uma das fontes onde a identidade se edifica, pois, é esta "que vem fortalecer a identidade, tanto no nível individual, quanto no coletivo: assim, restituir a memória desaparecida de uma pessoa é restituir sua identidade". Memória e identidade apresentam-se, portanto, como elementos articulados, interligados, intrínsecos, pois

a memória, ao mesmo tempo em que nos modela, é também por nós modelada. Isso resume perfeitamente a dialética da memória e da identidade que se conjugam, se nutrem mutuamente, se apoiam uma na outra para produzir uma trajetória de vida, uma história, um mito, uma narrativa. Ao final, resta apenas o esquecimento (CANDAUI, 2012, p. 16).

Para Jacques Le Goff (1990), a memória é um elemento essencial na construção da identidade, seja individual ou coletiva, o que faz com que ela seja buscada incessantemente pelas sociedades atuais; e nessa busca angustiante a memória coletiva pode ser "um instrumento e um objeto de poder", ao passo que subordina a memória aos interesses das classes dominantes. Para o autor, "a memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma a que a memória coletiva sirva para

a libertação e não para a servidão dos homens”. Nessa lógica, ele afirma que cabe aos profissionais que trabalham cientificamente com a memória, “fazer da luta pela democratização da memória social um dos imperativos prioritários da sua objetividade científica” (LE GOFF, 1990, p. 477).

Nessa mesma perspectiva, Bueno (1993, p. 305) afirma que a memória é, em si, um instrumento de dominação, pois, por vezes, “apenas o excepcional, o excelente é registrado – todo o resto, o cotidiano, o vulgar, é colocado de lado para sempre”. Na busca pela objetividade dos fatos, os registros oficiais podem reduzir os acontecimentos históricos aos seus interesses ou aos limites da fonte escrita, sem contar que a “história, que se apoia unicamente em documentos oficiais, não pode dar conta das paixões individuais que se escondem atrás dos episódios” (BOSI, 2003, p.15).

De acordo com Ciavatta (2005, p. 13), a identidade construída pela escola e seus sujeitos é um processo dinâmico, que está suscetível a reformulações causadas por novas vivências e experiências, processo este que está enraizado na cultura do tempo e do lugar onde esses sujeitos sociais estão inseridos e na história que foi construída a partir da realidade vivenciada por eles. É importante que haja um resgate da escola como um lugar de memórias, que mantém vivas suas lembranças diante das diversas transformações que este espaço tem vivenciado e enfrentado ao longo do tempo.

Assim, segundo Ciavatta (2005, p. 13), para que os sujeitos reafirmem sua identidade é imprescindível que conheçam e entendam sua história, que reconstituam e preservem sua memória, e então reconhecerem-se como “sujeitos sociais coletivos com uma história e uma identidade própria a ser respeitada em qualquer processo de mudança”. Portanto, reconhecer a escola como um lugar de memória é um passo importante para a construção e preservação da identidade institucional, pois

[...] documentos dispersos, preservados na história particular de muitos, fotografias, livros, papéis e objetos guardados com zelo e nostalgia podem alimentar a perspectiva de uma escola e de uma formação integrada e mais completa para os mais jovens, em reconhecimento e orgulho de si mesmos como mestres (CIAVA-TTA, 2005, p. 14).

Os registros ou documentos que por vezes são considerados inúteis ou um mero aglomerado de papéis velhos e empoeirados, podem guardar informações preciosas sobre a constituição do espaço escolar, trazendo pistas do universo social vivenciado à época daquele registro. Fotografias, dossiês de ex-alunos, estatutos, livros de registro, diários de classes, atas, bem como documentos particulares guardados com saudosismo, podem representar um arsenal de vivências ricas de significado.

Quando lembramos do ambiente escolar, nos reportamos a todo o universo que envolve o espaço escolar: o trajeto até a escola, o lugar que costumávamos ocupar na sala, os uniformes, as relações de amizade, os momentos de diversão. Evocamos momentos da vida escolar que de alguma maneira marcaram nossas vidas, e isso faz com que tenhamos um sentimento de pertencimento a um grupo social, e saibamos que todos esses acontecimentos que moldaram esse período de nossas vidas, fazem parte da nossa história.

Reconstruir a memória da instituição é também reconhecer-se como sujeito ativo dessa história, “é o sinal de que se reconhece e pertence a certo grupo social e a uma determinada geração” (NUNES, 2003, p. 08). E essas memórias pertencem a uma coletividade, uma vez que foram compartilhadas pelo grupo social que conviveu durante aquele período:

As memórias e o tempo vivido pelas pessoas possuem uma identidade específica de cada grupo, por isso, ao se pensar em um determinado grupo sejam eles dos vencedores ou dos vencidos, dos líderes ou dos liderados, precisam compreender que existe uma identidade específica e subjetiva de cada um (CABRAL, 2015, p. 06).

Lembrar de fatos coletivamente une os sujeitos e faz com que compartilhem suas vivências, reforçando o sentimento de pertencimento a um grupo. As recordações comuns ao grupo e o compartilhamento de experiências aproxima os indivíduos e reforça a identificação de uns com os outros. Assim, a opção por analisar as narrativas de sujeitos que compartilharam essas experiências no interior da instituição, mostra-se de grande relevância, uma vez que a escola se configura como um lugar de memória, pleno de possibilidades. O contato com depoimentos advindos de alunos de outras épocas pode representar ainda uma rica experiência para os atuais alunos, uma vez que possibilita uma ponte de diálogo entre diferentes gerações, especialmente pelas lacunas na história da educação profissional, oriundas da dualidade que está enraizada na educação brasileira desde os seus primórdios.

Para Nunes (2003, p. 139), a “escola representa apenas uma dimensão da multifacetada realidade social, local no qual se exerce um dos ofícios impossíveis na apreciação de Freud: ensinar”. Os acontecimentos, documentos, objetos só ganham sentido pleno a partir das relações sociais praticadas no cotidiano. A autora clarifica a importância memória como fonte para a ressignificação da educação:

Essa educação pela memória se corporifica no trabalho de dar sentido. Que utilidade tem qualquer registro se é incompreensível para o seu portador? Sem articulação, já o dissemos, não há

memória, só há aglomerado de episódios, imagens, sensações, documentos. O aglomerado não tem sentido e não ajuda o indivíduo a construir significados (NUNES, 2003, p. 139).

Nunes (2003, p. 137) nos diz ainda que “as escolas também são ‘celeiros’ de memórias, espaços nos quais se tece parte da memória social”. São muitos, portanto, os caminhos para estudos em memória da educação, quer sejam sobre a história da instituição, de seus sujeitos (alunos, professores, gestores), da sua prática pedagógica, do seu currículo; a escola configura-se como um “lugar de memória”, repleto de desafios e possibilidades.

Dessa forma, compreende-se a importância de estudar as memórias daqueles que ajudaram a construir a educação profissional, pois a organização da história da instituição, com base na memória de seus sujeitos, além da valorosa contribuição, pode representar uma nova inspiração para futuras pesquisas.

Tais trabalhos são relevantes, pois por meio deles é possível priorizar a trajetória da escola, destacar o que de específico foi lá produzido e pensá-la como um espaço singular. (...) A organização do texto final em história oral poderá constituir uma narrativa da história daquela instituição escolar, com ênfase na educação profissional e com base nas memórias de seus sujeitos, representando assim, uma nova contribuição e um novo desafio de pesquisa (RIBEIRO, 2011, p. 324).

Considerando as reflexões suscitadas pelos textos apresentados ao longo deste estudo, percebe-se a potencialidade dos estudos baseados em memória, quando nos referimos a história da educação profissional. Essa metodologia pode representar um importante instrumento para compreendermos os processos históricos e visualizarmos uma versão

que vai além dos registros oficiais, que por vezes não retratam com fidelidade as experiências vividas no contexto escolar.

De acordo com Thompson (1992, p. 23) “quanto mais um documento fosse pessoal, local ou não-oficial, menor a probabilidade de que continuasse a existir. A própria estrutura de poder funcionava como um grande gravador, que modelava o passado a sua própria imagem”. Assim sendo, torna-se de fundamental importância utilizar essas memórias como registros de um passado histórico, rico em acontecimentos, fatos e eventos que fugiram aos registros oficiais da instituição, mas encontram-se vivos na memória dos indivíduos que experimentaram essas vivências, bem como preservados nos seus registros e arquivos particulares, para além da pretensa objetividade presente nas fontes oficiais.

Memórias individuais tomadas como documento e analisadas coletivamente podem compor um importante subsídio sobre o processo histórico da instituição, ajudando a caracterizar os processos históricos e os impactos causados pela implementação de políticas públicas voltadas à Educação Profissional e Tecnológica.

Um outro ponto que a pesquisa pretende destacar é a importância da formação oferecida pela ETFCE aos seus discentes, na perspectiva de uma formação que vai além da mera preparação para o mercado de trabalho. Nesse aspecto, faz-se importante refletir sobre o que é formação integrada e qual o seu papel na perspectiva da educação profissional integrada ao ensino médio, a fim de identificar na fala dos entrevistados, as proximidades encontradas com essa proposta.

Analisar o ensino médio nessa perspectiva torna-se, pois, uma tarefa complexa, tendo em vista que se faz necessário discutir sobre o significado desse termo, considerando, que no Brasil, a educação profissional, originou-se com objetivos assistencialistas, passando a sofrer alterações

ao longo do tempo, com o intuito de atender ao modelo de desenvolvimento econômico de cada época, numa visão dual e segmentadora, típica da educação brasileira.

Na visão de Ciavatta (2005), a formação integrada pressupõe a unificação da educação geral à educação profissional, num sentido de completude, onde uma se torna parte inseparável da outra, em todos os espaços onde se dá a preparação para o trabalho, tanto nos processos educativos, como nos processos produtivos.

A formação integrada sugere tornar íntegro, inteiro, o ser humano dividido pela divisão social do trabalho entre a ação de executar e a ação de pensar, dirigir ou planejar. Trata-se de superar a redução da preparação para o trabalho ao seu aspecto operacional, simplificado, escoimado dos conhecimentos que estão na sua gênese científico tecnológica e na sua apropriação histórico-social (CIAVATTA, 2005, p. 02).

Assim, a formação integrada implica a constituição do trabalhador em suas múltiplas dimensões, de modo a integrá-lo criticamente e de forma consciente ao mundo do trabalho. É essa formação, que propõe a união do pensar com o fazer, que possibilitará a todos, inclusive as classes sociais menos favorecidas, uma educação plena, que incorpora a dimensão intelectual ao trabalho produtivo e permite a sua emancipação e atuação como cidadão integrado dignamente à sua sociedade política.

Para Araújo e Rodrigues (2010), a formação nessa direção deve oportunizar o desenvolvimento integral dos indivíduos, por meio da articulação entre trabalho e ensino, impulsionando um equilíbrio harmônico de todas as faculdades intelectuais e práticas, considerando assim, a realidade concreta dos trabalhadores, de modo a propiciar a integração entre o trabalho produtivo e a formação intelectual.

A integração não pode ser vista apenas como uma justaposição desconectada das unidades curriculares ou a sobreposição de disciplinas. Integrar a educação geral a educação profissional pressupõe a busca por trabalhar as duas formações, percorrendo os saberes da cultura geral e da cultura técnica, tendo o trabalho, a tecnologia e a cultura como elementos essenciais para uma formação humanizadora e plena:

O conceito de integração, entretanto, vai além da forma. Não se trata de somar os currículos e/ou as cargas horárias referentes ao ensino médio e às habilitações profissionais, mas sim de relacionar, internamente à organização curricular e do desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem, conhecimentos gerais e específicos; cultura e trabalho; humanismo e tecnologia. A construção dessas relações tem como mediações o trabalho, a produção do conhecimento científico e da cultura (RAMOS,2010, p .51).

Uma mera justaposição de disciplinas propedêuticas com disciplinas de formação específica acaba contribuindo para a continuidade da concepção dualista da educação, que fragmenta o conhecimento, separando o trabalho e a educação. Discutindo acerca da histórica dualidade educacional, Ramos (2008) assinala que a educação permanece dividida entre os que usam sua força de trabalho para produzir a riqueza da sociedade e às elites, que dirigem à sociedade, com uma educação para os que executam o trabalho manual e para os segmentos menos favorecidos, e outra, para os que desempenham o trabalho intelectual. Para a autora, é urgente uma educação unitária, que proporcione a todos os sujeitos uma educação de qualidade e que esteja alicerçada em dois pilares que pressupõem uma formação integrada: uma escola que garanta a todos o direito ao conhecimento e uma educação que possibilite, por intermédio da educação básica e profissional, o acesso à cultura, à ciência e ao trabalho.

Desse modo, no que diz respeito aos sentidos da integração e da relação entre ensino médio e educação profissional, Ramos (2008) propõe a análise do conceito de integração em três sentidos. O primeiro deles, o sentido filosófico, pressupõe uma concepção de formação humana em todas as dimensões da vida, incluindo o trabalho, a ciência e a cultura. O segundo sentido é definido pela indissociabilidade entre educação profissional e educação básica, enquanto o terceiro expressa uma concepção da integração de conhecimentos gerais e específicos configurando uma totalidade curricular. Desse modo, a formação integrada não deve ser vista apenas como uma simples junção dos currículos do ensino médio e do técnico.

Nesse mesmo sentido, Moura (2007) aponta que uma solução transitória viável para a integração entre ensino médio e educação profissional seria um ensino médio que incluísse os conhecimentos científicos e uma formação profissional integrada, que adotasse a ciência, a tecnologia, a cultura e o trabalho como eixos estruturantes, possibilitando ao estudante a compreensão do contexto em que está inserido. Dessa maneira, o ensino médio seria conduzido de modo a contribuir para a transformação da sociedade, sendo voltado “à formação de cidadãos capazes de compreender a realidade social, econômica, política, cultural e do mundo do trabalho para nela inserir-se e atuar de forma ética e competente, técnica e politicamente” (MOURA, 2007, p. 20).

A formação integrada, portanto, deve estar pautada num projeto de educação que possibilite uma formação ampla, que contemple trabalho, ciência, tecnologia e cultura, em que os trabalhadores possam vivenciar uma formação mais completa, que os permitam atuar como cidadãos e compreender de forma crítica o meio em que estão inseridos.

## Memória e imagem: recuperação da memória por meio da fotografia

Com a finalidade de compreender como a construção narrativa de alunos e servidores podem recompor a experiência educacional na Escola Técnica Federal do Ceará, o presente trabalho recorreu à narrativa de memória de alunos e servidores, no período compreendido entre os anos de 1970 e 1990, posto que as narrativas foram entremeadas por fontes de memórias bibliográficas e visuais.

O produto educacional fruto desse trabalho, um acervo *online* sobre a história da instituição, é composto por dados provenientes de análise documental e pela narrativa dos sujeitos que viveram essas experiências, entrelaçadas por imagens fotográficas que trazem consigo informações históricas sobre o cotidiano escolar daquela época. A recuperação da memória da escola, por meio da história contada por seus sujeitos e de fotografias é a vertente dessa pesquisa, que se propõe a elaborar conteúdo para divulgação dessa história no meio eletrônico/online.

Quando recorremos a fotografia como fonte de informações sobre um determinado período histórico, faz-se necessária uma compreensão do que ela representa enquanto produto de um processo de criação humana, a importância do seu uso como fonte histórica visual e sua relação com a memória.

Com a Revolução Industrial e todas as mudanças econômicas, sociais e culturais atreladas a ela, suscitaram uma série de invenções que influenciaram de forma efetiva na história moderna. A fotografia foi uma das invenções que teve, nesse quadro, uma participação fundamental como “possibilidade inovadora de informação e conhecimento, instrumento de apoio à pesquisa nos diferentes campos da ciência e também como forma de expressão artística” (KOSSOY, 2001, p. 25).

Desde o seu surgimento em 1830 e ao longo de toda sua história, a fotografia, bem como o seu uso e funcionalidade, foi circunscrita em

polêmicas, e essa história confunde-se com as diferentes abordagens que, em diversos momentos do pensamento ocidental, aplicou-se à imagem fotográfica. Abordagens essas que mudaram ao longo do tempo e foram imprimindo significância aos registros fotográficos. É por todos esses aspectos que as fotografias “nos impressionam, nos comovem, nos incomodam, enfim imprimem em nosso espírito sentimentos diferentes” (MAUAD, 1996, p. 05).

Os registros fotográficos, mais do que nunca, fazem parte do nosso dia a dia. As fotografias estão presentes nas redes sociais, revistas, jornais, propagandas publicitárias, cumprindo a função de informar, comunicar, trazer conhecimento. Estão fortemente ligadas também ao registro de nosso cotidiano, a preservação de memórias familiares, ao registro de momentos importantes, transformando-se num instrumento de resgate da memória. Circunscrita em todos esses cenários,

desde a sua descoberta até os dias de hoje a fotografia vem acompanhando o mundo contemporâneo, registrando sua história numa linguagem de imagens. Uma história múltipla, constituída por grandes e pequenos eventos, por personalidades mundiais e por gente anônima, por lugares distantes e exóticos e pela intimidade doméstica, pelas sensibilidades coletivas e pelas ideologias oficiais (MAUAD, 1996, p. 5).

Toda fotografia, adverte-nos Kossoy (2001, p. 153) é um testemunho visual do qual se pode apreender, além dos elementos constitutivos que lhe materializaram, uma série de dados reveladores que talvez nunca venham a ser relatados pelos documentos escritos da história. Nessa perspectiva, as fotografias não podem ser vistas apenas como um mero acessório anexo à documentação escrita, mas como uma fonte de análise histórica, que quando estudada apropriadamente, apresenta-se rica de possibilidades, conforme observa Kossoy (2001, p. 32):

As fontes fotográficas são uma possibilidade de investigação e descoberta que promete frutos na medida em que se tenta sistematizar suas informações, estabelecer metodologias adequadas de pesquisa e análise para a decifração de seus conteúdos e, por consequência da realidade que os originou.

Logo, a fotografia torna-se um democrático meio de registrar e penenizar as memórias, sentimentos, emoções das pessoas, seja retratando momentos alegres, exitosos, reencontros familiares, frivolidades do cotidiano, seja retratando lugares, eventos ou solenidades, as fotografias têm o poder de reter momentos cheios de significado, os quais a efemeridade do tempo acaba por dissipar.

As fotografias podem, assim, estar carregadas de conteúdo e sentidos que vão além do que se apresenta num olhar inicial. Num primeiro contato com a imagem podemos ser instigados a reconhecer cenários, identificar pessoas, lugares, épocas, no entanto, quando essa imagem é associada a registros escritos, informações, ou o testemunho de sujeitos que vivenciaram aquele momento, podemos encontrar informações e detalhes preciosos, que nos darão sinais sobre sua real história. Desse modo, supõe-se relevante o trabalho de reconhecer e apreender o significado real das imagens, buscando suporte na memória de indivíduos, como meio de recuperar nas suas lembranças a significância ali representada.

Se, por um lado, este artefato nos oferece indícios quanto aos elementos constitutivos (assunto, fotógrafo, tecnologia) que lhe deram origem, por outro o registro visual nele contido reúne um inventário de informações acerca daquele preciso fragmento de espaço/tempo retratado. O artefato fotográfico, através da matéria (que lhe dá corpo), e da sua expressão 9 o registro visual nele contido), constitui uma fonte histórica (KOSSOY, 2001, p. 45-46).

Isto posto, nesta pesquisa, as imagens fotográficas também compõem o conjunto documental, sendo necessário destacar que não se tratam apenas de uma simples ilustração, mas suportes da memória que podem constituir-se uma fonte histórica, tendo em vista que “toda fotografia tem atrás de si uma história [...], toda fotografia é um resíduo do passado. Um artefato que contém em si um fragmento determinado da realidade registrado fotograficamente” (Kossoy, 2001, p. 45).

Para Le Goff (1990, p. 467), a fotografia figura entre as manifestações mais significativas da memória coletiva, ela é vista como um fenômeno que “revoluciona a memória: multiplica-a e democratiza-a, dá-lhe uma precisão e uma verdade visuais nunca antes atingidas, permitindo assim guardar a memória do tempo e da evolução cronológica”. É nessa convergência entre história e memória, que podemos considerá-la um documento que pode ser fonte de informação para a pesquisa histórica, com os seus testemunhos do passado.

No acervo de instituições escolares, os registros fotográficos inserem-se no presente, trazendo registros de eventos significativos para o grupo de alunos, professores, funcionários que vivenciaram aquele período, configurando-se como um instrumento de recordação e memória. Por vezes, a falta de datas, nomes e descrições que identifiquem aquele momento, sugerem que a guarda desses arquivos possui mais um significado afetivo do que mesmo a necessidade de arquivar ou documentar fatos.

Neste intento, as imagens fotográficas que se remetem às atividades escolares da instituição em diferentes épocas e revelam informações sobre o cotidiano escolar, sobre a organização do espaço e sobre as atividades de formação, são tidas como “um intrigante documento visual cujo conteúdo é a um só tempo revelador de informações e detonador de emoções” (KOSSOY, 2001, p. 28). Nessa perspectiva, entende-se que a fotografia como fonte de ressignificação da memória, traduz-se como portadora de relevantes informações, que entrecruzadas a outras

fontes documentais podem trazer indícios sobre o cotidiano escolar analisado.

A imagem fotográfica, como um suporte material da memória e portadora de vestígios do passado, apresenta-se como representação de realidades. Assim, a fotografia pode trazer consigo informações sociais, temporais e culturais. Nesse aspecto, Ciavatta (2007) ressalta que

a fotografia como mediação é uma visão historicizada do objetos singulares ou de acontecimentos, fenômenos cujos conhecimento deve ser buscado no conjunto articulado de relações sociais (estéticas, culturais, econômicas, políticas, etc.) que constituem no tempo e no espaço (CIAVATTA, 2007, p. 35).

Diversos temas podem ser encontrados em acervos de fotografias escolares, desde fotos da classe, do corpo docente, do cenário da sala de aula, de solenidades, até a arquitetura escolar, inaugurações. Tais imagens retratam episódios significativos da vida escolar, que podem ter sido feitas como um registro pessoal ou como meio de deixar registrado eventos importantes para a memória da instituição. Desse modo, pode-se inferir que as fotografias escolares guardam fortes elos entre a memória da instituição e a memória pessoal, visto que muitas fotografias podem servir como meio para o resgate de lembranças passadas.

Elas são a expressão da forma escolar – uma maneira de ser e comportar na escola –, representações de uma cultura institucional veiculadora de conhecimentos, valores, normas e símbolos considerados legítimos. Elas representam singularidades e identidades compartilhadas (SOUZA, 2001, p. 81).

Considerando que na proposta desta pesquisa as imagens fotográficas não configuram a principal fonte de pesquisa e que estas também não preterem outras fontes documentais, ressaltamos que para dar vida e significado a essas imagens recorreremos às narrativas dos sujeitos, enla-

çando às narrativas às fotografias e aos registros bibliográficos, num processo intertextual. Nesse aspecto, Mauad (2005) nos diz que

uma fotografia, para ser interpretada como texto (suporte de relações sociais), demanda o conhecimento de outros textos que a precedem ou que com ela concorrem para a produção da textualidade de uma época. Sendo assim, o uso de fotografias como fonte histórica obriga tanto as instituições de guarda quanto os historiadores ao levantamento da cultura histórica, que institui os códigos de representação homologadores das imagens fotográficas no processo continuado de produção de sentido social (MAUAD, 2005, p. 140).

A partir de então pode-se compreender como esse documento deve ser utilizado para além da mera ilustração, como fonte de compreensão e produção de conhecimentos, conciliando à imagem à memória e aos registros escritos em busca do resgate histórico.

Fotografia é memória e com ela se confunde. Fonte inesgotável de informação e emoção. Memória visual do mundo físico e natural, da vida individual e social. Registro que cristaliza, enquanto dura, a imagem de uma ínfima porção de espaço do mundo exterior. É também a paralisação súbita do incontestável avanço dos ponteiros do relógio: pois o documento que retém a imagem fugidia de um instante da vida que flui ininterruptamente (KOSSOY, 2001, p. 156).

Ao trazer esclarecimentos sobre o uso da fotografia neste trabalho, pretende-se sugerir, que por meio delas podemos descobrir ou enxergar indícios sobre o contexto que nos propomos a estudar, e desse modo, a interseção dessas fontes, narrativas e fotográficas, podem contribuir para a revelação de dados relevantes sobre a história da instituição em questão.



# Percurso Metodológico: Contexto e Instrumentos de Pesquisa

Este tópico aborda os instrumentos e pressupostos metodológicos sob os quais a pesquisa foi desenvolvida, discutindo a forma como as memórias dos sujeitos entrevistados foram utilizadas nesse estudo e no material textual e visual que serviu de base para elaboração do produto educacional.

Para o desenvolvimento do estudo, optou-se pela abordagem qualitativa, utilizando-se como método a História Oral (Meihsy, 2018, p.15) que consiste num “conjunto de procedimentos que se inicia com a elaboração de um projeto e que continua com o estabelecimento de um grupo de pessoas a serem entrevistadas”. Os dados foram coletados mediante entrevistas semiestruturadas realizadas com ex-alunos e servidores. Nesse entendimento, foram colhidas narrativas de memórias de sujeitos que viveram a experiência educativa na antiga Escola Técnica Federal do Ceará, no período compreendidos entre os anos de 1970 e 1990, na perspectiva metodológica da história oral, e essas narrativas foram entrecruzadas a documentos memorialísticos escritos e visuais.

A opção por analisar as narrativas desses sujeitos pretende destacar a importância da memória para a reconstrução histórica, uma vez que ela guarda as lembranças e vivências do passado. Aproveitando-se dessa ferramenta reconhecemos a importância dessas narrativas uma vez que

[...] a história oral é um procedimento integrado a uma metodologia que privilegia a realização de entrevistas e depoimentos

com pessoas que participaram de processos históricos ou testemunharam acontecimentos no âmbito da vida privada ou coletiva” (DELGADO, 2010, p. 18).

Assim, a história oral como procedimento metodológico busca registrar por meio de relatos e depoimentos, vivências, experiências e lembranças de pessoas que viveram ou testemunharam acontecimentos, quer seja na sua vida pessoal ou comunitária. Tais testemunhos, quando compartilhados, podem compor um importante recurso para conhecermos fatos históricos, ricos de significado, que de outra forma não conheceríamos, por não estarem registrados em fontes oficiais.

Ressaltando a importância da história oral, Paul Thompson (1992) nos diz que:

[...] a história oral pode dar grande contribuição para o resgate da memória nacional, mostrando-se um método bastante promissor para a realização de pesquisa em diferentes áreas. É preciso preservar a memória física e espacial, como também descobrir e valorizar a memória do homem. A memória de um pode ser a memória de muitos, possibilitando a evidência dos fatos coletivos (THOMPSON, 1992, 17).

Apesar da proposta desse trabalho se nortear nas memórias, sentiu-se a necessidade de contextualizar historicamente o percurso da educação profissional no Brasil a fim de resgatar e conhecer os condicionantes históricos, políticos e econômicos que influenciaram esse percurso a ajudarem a construir a Rede Federal de EPT.

Antes de iniciar o planejamento e a elaboração de conteúdo para execução do produto foi necessário um estudo prévio da história da educação profissional e das políticas públicas que moldaram essa modalidade de ensino. Essa imersão no assunto que se pretendia trabalhar coaduna com a proposta de eixo conceitual de Kaplun (2003). Para o

autor, é necessário conhecer a fundo o assunto em questão, os conceitos que o articulam, bem como o que tem sido escrito (debates) sobre ele. Esse momento de investigação prévia e pesquisa temática oferece subsídios para que se possa conhecer o assunto que será abordado. A partir de então, pode-se definir o tema específico que seria trabalhado e selecionar os assuntos mais pertinentes a esse tema, a fim de identificar que tipo de contribuição esse material poderia dar e quais necessidades poderia responder.

Para a coleta de dados dentro desse cabedal teórico, optou-se pela análise documental como subsídio à essa compreensão, pois segundo Lüdke e André (2015, p. 44-45), esta “pode se constituir numa técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos, seja complementando as informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema”. Para as autoras, tais documentos escritos podem configurar-se uma importante fonte de informação, onde estão incluídos desde leis e regulamentos, a cartas, diários pessoais, revistas e arquivos escolares, entre outros.

Desse modo, selecionou-se os documentos necessários para compreendermos o processo histórico de construção de políticas públicas para a EPT, além registros fotográficos da história da Rede Federal no Ceará. Considerando ainda o fato de que, para análise e interpretação dos dados provenientes das narrativas, é relevante a confrontação com outros tipos de fontes para possibilitar a percepção de como se constituiu a memória do que está sendo relatado, recorreremos a tais fontes. Sendo assim, a análise documental foi realizada obedecendo-se a dois grupos: a) documentos e legislação referentes a história da educação profissional no Brasil; b) registros fotográficos do percurso histórico da rede federal de EPT no estado do Ceará.

Assim, analisamos inicialmente a legislação que ditou as mudanças sofridas pela educação profissional no país, desde a criação das Escolas de Aprendizes e Artífices, pelo Decreto 7.566 de 23 de setembro de 1909, até a Lei nº 11.892 de 2008 que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, a fim de adquirir subsídios para elaboração do conteúdo textual que integrou parte da plataforma online, uma vez que expomos uma linha cronológica com todas as denominações recebidas pela instituição ao longo dos anos.

Essa busca por conhecer os conceitos e a base teórica do tema que se propõe a estudar, corresponde aos conteúdos conceituais propostos por Zabala (2015). Para o autor, o conhecimento conceitual é a base do aprender a fazer, isto é, o eixo procedimental. Assim, a partir do conteúdo apreendido, pudemos proceder com as entrevistas e execução do produto. A pesquisa conceitual e teórica, com a leitura de diversos autores que debatem o tema também foi válida no sentido de proporcionar a possibilidade de questionar o que foi exposto e definir um posicionamento perante eles, o que configura o conteúdo atitudinal.

Os primeiros períodos da instituição, assim como os posteriores à Escola Técnica Federal, estão presentes na plataforma por meio de imagens e dados coletados nos arquivos documentais, por considerarmos que é importante conhecer a história da instituição como um todo a fim de contextualizar o cenário que nos propomos a pesquisar.

Segue abaixo, no quadro 1, a relação das principais leis e decretos estudados para desenvolvimento da pesquisa, no que diz respeito aos períodos históricos da instituição:

Quadro 1 — Leis e decretos analisados para desenvolvimento da pesquisa

<b>Legislação</b>	<b>Data</b>	<b>Descrição</b>
<b>Decreto nº 7.566</b>	23/09/1909	Cria nas capitais dos Estados as Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional, primário e gratuito.
<b>Decreto nº 24.558</b>	03/07/1934	Transforma a Inspetoria do Ensino Profissional Técnico em Superintendência do Ensino Industrial, e dá outras providências.
<b>Constituição dos Estados Unidos do Brasil</b>	10/11/1937	Constituição.
<b>Lei nº 378</b>	13/01/1937	Dá nova, organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública.
<b>Decreto-Lei nº 4.073</b>	30/01/1942	Lei Orgânica do Ensino Industrial.
<b>Decreto-Lei nº 9.613</b>	20/08/1946	Lei Orgânica do Ensino Agrícola
<b>Lei nº 3.552</b>	16/02/1959	Reforma do Ensino Industrial.
<b>Lei nº 4.024</b>	20/12/1961	Fixa as diretrizes e bases da educação nacional.
<b>Lei nº 4.759</b>	20/08/1965	Dispõe sobre a denominação e qualificação das universidades e escolas técnicas federais.
<b>Decreto nº 60.731</b>	19/05/1967	Transfere para o Ministério da Educação e Cultura os órgãos de ensino do Ministério da Agricultura e dá outras providências.
<b>Lei nº 5.692</b>	11/08/1971	Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências.
<b>Lei nº 6.545</b>	30/06/1978	Dispõe sobre a transformação das Escolas Técnicas Federais de Minas Gerais, do Paraná e Celso Suckow da Fonseca em Centros Federais de Educação Tecnológica e dá outras providências.

<b>Lei nº 8.948</b>	08/12/1994	Institui o Sistema Nacional de Educação Tecnológica, transformando, gradativamente, as ETFs e as EAFs em CEFETs.
<b>Lei nº 9.649</b>	27/05/1998	Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.
<b>Lei nº 9.394 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/LDB)</b>	20/12/1996	Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
<b>Decreto nº 6.095</b>	24/04/2007	Estabelece diretrizes para o processo de integração de instituições federais de educação tecnológica, para fins de constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IFET, no âmbito da Rede Federal de Educação Tecnológica.
<b>Lei nº 11.892</b>	29/12/2008	Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências.

Fonte: Elaborado pela autora

Após o estudo da legislação que norteou a instituição por esse período, foi realizada a pesquisa das imagens. Inicialmente realizamos visitas ao Memorial do IFCE - Dr. Raimundo César Gadelha de Alencar Araripe, com a intenção de conhecer mais de perto a história presente naquele espaço. Tivemos contato com objetos, réplicas, arquivos, registros fotográficos. Uma primeira visita guiada ao espaço nos permitiu o contato com objetos e imagens ricas de significado, que nos levam a conhecer um pouco do foi aquela instituição e do ela representou para aquelas pessoas que passaram por ela e tiveram a oportunidade de adquirir uma formação. Nesse espaço, tivemos contato com o acervo fotográfico da

instituição, que está disposto em álbuns, de onde pudemos selecionar algumas imagens que ajudariam a compor este produto. Considerando que a maioria desses álbuns não está catalogado, sentimos uma certa dificuldade, haja vista que muitas imagens não possuem indicação de período ou registro de data. Para selecionar os registros fotográficos que condiziam com os períodos estudados, buscamos informações nas imagens que nos ajudassem a selecionar os registros mais fiéis.

Um outro número expressivo de fotografias é oriundo do acervo do IFCE campus Fortaleza. Essas imagens foram gentilmente cedidas Francisco Amsterdam Soares Rodrigues, servidor da instituição, que ao longo dos anos vem coletando, organizando e digitalizando este acervo. As imagens disponibilizadas somam um total de 836 itens, que também foram analisados, para posterior seleção.

Outras fotografias são advindas dos acervos dos campi de Crato e Iguatu, tendo em vista que ambos eram antigas Escolas Agrotécnicas Federais que foram integradas à Rede Federal pela lei de criação dos Institutos Federais.

As demais imagens são oriundas de arquivos pessoais dos participantes da pesquisa, sites da internet, bem como de ex-alunos e servidores da instituição, que disponibilizaram seus acervos para uso na pesquisa.

A investigação se limitou ao contexto do Instituto Federal do Ceará, tratando-se, portanto, de um estudo de caso qualitativo com abordagem histórica. Optamos por esse tipo de pesquisa com a finalidade de conhecer a trajetória da escola e pensá-la como um espaço singular. Segundo Lüdke e André (2015, p. 24) a preocupação central ao se desenvolver um estudo de caso deve ser a compreensão de uma instância singular, em que o objeto estudado deve ser tratado como único, uma representação singular da realidade que é multidimensional e historicamente situada.

Para atender a proposta da pesquisa, recorreremos a entrevistas semi-estruturadas, combinando perguntas abertas e fechadas, a fim de apreender detalhadamente as informações dos participantes. Optou-se por esse tipo de entrevista, tendo em vista que a interação entre entrevistado e entrevistador favorece uma maior proximidade entre ambos e a possibilidade de respostas mais espontâneas, considerando ainda que “estes tipos de entrevista colaboram muito na investigação dos aspectos afetivos e valorativos dos informantes que determinam significados pessoais de suas atitudes e comportamentos” (BONI, 2005, p. 75).

Quanto aos aspectos éticos, a pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) e obteve parecer de aprovação sob o nº 2.585.420 de 06 de abril de 2018.

A escolha dos sujeitos, deu-se a partir da manifestação de interesse dos entrevistados em participar desta pesquisa. Os colaboradores foram escolhidos pelo critério de serem ex-alunos ou servidores da instituição no período estudado. O contato inicial para participação na pesquisa foi realizado por meio do envio de convite via e-mail institucional, para professores e servidores que reconhecidamente tinham sido alunos da instituição. Destes, oito sujeitos retornaram o contato demonstrando interesse em participar da pesquisa; dois outros são ex-alunos, atualmente externos a instituição, que por meio de outros servidores, demonstrou interesse em participar da pesquisa.

Nessa perspectiva, a partir dessa opção metodológica, objetivou-se selecionar sujeitos que testemunharam fatos históricos significativos na instituição, que vivenciaram *in loco* as transformações sofridas pela educação profissional, no âmbito de uma instituição de ensino técnico profissional, além de serem atores do processo educativo durante o período estudado, em conformidade com o que defende Alberti (2005):

A escolha dos entrevistados não deve ser predominantemente orientada por critérios quantitativos, por uma preocupação com amostragens, e sim a partir da posição do entrevistado no grupo, do significado de sua experiência. Assim, em primeiro lugar, convém selecionar os entrevistados entre aqueles que participaram, viveram, presenciaram ou se inteiraram de ocorrências ou situações ligadas ao tema e que possam fornecer depoimentos significativos (ALBERTI, 2005, p. 30-31).

As entrevistas foram marcadas e realizadas de acordo com a conveniência de cada entrevistado e gravadas em áudio para posterior transcrição e análise. É importante destacar que antes da realização das entrevistas, os colaboradores foram informados acerca do objetivo da pesquisa e da necessidade de gravação dos áudios, e suas concordâncias foram confirmadas com assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, que se encontra no Anexo B. Avisamos ainda que a qualquer momento a entrevista poderia ser interrompida caso ocorresse algum desconforto ou necessidade por parte do entrevistado.

O universo da pesquisa é composto por 10 sujeitos: 02 ex-alunos, 07 ex-alunos que se tornaram servidores da instituição e 01 servidor. Todos são oriundos da Escola Técnica Federal do Ceará, no período compreendido entre os anos de 1970 e 1990. As tabelas abaixo apresentam os participantes da pesquisa:

Tabela 1 – Entrevistados ex-alunos

Nº	Entrevistado	Curso	Ano de Ingresso
01	João Ricardo de Souza Barbosa	Edificações	1984
02	Maria Helena Coelho Honório	Edificações	1979

Fonte: Entrevistas – elaborado pela autora

Tabela 2 – Entrevistados ex-alunos e atuais servidores

<b>Nº</b>	<b>Entrevistado</b>	<b>Curso</b>	<b>Ano de Ingresso</b>	<b>Função</b>
<b>01</b>	Gilmar Ribeiro Lopes	Eletrotécnica	1977	Professor
<b>02</b>	Francisco José Alves Aquino	Telecomunicações	1984	Professor
<b>03</b>	Márcio de Araújo Lima	Turismo	1986	Técnico-administrativo
<b>04</b>	Samuel Brasileiro Filho	Química	1974	Professor
<b>05</b>	Maria Lucimar Maranhão Lima	Química	1979	Professor
<b>06</b>	Antonio Mauro Barbosa de Oliveira	Eletrotécnica	1970	Professor
<b>07</b>	Evaldo Corrêa Mota	Mecânica	1974	Professor

Fonte: Entrevistas – elaborado pela autora

Tabela 3 – Entrevistado servidor

<b>Nº</b>	<b>Entrevistado</b>	<b>Função</b>	<b>Ano de Ingresso</b>
<b>01</b>	Júlio César da Costa e Silva	Professor	1979

Fonte: Entrevistas – elaborado pela autora

O grupo dos entrevistados é composto por uma professora e cinco professores que também foram ex-alunos da instituição, por um professor que atualmente é gestor de outro campus da mesma instituição, por um ex-aluno que hoje é servidor técnico-administrativo e por dois alunos egressos que atualmente estão externos a instituição. Os participantes optaram por serem identificados pelo seu nome, consoante o Modelo do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

O roteiro das entrevistas seguiu um padrão comum, que se alterou em virtude das diferentes situações que se apresentaram, haja vista que houve uma variação de tempo entre os entrevistados, bem como uma

diferença em relação ao seu status, sendo que alguns eram ex-alunos que se tornaram professores, outros servidores ou gestores e há ainda o caso dos que não se encontram mais na instituição, que foram apenas alunos.

Desse modo, o roteiro as perguntas foram estabelecidas de acordo com o período em que o entrevistado frequentou a instituição. Sobre esse aspecto, Meihy (2018, p. 19) afirma que em história oral, a entrevista “é sempre um processo dialógico”, ou seja, a entrevista requer a presença de pelo menos duas pessoas em diálogo e trata-se de uma “relação programada, atenta às gravações”. Desse modo, a história oral só se produz por vias diretas, pois “o contato direto, de pessoa a pessoa, interfere de maneira absoluta nas formas de exposição das narrações’, pois para os autores a “ausência de interlocução pessoal, faz com que sejam menos espontâneas as declarações”.

Vale ressaltar que, com o decorrer das entrevistas, a realidade mostrou-se muito dinâmica e alguns questionamentos inicialmente elaborados pela pesquisadora não atenderam completamente os objetivos, sendo necessários novos questionamentos que surgiram ao longo das conversas. Conseqüentemente, o processo de roteiro foi flexível, de modo a ser capaz de apreender a naturalidade e a imaginação dos entrevistados sobre as vivências singulares, ressignificadas ou não.

O objetivo da realização das entrevistas estava ligado a obtenção de respostas às questões concernentes a esta pesquisa, ou seja, utilizando-se do método da história oral temática, versamos, de modo geral sobre os seguintes temas: relação do entrevistado com a instituição, motivação para escolha da instituição, visões do passado sobre o cotidiano escolar, sobre a estrutura da escola e os efeitos que ocorriam internamente, sobre a contribuição da instituição para a vida pessoal e profissional, dentre outros.

As entrevistas foram gravadas em áudio e os dados coletados nas transcrições chegaram a um total de 91 páginas que foram relacionados

com os aportes teóricos e com a análise documental, pois, à vista disso, considera-se “justamente a possibilidade de comparar as diferentes versões dos entrevistados sobre o passado, tendo como ponto de partida e contraponto permanente aquilo que as fontes já existentes dizem sobre o assunto” (ALBERTI, 2005, p. 35).

As entrevistas foram realizadas e transcritas, finalizando com a análise dos relatos, de maneira a construir um texto interpretativo, tendo por base os questionamentos previamente estabelecidos. Por conseguinte, coletou-se material textual, que atrelado às outras fontes, ajudou a compor o material exposto na plataforma *online* sobre a história da instituição, pois em concordância com o que defende Meihy (2018, p. 26), reconhece-se a importância da história oral, pois está é um meio de manter no presente, através da existência de narradores, as experiências do passado, além de possibilitar alternativas de interação com outras versões documentais, pois “não é apenas quando não existem documentos necessários que a história oral acontece. Ela é vital também para produzir outras versões promovidas à luz de documentos cartoriais consagrados e oficiais”.

Haja vista a grande janela temporal que abrange toda a história da instituição, não foi possível realizar entrevistas com sujeitos de todos os períodos, no entanto, os primeiros períodos da instituição, bem como os posteriores à Escola Técnica Federal do Ceará, estão presentes na plataforma por meio de imagens e dados coletados nos arquivos documentais.

Podemos considerar então, que muitas são as potencialidades da história oral, e, quando nos referimos à história da educação, esta pode representar um importante instrumento para compreendermos os processos históricos e visualizarmos uma versão que vai além dos registros oficiais, que por vezes não retratam com fidelidade as experiências vividas no contexto escolar. Sobre esse aspecto Errante (2000, p. 146) nos

diz que “as histórias orais acrescentam uma dimensão não-oficial inestimável” para a história educacional, uma vez que podem contribuir trazendo a história como experiência vivida, não apenas como registros disponíveis apenas por intermédio de leituras em documentos oficiais. Dessa forma a autora corrobora a importância da utilização a história oral como metodologia, em pesquisas que trabalham a temática da história da educação.



# Aspectos Históricos da Formação para o Trabalho no Brasil

Embora este trabalho tenha como foco o período que compreende o funcionamento da Escola Técnica Federal do Ceará, sentiu-se a necessidade de contextualizar os caminhos percorridos pela educação profissional no cenário da educação brasileira, especificamente a partir do período republicano, quando a Rede Federal de Educação Profissional surgiu oficialmente.

A fim de resgatar e conhecer os condicionantes históricos, políticos, e econômicos que foram determinantes para este percurso, a presente seção tem por objetivo situar historicamente a criação dos institutos federais de educação profissional, com um olhar voltado para o estado do Ceará.

Ainda que as narrativas e perspectivas dos sujeitos sejam o cerne desta pesquisa, considera-se que tais referenciais históricos são importantes porque podem auxiliar o leitor a situar-se perante a problemática da educação profissional no país, bem como facilitar a compreensão do contexto das narrativas que serão apresentadas.

## A Educação Profissional na Primeira República: as Escolas de Aprendizes Artífices e o surgimento da Rede Federal de Educação Profissional

Somente a partir do século XIX há registros de iniciativas sistemáticas voltadas ao campo da educação profissional no Brasil. Os primeiros indícios surgem em 1809 com a promulgação de um decreto criando o

Colégio das Fábricas<sup>1</sup>. Após essa primeira ação seguiram-se outras, sempre voltadas a dar assistência e amparo a crianças órfãs e pobres. Assim, no Brasil a educação profissional nasce dentro de uma concepção assistencialista, ou seja, visava “atender àqueles que não tinham condições sociais satisfatórias, para que não continuassem a praticar ações que estavam na contraordem dos bons costumes” (MOURA, 2007, p. 06).

Durante o Império, as ações voltadas para a educação foram mínimas e direcionadas ao ensino superior das elites. Segundo Schwartzman (2001), até o início da República, a atividade científica no país era extremamente precária, posto que precisava enfrentar as iniciativas instáveis do Imperador, somadas às limitações das escolas profissionais excessivamente burocratizadas e dependentes, cujos objetivos eram estritamente utilitários. Os projetos educacionais e científicos do Império brasileiro eram deficientes e a ciência era vista, inicialmente, como um conhecimento aplicado, pouco prática e econômica e, posteriormente, como simples cultura. Desse modo, a pequena expansão experimentada pela educação superior durante o século XIX, foi resultado, em parte, do movimento da pequena elite urbana que crescia e desejava alcançar seu espaço de reconhecimento na sociedade. E assim, legitimando o caráter dual da educação, as poucas ações direcionadas à educação profissional no período do Império primavam pelo caráter assistencialista, e eram destinadas às camadas mais pobres, o que se coadunava com a base

---

<sup>1</sup> No século XVIII, período do Brasil Colônia, a aprendizagem de ofícios acontecia no próprio ambiente de trabalho, na vivência e experiências diárias, sem padrões ou regulamentações. Com os jesuítas, surgiram as primeiras estruturas de formação para o trabalho, por meio dos “irmãos-oficiais”, que vieram de Portugal para praticar suas especialidades e ensinar seus ofícios a escravos e homens livres (CUNHA, 2005, p. 31-32). Quando o trabalho artesanal passou a ter alguma organização, guiou-se pelo modelo corporativo da Metrópole e a aprendizagem aconteceu através das Corporações de Ofícios, que possuíam rigorosas normas de funcionamento (CUNHA, 2005, p. 40).

escravocrata da sociedade ao passo que se constituíam meios de disciplinar os setores populares, a fim de conter revoltas e legitimar o modelo social excludente herdado do período colonial (MANFREDI, 2016).

O advento da República no Brasil foi um período histórico de grandes transformações políticas, sociais e econômicas, haja vista o fim da escravidão, o crescimento da população urbana e o avanço da industrialização provocado pela expansão da economia cafeeira. Essa nova fase econômico-social que o país vivia, devido ao crescimento da industrialização e a consequente urbanização, gerou a necessidades de qualificação profissional, uma vez que o recente crescimento industrial, o surgimento de novos centros e a modernização tecnológica trazida por esses nascentes setores da economia exigiam cada vez mais um trabalhador qualificado (MANFREDI, 2016).

Mesmo com essas novas necessidades e as mudanças que acompanharam a instituição da República no Brasil, persistia o caráter dual da educação. Sobre esse aspecto, Romanelli (2005, p. 41) afirma que a Constituição da República de 1891, ao instituir a descentralização do ensino, acabou consagrando o sistema dual que vinha se mantendo desde o Império. A lei oficializou o que já se mostrava na prática, com uma educação para a classe dominante (escolas secundárias e superiores) e outra para o povo (escola primária e profissional). A disponibilidade estrutural de escolas para os setores populares era mínima, precária e de baixa qualidade, representando a própria organização social do país que privilegiava a elite, detentora do poder político e econômico. No entanto, com a República, surgia uma nova sociedade, mais complexa e heterogênea que exigia um novo posicionamento frente às limitações impostas pelo sistema educacional.

Nesse cenário, a primeira ação a impulsionar o ensino profissional no país foi a criação das Escolas de Aprendizes Artífices em 1909. Por meio do Decreto nº 7.566, de 23 de setembro, o presidente Nilo Peçanha criou

escolas nas capitais dos estados, voltadas para o ensino profissional primário gratuito e destinadas a habilitar para o trabalho os filhos das classes sociais mais baixas. As Escolas de Aprendizes Artífices são as primeiras versões das composições escolares dos atuais Institutos Federais de Educação Profissional e Tecnológica no país, que são resultado da política pública de expansão do ensino profissional, gestada em 2008<sup>2</sup>.

Nos anos seguintes à criação dessas escolas, houve sucessivas mudanças na legislação que regulamentava essa modalidade de ensino no que se refere a questões administrativas e pedagógicas, por meio de portarias, decretos e regulamentos.

De fato, apesar de existirem experiências anteriores de ensino profissional, especialmente na esfera privada, foi essa iniciativa do governo em 1909 que trouxe para o Estado a responsabilidade sobre a educação profissional no país. De acordo com Pereira (2008), a inauguração dessas escolas foi marcada pela singularidade de trazer a atuação do Estado na formação para o trabalho, haja vista que desde a Independência em 1822, a educação profissional estava relegada a iniciativa privada, as instituições religiosas ou quando muito, ao Ministério Público, através de corporações.

Então, na esfera do novo ensino profissional, já no início do século XX, as escolas seriam custeadas pela União, por intermédio do Ministério da Agricultura, Comércio e Indústria e se propunham a “formar operários e contramestres, ministrando-se o ensino prático e os conhecimentos técnicos necessários aos menores que pretendem aprender um ofício” (BRASIL, 1909).

Cada escola poderia promover até cinco oficinas de trabalho manual

---

<sup>2</sup> A Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

ou mecânico, que eram escolhidas considerados os interesses do Estado onde funcionaria a escola, e as demandas das indústrias locais. Esses cursos de oficinas seriam ministrados em regime de externato, em horário diurno, a indivíduos com idade entre 10 e 13 anos, preferencialmente os destituídos de recursos, que poderiam optar por um dos cursos, verificando-se a aptidão e inclinação para aquele ofício. Havia ainda a possibilidade de oferta de dois cursos noturnos, o primário, obrigatório para alunos que não soubessem ler, escrever e contar, e o de desenho, para aqueles que necessitassem dessa habilidade para o desempenho de seu ofício.

Vemos, então, que inicialmente a criação desses espaços de aprendizagem não se destinava à formação de mão de obra qualificada para as demandas que surgiam diante do incipiente processo de industrialização que o país vivia. Há apenas no final das considerações do Decreto n° 7.566/09, uma ressalva quanto ao dever do governo de formar cidadãos úteis à Nação. Por outro lado, fica claro o caráter assistencialista da ação, haja vista o público a que se destinava, mencionado na lei como classes proletárias, filhos dos desfavorecidos da fortuna. Com o crescimento acelerado da população em algumas capitais, especialmente das classes mais pobres, e com o aumento no número de marginalizados e excluídos sociais, surgia um novo desafio de manter a ordem estabelecida. Assim, as escolas ditas profissionais serviriam como espaços de confinamento e correção para afastar pobres e órfãos da ociosidade, do vício e do crime, oferecendo-lhes hábitos de trabalho profícuo, conforme consta nas considerações do referido decreto:

Que para isso se torna necessário, não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensável preparo técnico e intelectual, como fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo, que os afastará da

ociosidade ignorante, escola do vício e do crime (BRASIL, 1909).

Vale ressaltar, que diferentemente das experiências anteriores de ensino profissional<sup>3</sup>, as Escolas de Aprendizes Artífices estavam pautadas num projeto educacional comum a várias unidades de ensino, regidos pelo mesmo poder administrativo. Apresentavam um currículo e metodologia de ensino diferenciados, além de especificidades quanto a forma de ingresso e matrícula, configurando assim um avanço para a educação profissional no país. Para Cunha (2000, p. 66), mesmo não tendo inovado muito em termos ideológicos e pedagógicos, essa rede de escolas “trouxe urna grande novidade em relação a estrutura do ensino, por constituir, provavelmente, o primeiro sistema educacional de abrangência nacional”.

Assim, em meados de 1910, embora funcionassem em instalações inapropriadas e com recursos limitados, estavam em atividade as dezoito Escolas de Aprendizes Artífices propostas no Decreto nº 7.566/09, inclusive a do Ceará, que foi inaugurada em 24 de maio de 1910.

Em Fortaleza, a EAA foi instalada inicialmente num prédio ocupado anteriormente pela Escola de Aprendizes Marinheiros, onde permaneceu até sua transferência, em 1914 para o prédio da Milícia Estadual, onde dividia o espaço do edifício com o órgão, permanecendo ali até 1922 (SIDOU, 1979).

Em virtude do desenvolvimento da instituição e do crescente número de alunos, surgiu a necessidade de um prédio mais amplo, que

---

<sup>3</sup> Até o século XIX não há registros de experiências voltadas especificamente à educação profissional. As primeiras ações surgiram no início do século XIX dentro de uma perspectiva assistencialista de amparar as classes sociais mais baixas. Podemos citar como exemplos o Colégio das Fábricas (1809), a Escola de Belas Artes (1816), as Casas de Educandos e Artífices (1840) e os Asilos da Infância dos Meninos Desvalidos (1854) (MOURA, 2007, p. 5).

melhor se adequasse às necessidades pedagógicas de uma instituição escolar daquele porte. Conforme Sidou (1979), com a extinção da Escola de Aprendizes Marinheiros em 1932, a Escola de Aprendizes Artífices do Ceará passou a ocupar o prédio que antes pertencia aquele estabelecimento de ensino naval, situado no bairro de Jacarecanga. Assim, permaneceu lá por sete anos até mudar-se para o prédio onde funcionara o Liceu do Ceará, na praça dos Voluntários, localizada na Rua do Rosário, s/n, no centro de Fortaleza.

De acordo com o Almanaque do Ceará de 1922, a Escola do Ceará iniciou seu funcionamento com os seguintes cursos indicados na tabela 4:

Tabela 4 – Data de inauguração das oficinas na EAA do Ceará

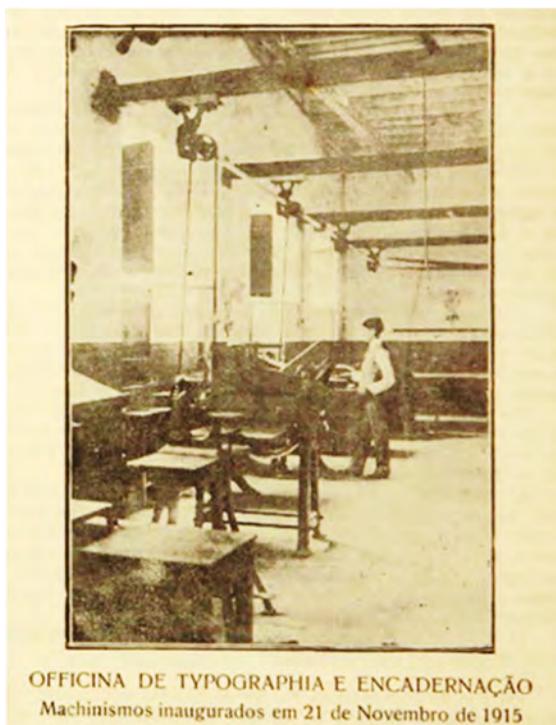
<b>OFICINA</b>	<b>DATA DE INAUGURAÇÃO</b>
<b>Typographia e encadernação</b>	24 de maio de 1910
<b>Sapataria</b>	07 de setembro de 1911
<b>Alfaiataria</b>	07 de setembro de 1911
<b>Marcenaria e Carpintaria</b>	Janeiro de 1912
<b>Ferraria, Serralheria e Mecânica</b>	Janeiro de 1912

Fonte: Almanach estatístico, administrativo, mercantil, industrial e literário do estado do Ceará (1922)

Pode-se perceber pelo exposto na tabela acima, que no Ceará, no primeiro ano de funcionamento da escola, apenas a oficina de tipografia e encadernação entrou em funcionamento, fato que se deveu aos escassos recursos financeiros. Segundo o mesmo Almanaque (1922), apenas em 1913 foram postos em funcionamento maquinários que já se encontravam na instituição há cerca de três anos, visto que não havia orçamento suficiente para sua montagem e uso.

Em 20 de novembro de 1915, foram inauguradas máquinas a vapor em todas as seções da instituição, como ilustrado na Figura 1. Assim as oficinas de tipografia, sapataria, ferraria, serralheria, carpintaria e marcenaria passaram a ser movidas por “modernos maquinismos a vapor” (ALMANACH..., 1918, p. 125).

Figura 1 — Inauguração de maquinismos na EAA do Ceará



Fonte: Almanach estatístico, administrativo, mercantil, industrial e literário do estado do Ceará (1922)

Segundo as determinações elencadas no Decreto nº 7.566/09, cada uma das escolas teria uma estrutura administrativa formada por um diretor, um escriturário, um porteiro contínuo e o número de mestres necessários ao funcionamento das oficinas.

O decreto de 1909 previa também a expedição de um regulamento interno, onde seriam estabelecidas as atribuições e deveres dos empregados, no que concerne a administração da escola e das oficinas para seu regular funcionamento. Esse regulamento, assinado pelo Ministro de Estado da Agricultura, Indústria e Comércio, entrou em vigor com a publicação do Decreto nº 9070, de 25 de outubro de 1911.

O referido decreto em seu artigo 12, trazia as competências e responsabilidades do diretor, que abrangia desde a inspeção escolar, controle da disciplina, distribuição de funções, integração com a comunidade até o controle financeiro e orçamentário da instituição (BRASIL, 1911).

De acordo com Sidou (1979), em 1909, ano de criação da Escola, a direção foi assumida pelo advogado José Pompeu de Souza Brasil, ficando este na administração da instituição até 07 de abril de 1910, quando foi substituído por Thomás Pompeu de Souza Brasil Filho, a quem coube inaugurar a instituição que encontrava-se devidamente equipada e com o quadro funcional e o corpo docente definidos. Em virtude de uma nova nomeação para exercer outro cargo, Thomás Pompeu foi exonerado em 1º de julho de 1911, sendo substituído pelo advogado Sebastião Cavalcante de Albuquerque, que permaneceu no cargo até 19 de agosto de 1912. Nesse mesmo ano assumiu o cargo, Hermenegildo de Brito Firmeza, professor de História, jornalista e político, que permaneceu na direção da EAA até 06 de agosto de 1913.

Com a saída de Hermenegildo de Brito em agosto de 1913, assumiu a direção da escola Carlos Torres Câmara, que permaneceu no cargo até 1924. Teatrólogo e jornalista, o diretor destacou-se na administração da instituição, visto que suas ações administrativas ultrapassaram as especificidades da educação profissional, voltando-se para a dimensão cul-

tural. Uma dessas ações foi o lançamento da Revista Pedagógica, periódico de publicação bimestral produzido na própria oficina de tipografia da Escola, ilustrada na Figura 2. Não há registros de que outra escola da rede que tenha publicado trabalho semelhante nesse período (SIDOU, 1979).

Figura 2 — Capa da Revista Pedagógica de 1917

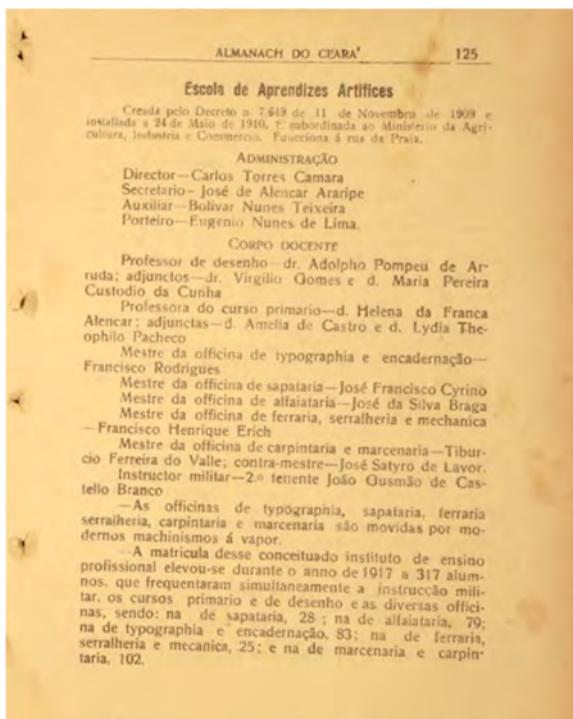


Fonte: Revista Pedagógica (1917)

De acordo com Sidou (1979), Carlos Torres inovou, trazendo uma nova dimensão às atividades da instituição, como encenação de peças teatrais, realização de exposições, mostras, sessões litero-musicais, que alcançaram uma repercussão positiva no seio da comunidade, bem

como no meio político local. Em 1924, foi transferido para Escola de Aprendizes Artífices de Sergipe, tendo sido substituído pelo engenheiro civil Ernesto Argenta, ex-diretor daquela escola, como ilustrado na Figura 3, que pode ser mais bem visualizada no Anexo C, que está na página 172.

Figura 3 — Administração e corpo docente da EAA do Ceará no ano de 1917



Fonte: Almanach estatístico, administrativo, mercantil, industrial e literário do estado do Ceará (1918)

A administração de Ernesto no Ceará foi demasiado curta, tendo este permanecido no cargo por pouco mais de um ano, no período de 22 de março de 1924 a 06 de junho de 1925, quando Carlos Torres

Câmara retornou à direção da Escola de Aprendizes Artífices do Ceará. Carlos permaneceu na administração da instituição até a sua morte, em 11 de março de 1939, quando a escola já havia passado à condição de Liceu Industrial de Fortaleza, por intermédio da Lei n.º 378, de 13/01/1937. Dessa forma, ele foi o primeiro diretor geral do Liceu Industrial de Fortaleza.

Um dos problemas iniciais das Escolas de Aprendizes Artífices era a falta de profissionais qualificados a trabalhar com a educação profissional, uma vez que a grande maioria dos professores possuía apenas formação básica, com experiência na educação primária, mas sem a especialização necessária para os cursos oferecidos pela escola profissional. De acordo com Fonseca (1961), esses professores, que vinham dos quadros de ensino primário, não tinham ideia do que precisavam lecionar no ensino profissional; os mestres vinham de oficinas ou indústrias, e transmitiam aos alunos apenas os conhecimentos empíricos adquiridos na prática de trabalho cotidiana, sem nenhuma base teórica. Madeira (1999, p. 112) corrobora essas informações ao relatar que na escola do Ceará

[...] os professores do Curso primário e de Desenho eram os mesmos do ensino regular. Os mestres das oficinas eram profissionais com formação apenas no exercício do ofício, sem terem frequentado cursos que lhes dessem formação teórica ou pedagógica. A única exceção se devia ao mestre da oficina de tipografia que, por exigências do próprio ofício, deveria saber, pelo menos ler e escrever.

Dadas as condições sociais e econômicas que o país vivia a essa época, urgia a necessidade de formar mão de obra que atendesse às demandas dessa nova fase, que trazia consigo o crescimento acelerado dos processos de industrialização e urbanização nos grandes centros. Nesse aspecto,

a organização do sistema de educação profissional com a criação dessas escolas, trouxe uma nova configuração a esse cenário, visto que a instrução não se limitava apenas à assistência de desvalidos, como observava-se nos empreendimentos anteriores. Essa nova ordenação trazia uma inovação ao passo que se dedicava também a formação de trabalhadores qualificados, ainda que essa qualificação viesse acompanhada do disciplinamento.

No estado do Ceará, no primeiro ano de funcionamento da instituição, 128 candidatos atenderam aos requisitos solicitados e foram matriculados nas respectivas oficinas, conforme mostra a tabela 5.

Tabela 5 – Número de alunos matriculados e taxa de frequência anual

<b>Ano</b>	<b>Nº de matriculados</b>	<b>Taxa anual de frequência</b>
1910	128	42,9%
1911	100	65,0%
1912	118	52,5%
1913	197	34,0%
1914	330	37,8%
1915	300	45,0%
1916	258	61,2%
1917	317	38,8%
1918	281	41,9%
1919	182	57,1%
1920	217	32,2%
1921	155	52,2%
1922	145	49,6%
1923	169	53,8%
1924	151	33,7%
1925	189	46,5%
1926	257	44,3%

Ano	Nº de matriculados	Taxa anual de frequência
1927	338	31,6%
1928	364	30,2%
1929	450	44,8%
1930	434	43,7%
1931	446	26,0%
1932	490	34,0%
1933	416	52,3%
1934	400	55,5%
1935	460	51,1%
1936	305	52,7%

Fonte: Cunha (2000, p. 93, 105)

Pode-se perceber pelos dados apresentados na tabela, que apesar do expressivo número de matrículas, era muito baixa a frequência desses alunos, ou seja, muitos dos que iniciavam os cursos não conseguiam permanecer matriculados, causando um grande número de desistências. Vemos, por exemplo, que no primeiro ano de funcionamento, a frequência alcançou menos de cinquenta por cento das matrículas iniciais.

Como consequência da baixa frequência e alto índice de evasão, as taxas de conclusão desses cursos também eram muito baixas, sendo, portanto, a produtividade muito pequena. Segundo dados do Almanaque do Ceará, até o ano de 1922, 12 anos após o início das atividades da Escola de Aprendizes Artífices, apenas 13 alunos conseguiram concluir os cursos integralmente (ALMANACH..., 1922, p. 672).

Baseado nos relatórios do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, Cunha (2000, p. 109), calculou as taxas de conclusões nas EAA's, considerando a proporção de concluintes em um ano sobre o número de matrículas existentes cinco ou seis anos antes. No caso da

escola do Ceará, ele chegou aos seguintes números, sempre muito baixos: de 1913 a 1926, 0,4%; de 1917 a 1920, 1,3% e de 1932 a 1937, 0,2%.

Ainda assim, vale ressaltar que mesmo diante dessas dificuldades, a EAA do Ceará conseguiu alcançar resultados exitosos. De acordo com o Almanaque do Ceará de 1922, a escola do Ceará participou da Exposição Internacional de Turim, expondo vários dos artefatos produzidos em suas oficinas, e obteve medalhas de ouro e bronze e diploma de menção honrosa, concedidos pelo júri da referida exposição.

As Escolas de Aprendizes Artífices, apesar do caráter assistencialista que as acompanhou, foram idealizadas como parte de um projeto de construção do país, a partir do entendimento que a formação de mão de obra qualificada auxiliaria no desenvolvimento industrial do Brasil. Essas escolas inauguraram as políticas de educação profissional no Brasil, ao apresentar uma proposta, ainda que incipiente, de educação para o trabalho.

Pode-se inferir, portanto, que a Escola de Aprendizes Artífices do Ceará correspondeu ao propósito para o qual foi criada, de formar e educar crianças e jovens pobres, órfãos e desvalidos da sorte, oferecendo-lhes habilidades para o trabalho, visto as necessidades do recente desenvolvimento industrial, como também tratando de aspectos referentes à disciplina social, no intuito de afastá-los do ócio, dos vícios e de possíveis atos de criminalidade, numa perspectiva da formação do caráter pelo trabalho. Ademais, a formação oferecida pela EAA do Ceará foi além do assistencialismo e da instrução para o trabalho, por oferecer atividades artísticas e socioculturais que visavam uma formação mais ampla do discente.

Considera-se, pois, que mesmo diante dos poucos resultados, com a

baixa produtividade das oficinas, as altas taxas de evasão e o número diminuto de conclusões, a Escola de Aprendizes Artífices situada na cidade de Fortaleza, representou um marco para o ensino de ofícios no Ceará. Porque trouxe uma proposta inovadora de educação popular, voltada à formação profissional de adolescentes e jovens, que, posteriormente constituir-se-ia nas escolas técnicas e industriais, ajudando a compor o que hoje conhecemos com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará.

## O Estado Novo e o reordenamento do ensino industrial

Em 1930, num contexto de instabilidade econômica e insatisfação política, o governo do Presidente Washington Luiz era derrubado por uma revolução armada, que se iniciou no Sul do país, e levou à chefia provisória do governo Getúlio Vargas com plenos poderes. Segundo Romanelli (2005, p. 47), o que conhecemos como a Revolução de 30, constituiu-se na realidade, o ápice de uma série de revoluções e movimentos armados ocorridos entre 1920 e 1964 que objetivavam “promover vários rompimentos políticos e econômicos com a velha ordem social oligárquica” e implantar definitivamente o capitalismo no Brasil. Procurou-se, por meio desses movimentos, e especialmente da Revolução de 30, um reajustamento constante dos novos setores com o setor tradicional, no âmbito interno, e destes, com o setor internacional.

A transição da sociedade agrária-escravista, no último quartel do século XIX, introduziu as bases materiais do Estado capitalista no Brasil. Contudo, foi depois dos acontecimentos da década de 1930 que se constituiu um aparato moderno, em simultâneo com as particularidades da revolução burguesa desencadeadora do projeto de industrialização nacional (POCHMANN, 2017, p. 311).

O início da década de 30 caracterizou-se, portanto, por profundas mudanças na organização da sociedade brasileira. O êxodo rural, provocado em parte pela crise econômica mundial de 1929, que atingiu as exportações do café, levou milhares de pessoas a saírem do campo em busca de melhores condições de vida e trabalho, influenciando no processo de urbanização das cidades, bem como no incipiente processo de industrialização do país. Sobre esse aspecto, Caires e Oliveira (2014, p. 52) ressaltam que no início da Era Vargas, período de consolidação do capitalismo no Brasil, a sociedade brasileira mudou o seu perfil, o que evidenciou “a necessidade de políticas públicas, voltadas para a área da educação, objetivando atender ao novo modelo socioeconômico”.

Iniciava-se assim uma nova fase na história do Brasil, que traria mudanças significativas para o projeto educacional do país. Com a Revolução de 30 e a entrada de Getúlio no poder, o país passou por uma de suas mais profundas transformações no cenário político, econômico e social. O governo provisório adotou uma série de mudanças que impactaram também na educação.

Logo após a posse, uma das primeiras medidas do novo governo foi a criação do Ministério de Educação e Saúde Pública, em novembro de 1930, comandado por Francisco Campos. Com essa ação, a educação do país passou a ser regida e regulamentada por um sistema nacional, com ampla participação da União. Devido a criação do novo órgão, as Escolas de Aprendizes Artífices foram desligadas do Ministério da Agricultura, passando a fazer parte do novo Ministério. De acordo com Fonseca (1961, p. 207) com essa mudança de gestão das escolas profissionais em nível nacional, abria-a um novo horizonte e “surgiam esperanças, que o tempo tornaria em realidade, de obtenção de maiores recursos financeiros, de modo a tornar possível a melhoria geral dos prédios e das instalações das oficinas”.

Nos primeiros meses de 1931, foram promulgados sete decretos pelo recém-criado Ministério da Educação e Saúde, que ficaram conhecidos com Reforma Francisco Campos. Para Saviani (2013, p. 196), essas medidas representaram a intenção do novo governo de “tratar a educação como questão nacional, convertendo-se, portanto, em objeto de regulamentação, nos seus diversos níveis e modalidades”. A reforma, no entanto, deixou quase que completamente excluído o ensino profissional. Dentre as mudanças instituídas por tais decretos, a única a tratar da formação para o trabalho foi a promulgação do Decreto nº 20.158, de 30 de junho de 1931, que organizou o ensino comercial nos níveis médio e superior e regulamentou a profissão de contador.

No entanto, a regulamentação dada ao ensino comercial não se estendeu aos demais cursos profissionalizantes, especialmente ao ensino industrial, tão importante num momento em que o país iniciava seu processo de industrialização. Para Romanelli (2005), por ter suprimido o ensino industrial num momento em que o país despertava para a industrialização, a reforma regrediu e perdeu a oportunidade de criar um sistema de ensino profissional condizente com a ideologia do desenvolvimento nascente na vida política nacional.

Cunha (2000) por sua vez, ressalta que o governo provisório, instaurado pela Revolução de 1930, não tinha precisamente um projeto educacional a ser desenvolvido, o seu programa para educação apresentava poucas e fragmentadas referências à questão educacional e à formação da força de trabalho. No entanto, o autor reconhece que, com a promulgação do Decreto nº 20.158/31, o termo técnico foi empregado pela primeira vez na legislação brasileira em sentido estrito, ou seja, nomeando um nível intermediário na divisão do trabalho, pois até aquele momento esse termo foi usado com uma conotação ampla.

Nesse mesmo ano, 1931, foi promovida a IV Conferência Nacional de Educação, a fim de que fossem elaboradas diretrizes políticas para a educação nacional. No entanto a conferência foi palco de muitos impasses, entre eles a discussão acerca da obrigatoriedade do ensino religioso, defendido pelos conservadores e atacado pela ala renovadora que propunha a laicidade do ensino e gratuidade do ensino. Após inúmeras discussões, os grupos divergentes não conseguiram chegar a um consenso e esse impasse impediu que se chegasse no intuito inicial da conferência.

No ano seguinte, a publicação do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova decretou a ruptura entre conservadores/católicos e liberais. O Manifesto foi um documento elaborado por Fernando Azevedo e assinado por 26 intelectuais brasileiros, defensores do movimento de “renovação educacional”. Esses educadores eram advindos de um movimento de reconstrução educacional, inspirados em novos ideais de educação (CAIRES; OLIVEIRA, 2016).

Para Saviani (2013), o manifesto apresenta-se como um instrumento político que expressa a posição de uma corrente de educadores que vislumbrou na Revolução de 30 a oportunidade de conquistar a hegemonia educacional no país. Com a proposta de renovação da escola tradicional, o Manifesto não só diagnosticou os problemas, como sugeriu novos rumos às políticas públicas e educação.

Segundo Romanelli (2005) essas reivindicações de mudança em prol da educação escolar brasileira contidas no Manifesto, foram fundamentadas através da análise da educação do ponto de vista filosófico, sociológico e psicológico. Para a autora, o documento é inovador a medida que vislumbra a educação como um problema social e representa “a reivindicação de mudanças totais e profundas na estrutura do ensino

brasileiro, em consonância com as novas necessidades do desenvolvimento” (ROMANELLI, 2005, p.150). De fato, o Manifesto defendia a escola, pública, gratuita, laica e obrigatória, ressaltando a responsabilidade do Estado para com a educação.

Esse clima de instabilidade do sistema educacional e de disputas ideológicas entre movimento renovador e movimento tradicional, acabou influenciando na elaboração do texto das Constituições de 1934 e 1937. A Constituição de 34 representou quase que totalmente uma vitória do movimento renovador, salvo o artigo 153, que instituiu o ensino religioso facultativo em consonância com os interesses dos representantes da Igreja Católica (ROMANELLI, 2005).

No seu artigo 152, a Constituição de 34, determinava que o Conselho Nacional de Educação, criado pelo Decreto nº 19.850, de 11 de abril de 1931, elaborasse um Plano Nacional de Educação, que seria aprovado pelo poder Legislativo e deveria trazer sugestões de medidas para solucionar os problemas educativos do país (BRASIL, 1934).

Sobre esse aspecto, Cury (2014, p. 132) ressalta que

Esta incumbência se situava dentro de um desafio maior trazido pela Revolução de Trinta, qual seja o de enfrentar a maior complexidade da sociedade brasileira pela crescente urbanização do país e pela industrialização, com uma educação escolar que lhe fosse consequente.

O CNE redigiu então o referido documento, dedicando um capítulo ao ensino profissional, que foi denominado de ensino especializado. No texto, o ensino especializado era dividido em três ramos: elementar, médio e superior, que por sua vez possuíam subdivisões, onde eram detalhadas suas especificidades. Em maio de 1937, após diversas seções, o anteprojeto do PNE foi concluído, entregue ao Ministro Capanema e

encaminhado ao então presidente Vargas e a Câmara de Deputados. No entanto, o golpe de Estado instituído por Vargas e as Forças Armadas, fechou o Congresso em 10 de novembro de 1937, impedindo o prosseguimento do Plano (CURY, 2014, p. 134).

O Golpe, que deu início a fase ditatorial da Era Vargas, levou a instauração de uma nova constituição em 1937, “que não teve a mesma amplitude da anterior, no que tange à educação, mas continuou atribuindo à União o poder de legislar, privativamente, sobre as diretrizes da educação nacional” (CAIRES; OLIVEIRA, 2016, p. 58). A Constituição de 1937 apresentou indícios de uma organização ou preocupação com o ensino profissional ao tratar do ensino pré-vocacional voltado às classes menos favorecidas no artigo 129 (BRASIL, 1937).

Reconhece-se que a Constituição de 37 foi a primeira a tratar sobre a temática da educação profissional, dando-lhe certa relevância. No entanto, observamos mais uma vez fortes traços da dualidade na educação, pois apesar de apresentar essa preocupação com a educação para o trabalho, essa lei, segundo Romanelli (2005) oficializou o ensino profissional como ensino destinado aos pobres e assim o Estado instituiu oficialmente por intermédio da escola a discriminação social.

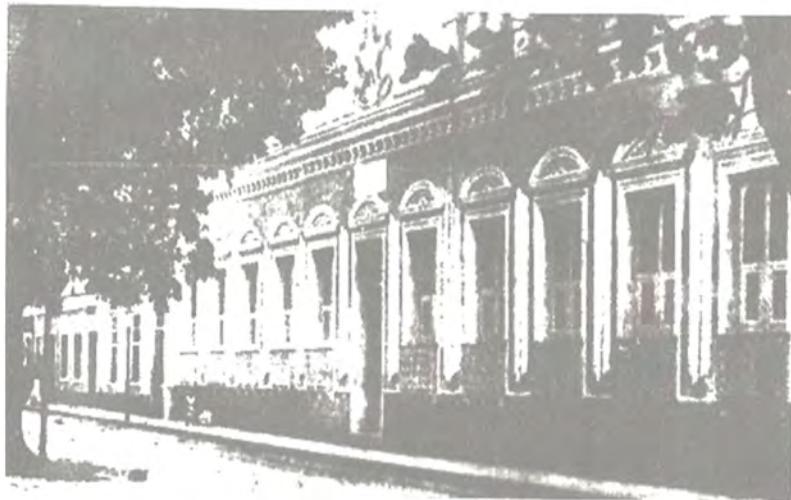
Em 1934, o Decreto nº 24.558, de 3 de julho, havia transformado a Inspeção do Ensino Profissional Técnico em Superintendência do Ensino Industrial, órgão subordinado ao Ministério da Educação e Saúde, que seria responsável pela direção superior das escolas federais de ensino industrial. A justificativa para a mudança está bem explicada no texto da lei. Tendo em vista que o ensino oferecido nas escolas de aprendizes artífices estava restrito a formação de artífices para as profissões elementares, a evolução observada nas indústrias nacionais exigia

que a formação de operários ministrada nesses estabelecimentos se adequasse “às exigências da técnica moderna”, com conhecimentos especializados. A falta de operários e contramestres especializados já era sentida nas fábricas e indústrias e o decreto também previa, no seu artigo 2º, um programa de expansão gradativa do ensino industrial, onde seriam anexadas às escolas profissionais seções de especialização para as indústrias regionais, além da possibilidade de instalação de outras escolas industriais (BRASIL, 1934).

Em janeiro de 1937, a Lei nº 378 deu nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública, que era gerido por Gustavo Capanema. Com essa reforma a Superintendência do Ensino industrial foi extinta, sendo substituída pela Divisão do Ensino industrial. Essa mesma lei que reestruturava o Ministério da Educação, extinguiu as escolas de Aprendizizes Artífices e criava em seu lugar os liceus profissionais. O artigo 37 da referida lei determinou que a Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Braz e as escolas de aprendizes artífices, mantidas pela União, fossem transformadas em liceus, destinados ao ensino profissional, em todos os ramos e graus (BRASIL, 1937).

No mesmo artigo, um parágrafo único prenunciava a criação de novos liceus em todo país a fim de propagar o ensino profissional, demonstrando o interesse do Governo em investir no ensino industrial. Foi nesse cenário, que ocorreu a implantação do Liceu Industrial de Fortaleza. Nesse período de transição, a instituição funcionou num prédio que abrigava anteriormente o Liceu do Ceará, localizado na Praça dos Voluntários, na Rua do Rosário, s/n, Centro, conforme mostra a figura 4 (SIDOU, 1979).

Figura 4 – Prédio ocupado pelo Liceu Industrial de Fortaleza

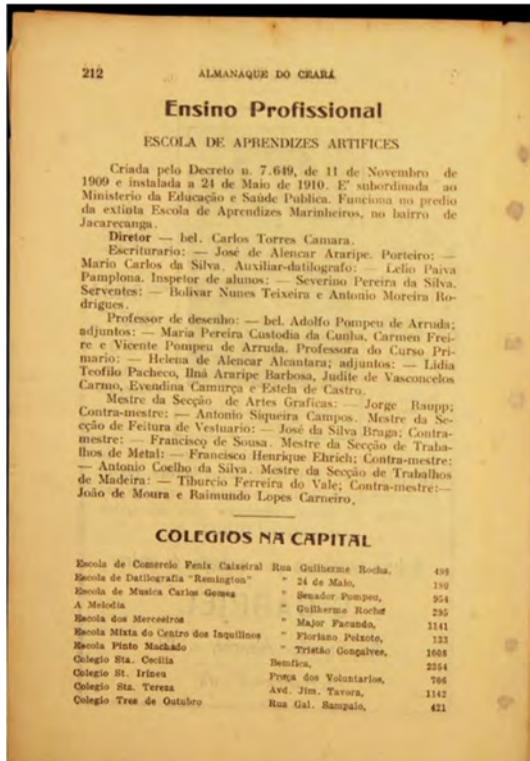


Fonte: Sidou (1979, p. 21)

Quando a lei de criação dos Liceus Industriais entrou em vigor, a administração da instituição estava sob a responsabilidade de Carlos Câmara, que assumira a direção da instituição em 1913, quando ainda denominava-se Escola de Aprendizes Artífices, tornando-se assim o primeiro diretor do Liceu Industrial de Fortaleza. Carlos ficou à frente da instituição por dois períodos, totalizando 25 anos de gestão. A segunda gestão do Liceu Industrial de Fortaleza ficou a cargo do engenheiro Waldir Diogo da Fonseca que assumiu oficialmente a direção da instituição em 02 de abril de 1939, após o falecimento de Carlos Torres Câmara (SIDOU, 1979).

O Almanaque do Ceará do ano de 1937 revela a composição administrativa da instituição no ano de transição, quando a Escola de Aprendizes Artífices passou a intitular-se Liceu Industrial, conforme mostra a Figura 5, que pode ser visualizada com mais detalhes no Anexo D.

Figura 5 — Equipe Administrativa da EAA em 1937



Fonte: Almanach estatístico, administrativo, mercantil, industrial e literário do estado do Ceará (1937)

Na sua obra *O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização*, Luiz Antonio Cunha (2000) expõe um panorama quantitativo das Escolas de Aprendizes Artífices. Apresentando estatísticas oriundas de relatórios dos diretores das escolas e ministros da pasta, o autor mostra dados de matrícula e frequências dessas escolas até 1942, quando houve a transição para Escola Industrial de Fortaleza, contemplando assim o período de 1937 a 1942 quando a instituição foi denominada de Liceu Industrial de Fortaleza. Apesar da dificuldade de reunir esses dados

tendo em vista falhas e carência de informações nesses relatórios, apresenta-se na tabela 6 a distribuição de matrículas e taxa de frequência anual da instituição no Ceará:

Tabela 6 – Número de alunos matriculados no Liceu Industrial de Fortaleza e taxa de frequência anual

Ano	Nº de matriculados	Taxa anual de frequência
1937	319	50,4 %
1938	470	69,8
1939	400	31,7
1940	329	...
1941	315	...
1942	61	...

Fonte: Cunha (2000, p. 94, 106)

Em 1939, dois anos após a implantação do Liceu Industrial de Fortaleza o número de matriculados chegou ao número de 400, sendo distribuídos em oficinas de trabalho em madeira (151), trabalho em metal (127), artes gráficas (66) e vestuário (56). Apesar dos dados serem escassos a partir de 1940, a tabela 6 mostra que as menores taxas de frequência ocorreram nesse ano (1939), chegando apenas a 31,7% (CUNHA, 2000).

No Ceará, a implantação do Liceu Industrial de Fortaleza ocorreu após 27 anos de funcionamento da Escola de Aprendizes Artífices e atendeu a um número considerável de alunos, promovendo a formação profissional de jovens, de modo a atender as exigências do novo cenário social. Com a Lei Orgânica do Ensino Industrial (Decreto-Lei 4.073 de 30/01/1942) e a transferência do ensino profissional para o grau médio,

mudava-se a função das EAA's que ofereciam ensino primário juntamente ao ensino de ofícios. Desse modo, substituía-se o caráter assistencialista característico das EAA's por um modelo de ensino destinado à formação de um contingente de trabalhadores que atenderiam às demandas do mercado de trabalho.

A partir de 1939, com a eclosão da 2ª Guerra Mundial, surgiram novas necessidades, oriundas da ampliação do processo de industrialização no país. O aumento da fabricação e exportação de produtos, exigiu a formação de trabalhadores qualificados para atender as demandas do setor produtivo.

Em 1941, num despacho do então Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, datado de 28 de agosto, o nome da instituição mudou novamente, passando a intitular-se Liceu Industrial do Ceará. No entanto, essa denominação não perdurou por muito tempo, visto que no ano subsequente, o Decreto-Lei 4.127/42 transformou os Liceus Industriais em Escolas Industriais e Técnicas, passando a ofertar cursos técnicos e cursos pedagógicos, bem como cursos industriais e os cursos de mestría<sup>4</sup>, com a formação profissional em nível equivalente ao do secundário. (Brasil, 1942). No Ceará foi instituída então a Escola Industrial de Fortaleza. Quando houve essa mudança de nomenclatura a instituição já funcionava em outro espaço, na sede beneficente da Rede de Viação Cearense, conforme ilustra a Figura 6:

---

<sup>4</sup> De acordo com a Lei Orgânica do Ensino Industrial, o Decreto-Lei 4.073/42, os cursos de mestría eram uma das modalidades de cursos ordinários, que compunham o primeiro ciclo do ensino industrial, que era dividido em ordens de ensino: ensino industrial básico, ensino de mestría, ensino artesanal e aprendizagem. Tinham por finalidade "dar aos diplomados em curso industrial a formação profissional necessária ao exercício da função de mestre" (BRASIL, 1942).

Figura 6 – Prédio ocupado pela Escola Industrial de Fortaleza em 1942



Fonte: Sidou (1979, p. 22)

O quadro crescente da industrialização no país demandou a organização, ampliação e fortalecimento do ensino Industrial. Todas essas mudanças exigiram um posicionamento do Estado frente a essa nova necessidade. Em resposta a essa exigência do mercado, a partir de 1942, por iniciativa do ministro Gustavo Capanema, o governo decretou uma série de mudanças na educação que ficaram conhecidas como Leis Orgânicas, que reformaram alguns ramos do ensino. De acordo com Romanelli (2005), nos três últimos anos do Estado Novo foram promulgados os seguintes decretos-lei:

Decreto-lei 4.073, de 30 de janeiro de 1942: - Lei Orgânica do Ensino Industrial;

Decreto-lei 4.048, de 22 de janeiro de 1942: - Cria o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial;

Decreto-lei 4.244, de 09 de abril de 1942: - Lei Orgânica do Ensino Secundário;

Decreto-lei 6.141, de 28 de dezembro de 1943: - Lei Orgânica do Ensino Comercial (ROMAELLI, 2005, p. 154)

Vale ressaltar que a publicação desse conjunto de leis demonstrou a relevância que a educação profissional adquiriu no país “pois foram definidas leis específicas para a formação profissional em cada ramo da economia e para a formação de professores em nível médio” (MOURA, 2007, p. 09).

Em 1945, o governo Vargas foi deposto, encerrando-se o período do Estado Novo, marcado por uma política educacional autoritária que legitimou a separação entre o Ensino Secundário e os cursos profissionalizantes, beneficiando a articulação de políticas que favoreciam os interesses dos setores empresariais privados e das estatais em detrimento das classes populares (MANFREDI, 2016, p. 74).

Para Cunha, a política educacional do Estado Novo reforçava a dualidade escolar, pois

erigiu uma arquitetura educacional que ressaltava a sintonia entre a divisão social do trabalho e a estrutura escolar, isto é, entre o ensino secundário, destinado às “elites condutoras”, e os ramos profissionais do ensino médio, destinados às “classes menos favorecidas”, embora os alunos desses ramos devessem ser selecionados. Ou seja, a pobreza ou o “menor favorecimento” poderia ser condição conjuntural, mas não era suficiente para o ingresso num curso profissional (CUNHA, 2000, p. 07).

Com todas essas reformas e as que viriam a ser adotadas posteriormente, o ensino técnico foi ampliado e reorganizado. No entanto, esse reordenamento do ensino profissional, apesar de apresentar uma preocupação do governo com a expansão do ensino e ampliação do acesso, revelava-se na realidade uma forma de promover a formação de mão de obra para as necessidades do mercado de trabalho. Desse modo, mantinha-se

o forte caráter dualista da educação brasileira, ao passo que ao ensino profissional foi delegada a função de formar trabalhadores oriundos das classes baixas para atuar na produção industrial, enquanto às elites eram destinados os cursos secundários e posteriormente os cursos superiores, reforçando as diferenças entre o trabalho manual e intelectual.

## A Segunda República: retorno ao regime democrático, política de desenvolvimento e educação profissional

A adoção de uma nova constituição em 1946 consolidou o retorno ao regime democrático no país. Caracterizada pelo espírito liberal e democrático, a carta de 1946 assegurava a liberdade de pensamento e estabilidade que cabia à União preceituar sobre as diretrizes e bases da educação nacional, aproximando-se da Constituição de 1934, inspirada nos princípios proclamados pelos pioneiros da Educação Nova. (ROMANELLI, 2005, p. 170).

No que se refere à educação profissional, a Constituição de 1946 não fez menção a essa modalidade de ensino, evidenciando um retrocesso em relação a constituição anterior, de 1937, que apresentou alguns indícios de organização da formação para o trabalho, ainda que numa visão assistencialista.

Mesmo após a queda do Governo Vargas, as reformas prosseguiram, e em 1946 uma série de decretos-leis continuaram a reforma iniciada no Estado Novo. Dentre eles, o Decreto Lei nº 9.613, de 20 de agosto, sancionou a Lei Orgânica do Ensino Agrícola, que estabeleceu as bases de organização escolar do ensino agrícola. O artigo 2º definia que essa modalidade de ensino deveria atender aos interesses dos que trabalhavam nos serviços da vida rural, das propriedades ou estabelecimentos

agrícolas e aos interesses da nação. A disposição preliminar da lei, apontava que o ensino agrícola estaria destinado essencialmente à preparação profissional dos trabalhadores agrícolas, e mais adiante, o artigo 3º define as suas finalidades:

1. Formar profissionais aptos às diferentes modalidades de trabalhos agrícolas.
2. Dar a trabalhadores agrícolas jovens e adultos não diplomados uma qualificação profissional que lhes aumente a eficiência e produtividade.
3. Aperfeiçoar os conhecimentos e capacidades técnicas de trabalhadores agrícolas diplomados (BRASIL, 1946).

Quando aos tipos de estabelecimentos agrícolas, o artigo 12 dispunha que haveria três tipos: escolas de iniciação agrícola, escolas agrícolas e escolas agrotécnicas. O artigo 53 do referido decreto estabeleceu que o ensino agrícola seria ministrado pelos poderes públicos, mas também estava livre à iniciativa privada.

As leis orgânicas, alicerçadas na reforma de Gustavo Capanema, promoveram um reordenamento no sistema escolar brasileiro e “redefiniram os currículos e articulações entre cursos, ramos, ciclos e graus” (MANFREDI, 2016, p. 74).

Assim, essa série de decretos-leis reorganizaram o ensino brasileiro, que se pautava claramente numa ideologia de garantir à elite dominante uma educação intelectual, ao passo que o ensino profissional era destinado às classes menos favorecidas, objetivando sua preparação para o mercado de trabalho, o que reforçava a organização dualista do sistema educacional brasileiro.

Vale ressaltar que o sistema educacional gerido pelo Estado Novo não foi desfeito, haja vista que muitos decretos e leis continuaram a ter validade. Além disto, pode-se perceber que no período posterior ao Governo Vargas, “o Estado continuou sendo o principal protagonista dos planos, projetos e programas de investimentos que alicerçaram o parque e o empresariado industrial” (MANFREDI, 2016, p. 780).

No cenário econômico da década de 50, destaca-se a implantação do Plano de Metas, política de desenvolvimento adotada no Governo de Juscelino Kubitschek, “baseada em ações de gestão, que priorizaram a técnica, a ciência, a eficácia e, sobretudo, a abertura da economia brasileira ao capital internacional”. Utilizando-se do lema 50 anos em 5, o Plano de Metas pretendeu atuar em diversos setores da economia, e resultou num período histórico marcado por uma grande expansão econômica e crescimento da indústria de base nacional, impulsionados em parte pela implementação da indústria automobilística que trouxe investimentos de montadoras estrangeiras, atraídas pelos subsídios e isenção de impostos oferecidos pelo governo (CAIRES; OLIVEIRA, 2016, p. 68).

Isto posto, diante desse cenário de acelerado crescimento industrial, da necessidade de mão de obra especializada para atender as demandas do setor e do número escasso de técnicos de nível médio, fazia-se urgente a formação de profissionais que suprissem essa carência. Assim, em 1959, mediante a Lei 3.552, que dispunha sobre a organização escolar e administrativa dos estabelecimentos de educação profissional, realizou-se uma reforma no ensino industrial (BRASIL, 1959). As Escolas Industriais e Técnicas foram transformadas em autarquias com autonomia didática e de gestão, por força do Decreto nº 47.038 de 16 de outubro, que regulamentou a Lei 3.552 aprovando o Regulamento

do Ensino Industrial. Uma das mudanças mais significativas foi a autonomia dada às escolas técnicas federais. O artigo 56 do referido decreto, determinou que as escolas que compunham a rede federal de estabelecimento de ensino industrial do Ministério da Educação e Cultura (MEC), teriam “personalidade jurídica própria e autonomia didática, administrativa técnica e financeira” (BRASIL, 1959). No caso da escola do Ceará, não houve alteração na sua nomenclatura e esta continuou a chamar-se Escola Industrial de Fortaleza.

Nessa nova fase, a autonomia concedida às escolas técnicas federais conferiu uma maior flexibilidade a estas instituições, causando uma ampla repercussão, ao passo que propiciou um crescimento no número de matrículas, a melhoria na qualidade dos cursos, o aumento na produtividade dos recursos, bem como a possibilidade de responder às necessidades locais e regionais (CUNHA, 2005, p. 144).

A mencionada lei previa ainda a instituição de um Conselho de Representantes composto por seis representantes da comunidade, escolhidos pelo Presidente da República, a quem competia a administração dos estabelecimentos de ensino industrial, sendo renovado a cada dois anos. (BRASIL, 1959). No Ceará, a posse do 1º Conselho de Representantes da Escola Industrial de Fortaleza ocorreu no 04 de abril de 1960, contando com a seguinte composição:

Thomás Pompeu Brasil de Souza Neto (Presidente), representante da indústria; Waldyr Diogo de Siqueira (Vice-presidente), representante da indústria; Luciano Ribeiro Pamplona, representante da Escola de Engenharia da Universidade do Ceará; Egberto de Paula Pessoa Rodrigues, representante do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura; Renato Rodrigues Mota, representante do corpo docente da escola; e Antonio Urbano de Almeida, representante dos educadores (SIDOU, 1979, p. 29).

Pelo exposto, observa-se a forte presença dos industriais na instituição, pois embora as Escolas Técnicas tenham adquirido maior autonomia por força da lei, havia ainda uma grande centralização no poder federal, tendo em vista que estes membros do Conselho de Representantes deveriam ser escolhidos pelo presidente da República, mediante proposta do Ministério de Educação e Cultura, depois de ouvida a Diretoria do Ensino Industrial (BRASIL, 1959).

Nesse período, numa perspectiva mais abrangente, debatia-se também os rumos da educação no país. Após um longo período de discussões e embates ideológicos e políticos, a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, foi promulgada em 20 de dezembro de 1961. No que tange à educação profissional, no capítulo III, destinado ao ensino técnico, que abrangia os cursos industriais, agrícolas e comerciais, a Lei 4.024 concedeu equivalência plena a todos os cursos técnicos desenvolvidos em nível do ensino secundário, para efeito de ingresso no nível superior, e permitiu que os alunos concluintes do curso de aprendizagem pudessem matricular-se nos ginásios de ensino técnico em série adequada ao grau de estudos atingido no referido curso. Facultou ainda às instituições a criação de um curso pré-técnico de um ano, entre o primeiro e segundo ciclos, onde seriam ministradas disciplinas do curso colegial secundário (BRASIL, 1961).

Apesar da Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1961 ter garantido uma maior flexibilidade, permitindo a equivalência de cursos técnicos para fins de ingresso no ensino superior e o acesso entre o ensino profissionalizante e o ensino secundário, as práticas escolares dualistas persistiam, mantendo-se a dualidade estrutural na educação brasileira. A equiparação do ensino profissional técnico ao ensino secundário quanto à equivalência e a viabilidade de continuação dos estudos, funcionou apenas do ponto de vista formal, camuflando a histórica dualidade entre o ensino destinado às elites e o ensino destinado às classes mais pobres.

No tocante à dependência pedagógica, a evolução do sistema de ensino técnico industrial “desenvolveu-se sob um marcante processo centralizador”, indo de encontro a autonomia crescente experimentada pelo sistema educacional como um todo a partir do fim Estado Novo e intensificada com a instituição da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em 1961 (CUNHA, 2005, p. 146).

Figura 7 – Novo prédio da Escola Industrial de Fortaleza



Fonte: Site Fortaleza Nobre (<http://www.fortalezanobre.com.br/>)

De acordo com Sidou (1979), após várias transferências de sede, a Escola Industrial de Fortaleza passou a funcionar no prédio situado na Avenida Treze de Maio, onde ainda funciona atualmente. A mudança para as novas instalações ocorreu em 1952 quando o país experimentava essa ascensão no ensino técnico industrial.

Durante esse período, a escola foi administrada pelos seguintes diretores: Waldyr Diogo de Siqueira, que permaneceu na direção de 02 de abril de 1939 a 23 de janeiro de 1951; Jorge Raupp, que assumiu a administração da instituição em 24 de setembro de 1951, tendo encerrado sua gestão por circunstâncias trágicas, decorrentes do seu assassinato, crime ocorrido em 15 de janeiro de 1957, vindo o diretor a falecer no dia 23 daquele mês. Como seu sucessor foi nomeado José Roberto de Mello Barreto, que assumiu o cargo em 29 de abril de 1957. Com a Lei 3.552, de 1959, ficaria a cargo do presidente do Conselho de Representantes nomear o responsável pela direção das escolas industriais. O Conselho então decidiu pela permanência de José Roberto de Mello Barreto, que foi reconduzido ao cargo por duas outras vezes, por escolha dos então presidentes do Conselho, ficando na direção da instituição até 25 de julho de 1969, quando então a administração da escola foi repassada a Raimundo César Gadelha de Alencar Araripe (SIDOU, 1979, p. 42-43).

Após o período de crescimento experimentado no governo Juscelino, que alavancou a economia, aumentou a produção industrial, ao mesmo tempo que acarretou uma série de problemas internos, seguiu-se o curto governo de Jânio Quadros, que pouco depois de assumir a presidência, renunciou ao cargo. João Goulart, que assumiu a presidência no período de 1961 a 1964, tentou realizar reformas estruturais, apoiadas pelos trabalhadores, no entanto, tais posições ideológicas foram de encontro aos interesses da elite política e econômica do país, que sob a tutela dos Estados Unidos, tomou o poder em um golpe de Estado, instaurando a ditadura militar em 1964 (CAIRES, OLIVEIRA, 2016, p. 74-75).

## A Ditadura Militar, o tecnicismo e os reflexos das reformas na educação profissional

Com o golpe militar de 1964, o país passava a ter uma nova orientação política, ideológica e econômica. No novo modelo econômico estabelecido pelos militares, a internacionalização da economia substituiu o modelo nacionalista desenvolvimentista, o crescimento econômico demandava a qualificação de mão de obra técnica e a educação, que passava a ser considerada um meio para alcançar esse desenvolvimento nacional, precisava se adequar a esse novo modelo.

Com as mudanças políticas de 1964, as políticas educacionais, incluindo-se àquelas voltadas para a formação da classe trabalhadora, passaram a ser orientadas por correntes liberais que se identificavam com as formulações da Teoria do Capital Humano (TCH). Essa teoria relaciona-se diretamente com a pedagogia tecnicista, que tem por principal característica “o pressuposto da eficiência e da produtividade, obtida a partir da neutralidade científica inspirada nos princípios da racionalidade, e defende a reordenação do processo educativo de modo a torná-lo objetivo e operacional” (GIORGI; ALMEIDA, 2014, p. 267).

Essa perspectiva foi fortalecida pelo financiamento da *United States Agency of Internacional Development* (USAID) e pela vinda de consultores norte-americanos que auxiliariam na construção de escolas direcionadas à capacitação de trabalhadores para atender às exigências do mercado de trabalho (CAIRES; OLIVEIRA, 2016, p. 75).

Desse modo, no período compreendido entre 1965 e 1968 foram firmados os acordos que ficaram conhecidos como acordos MEC-USAID, que dentro desse contexto histórico, que compreende a educação como meio para o desenvolvimento econômico, tinham como objetivo “fornecer as diretrizes políticas e técnicas para uma reorientação

do sistema educacional brasileiro, sempre considerando as demandas do desenvolvimento capitalista internacional” (GIORGI; ALMEIDA, 2014, p. 268).

Por consequência, em 1965, a Lei nº 4.759, de 20 de agosto, definiu nova denominação e qualificação às Universidades e Escolas Técnicas Federais. Desse modo, as Universidades e as Escolas Técnicas da União, vinculadas ao Ministério da Educação e Cultura sediadas nas capitais dos Estados foram qualificadas de federais e tiveram na denominação a inclusão do respectivo Estado. Assim, a Escola Industrial de Fortaleza passou a denominar-se Escola Industrial Federal do Ceará (BRASIL, 1965).

Figura 8 – Fachada da Escola Técnica Federal do Ceará



Fonte: Acervo Memorial do IFCE – Raimundo César Gadelha de Alencar Araripe

Dois anos após, em 1967, o Decreto nº 60.731, de 19 de maio, determinou que os órgãos de ensino vinculados ao Ministério da Agricultura fossem transferidos para o Ministério da Educação, ampliando assim a Rede Federal de Estabelecimentos de Ensino que passaria a contar com as novas escolas agrícolas e seus cursos técnicos (BRASIL, 1967).

A designação de Escola Industrial Federal do Ceará, contudo, não permaneceu por muito tempo, tendo em vista que em 1968, a Portaria Ministerial nº 331, de 06 de junho alterou novamente o nome da instituição que passou a intitular-se Escola Técnica Federal do Ceará (GADELHA, 2010, p. 53).

Em 1969, a Escola Técnica passou a ser administrada por Raimundo César Gadelha de Alencar Araripe que assumiu o cargo de diretor em julho de 1969, em substituição ao titular José Roberto de Mello Barreto, que pediu afastamento do cargo, tendo permanecido até 04 de abril de 1972, quando se concluiu o mandato. Após esse período ocorreram sucessivas nomeações em que este foi reconduzido ao cargo, somando 21 anos à frente da direção da instituição (SIDOU, 1979, p. 43). No período compreendido entre os anos 60 e 90, a Escola Técnica Federal do Ceará ofertou à comunidade os seguintes cursos técnicos, como mostra a tabela 7:

Tabela 7 – Cursos ofertados pela ETFCE entre os anos de 1960 e 1990

<b>Cursos</b>	<b>Carga Horária</b>	<b>Ano</b>	<b>Resolução – N°</b>
<b>Edificações</b>	4.320 h/a	1962	65 de 28/02
<b>Estradas</b>	4.152 h/a	1962	65 de 28/02
<b>Química Industrial</b>	3.922 h/a	1963	125 de 05/02
<b>Eletrotécnica</b>	4.256 h/a	1969	453 de 31/01
<b>Mecânica de Máquinas</b>	4.112 h/a	1969	453 de 31/01
<b>Telecomunicações</b>	4.220 h/a	1972	122 de 04/12
<b>Turismo</b>	3.120 h/a	1972	109 de 08/11
<b>Informática Industrial</b>	4.336 h/a	1987	628 de 04/07
<b>Segurança do Trabalho</b>	2.114 h/a	1989	100 de 21/12

Fonte: Gadelha (2010, p. 55)

Nos anos seguintes, a intervenção direta do Estado na economia, aliada a empréstimos e investimentos estrangeiros resultou num expressivo crescimento econômico que ficou conhecido como Milagre Econômico Brasileiro, que, entretanto, por não conseguir se auto sustentar acabou gerando o endividamento externo. Essa nova situação exigiu mudanças no setor industrial, que por sua vez refletiram diretamente na educação profissional. Para atender a essa expansão do sistema capitalista e com a finalidade de garantir o controle social e político, a educação precisava ser reformulada. Daí resultaram duas intervenções que reorganizaram a educação na Ditadura Militar: a reforma universitária, Lei nº 5.540/1968 e reforma do ensino de 1º e 2º graus, Lei nº 5.692/1971.

Em 1971, mudanças na LDB, tornaram o segundo grau compulsoriamente técnico-profissional. Sob a égide do governo ditatorial militar foi decretada a Lei 5.692/71 que instituiu a profissionalização compulsória para o segundo grau, numa tentativa de tornar o ensino médio profissionalizante para todos. Esse governo idealizava um modelo de desenvolvimento econômico baseado no “endividamento externo voltado para financiar uma nova fase de industrialização, o que ficou conhecido como o milagre brasileiro” (MOURA 2007, p.12). Para alcançar esse objetivo era necessário dispor de mão de obra qualificada, o que levou ao entendimento de que era preciso profissionalizar o ensino médio, atribuindo ao sistema educativo a função de preparar mão-de-obra para o mercado. Discutindo sobre esse aspecto, Manfredi (2016, p. 81) afirma que:

É importante salientar que essa ideia de profissionalização universal e compulsória ocorreu em um momento em que o País objetivava participar da economia internacional e, neste sentido, delegou (entre outras coisas) ao sistema educacional a atribuição de preparar os recursos humanos para a absorção pelo mercado de trabalho.

Segundo Caires e Oliveira (2016, p. 85), a profissionalização compulsória estabelecida pela Lei 5692/71 apresentou dificuldades para a sua implantação a partir de meados dos anos 70, especialmente “porque o progresso anunciado pelo Milagre Brasileiro não se concretizou nos patamares planejados nem se fez de maneira autossustentada, o que gerou grande aumento de endividamento externo do Brasil”.

Na prática, essa lei causou fortes impactos na rede de escolas, que não estavam preparadas para implantar essa alteração, haja vista a necessidade de profissionais qualificados e estrutura física adequada à implementação desses cursos. Faltavam condições físicas e materiais e muitas vezes, para atender o que preceituava a lei, as escolas funcionavam precariamente. Com efeito, essa compulsoriedade da profissionalização ficou restrita às escolas públicas, ao passo que as escolas privadas, que atendiam às elites, continuaram a oferecer formação propedêutica. Apenas as escolas que já possuíam uma tradição na oferta desses cursos profissionalizantes, conseguiram atender ao que preceituava a lei, a exemplo da rede federal de educação profissional.

Em 1978, as escolas técnicas federais de Minas Gerais, Paraná e Rio de Janeiro foram transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET), por força da Lei 6.545, de 30 de junho. Essas instituições tinham por finalidade oferecer educação tecnológica por meio de cursos superiores de graduação, pós-graduação e licenciaturas, cursos técnicos e de educação continuada, além de realizar pesquisas aplicadas na área tecnológica (BRASIL, 1978).

Após sucessivas alterações e diante das dificuldades encontradas para a efetivação da política de profissionalização compulsória, a Lei nº 7.044, de 18 de outubro de 1982, remodelou a Lei nº 5.692/71 retirando a obrigatoriedade da profissionalização no ensino do segundo

grau e reiterando o conceito de “preparação para o trabalho” em substituição ao termo “qualificação para o trabalho”, no seu artigo 4º. Isso permitiu que a oferta da habilitação profissional ficasse a critério do estabelecimento escolar, deixando de ser obrigatória: “§ 2º - À preparação para o trabalho, no ensino de 2º grau, poderá ensejar habilitação profissional, a critério do estabelecimento de ensino” (BRASIL, 1982).

Após mais de 16 anos de vigência do governo militar no Brasil, a situação socioeconômica passava por profundas transformações. O endividamento externo, a alta da inflação, a diminuição dos salários, a grande concentração de renda, entre outros problemas sociais e econômicos abalaram o desenvolvimento do país, que buscou auxílio financeiro junto ao Fundo Monetário Internacional - FMI, aumentando a dependência do país ao capital financeiro internacional. Aliado a isto, a crescente descrença no Milagre Brasileiro, levava a situação a complicar-se ainda mais. Nesse cenário, os anos 80 emergiam como um período de crise econômica, que ficaria conhecido como a década perdida. Toda essa conjuntura favoreceu o desgaste do governo autoritário “que só se sustentava por meio de ações de repressão e de censura”, favorecendo o surgimento de movimentos de mobilização civil, que reivindicavam a realização de eleições diretas e tudo esse cenário levou a um “processo lento e gradual de redemocratização do país, rumo ao Estado Democrático de Direito” (CAIRES; OLIVEIRA, 2016, p. 87-89).

### A Educação Profissional após a redemocratização: novos rumos?

Em 1985, após a ditadura militar, o país voltava a ter um presidente civil, Tancredo Neves, que foi eleito pelo Congresso Nacional, numa eleição indireta. Iniciava-se aí um processo de transição gradativa da democracia, que culminou com a saída dos militares do poder. Com a

morte de Tancredo Neves antes de assumir a Presidência da República, o cargo de presidente da República foi ocupado por José Sarney, seu vice-presidente.

A nova situação nacional exigia do governo, além da implantação do Estado democrático de direito, um posicionamento acerca das dificuldades econômicas enfrentadas pelo país. Como parte das ações para recuperar a economia, através de um novo projeto de desenvolvimento econômico, o governo criou um programa voltado a educação profissional, o Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Técnico - PROTEC, que tinha como objetivo “implantar 200 novas escolas técnicas industriais e agrotécnicas de 1º e 2º graus, justificado por dados estatísticos que apontavam para a precariedade do atendimento nesse nível de ensino” (RAMOS, 2014, p. 34).

Segundo Frigotto, Franco e Magalhães (2006) a criação desse programa estava pautada em interesses políticos e baseava-se numa visão produtivista e clientelista da educação.

Em 1986, o cenário favorável a redemocratização, estimulou a convocação da Assembleia Nacional Constituinte, e uma nova constituição foi promulgada em 1988. A Constituição da República Federativa do Brasil, assinalou a redemocratização do país, após o período de ditadura militar. Em diversos artigos, e particularmente no capítulo III, a constituição fixou as bases legais do direito à educação, que são mais bem detalhados no artigo 208. Já no seu preâmbulo, a constituição anuncia a instituição do Estado democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais. No artigo 6º, que descreve os direitos sociais dos cidadãos, a educação é tratada com primazia, como um direito e garantia fundamental:

São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (EC no 26/2000, EC no 64/2010 e EC no 90/2015) (BRASIL,2016, p. 18).

Assim, a constituição veio consagrar o direito à educação a todo e qualquer cidadão brasileiro. No mesmo artigo, o trabalho aparece como um direito social, o que serve de base para consolidar a inserção da educação profissional no rol de direitos do cidadão brasileiro.

O título II da Constituição de 1988, que trata dos direitos e garantias fundamentais, traz no capítulo II, a educação e o trabalho como direitos sociais, assim definindo-os no artigo 6º. Apesar de não ser apresentada de forma explícita na constituição como um direito, a educação profissional e tecnológica pode assim ser considerada por estar diretamente relacionada aos princípios constitucionais que apontam a educação como meio e condição para o cumprimento do direito ao trabalho. Quando o artigo 205 prevê que a educação deverá ser promovida visando o pleno desenvolvimento da pessoa, o preparo para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho, fica clarificada a importância da educação profissional e tecnológica, que contribui para a efetivação do direito ao trabalho (BRASIL, 2016).

Uma outra menção ao direito à educação profissional, está no artigo 214, que trata da instituição do Plano Nacional de Educação, que deverá definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias que assegurem a manutenção e o desenvolvimento do ensino. O inciso IV do referido artigo, assinala que essas estratégias e ações devem conduzir à formação para o trabalho, corroborando mais uma vez a importância e necessidade da educação profissional.

Tem-se ainda no artigo 227 uma outra referência constitucional ao direito à educação profissional e tecnológica. O artigo estabelece que é dever da família do estado e da sociedade, assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem o direito à educação e à profissionalização com absoluta prioridade (BRASIL, 2016).

O processo de redemocratização do país vivenciado ao longo dos anos 80 e as transformações na economia e no mundo do trabalho exigiram mudanças significativas no ensino profissionalizante, conforme afirma Moura (2007, p. 14):

Após a promulgação da Constituição Federal de 1988, ocorre no Congresso Nacional o processo que culmina com a entrada em vigor de uma nova LDB, a Lei nº 9.394/1996, já quase não há mais 2º grau profissionalizante no país, exceto nas ETFs, EAFs e alguns poucos sistemas estaduais de ensino.

Os anos 90 foram marcados pelo fortalecimento do projeto neoliberal no Brasil, período em que a educação pública enfrentou muitas dificuldades. As políticas de desenvolvimento nesse período são inteiramente condicionadas às exigências dos organismos financeiros internacionais e, quase exclusivamente, as medidas intervencionistas estatais direcionaram-se para o controle da inflação (BRASIL, 2010).

Ainda sobre esse aspecto Frigotto (2007, p. 03) afirma que

Neste contexto a relação que se estabelece entre a educação básica e a educação tecnológica é precária por diferentes aspectos ... uma tradição histórica que tem subordinado a educação técnica, tecnológica e, especialmente a profissional, aos interesses e orientação ideológica do capital. Essa visão mercantil se radicalizou com o ideário e políticas neoliberais a partir da década de 1990. Trata-se de formar um trabalhador 'cidadão produtivo' adaptado e com o desenvolvimento das 'competências' exigidas unilateralmente para o mercado.

Neste cenário, a Lei 8.948, de 8 de dezembro de 1994, instituiu o Sistema Nacional de Educação Tecnológica, transformando, gradativamente, as Escolas Técnicas Federais e as Escolas Agrotécnicas Federais em CEFETs. Essa lei permitia que as Escolas Técnicas já existentes se transformassem em Centros Federais de Educação Tecnológica, conforme destacado no primeiro parágrafo do artigo 3º:

A implantação dos Centros Federais de Educação Tecnológica de que trata este artigo será efetivada gradativamente, mediante decreto específico para cada centro, obedecendo a critérios a serem estabelecidos pelo Ministério da Educação e do Desporto, ouvido o Conselho Nacional de Educação Tecnológica (BRASIL, 1994).

Ainda não foi nesse período que a Escola Técnica do Ceará passou à condição de Centro Federal. Essa mudança só viria a ocorrer posteriormente, em 1999. Entre os anos de 1990 e 1994 a instituição esteve sob a direção do professor José de Anchieta Tavares Rocha. O seu sucessor, Samuel Brasileiro Filho, assumiu a direção da escola em 30 de julho de 1994, exercendo essa função até 01 de julho de 1998.

Historicamente, a Educação Profissional e Tecnológica foi influenciada por diversas concepções de formação que motivaram as políticas públicas adotadas para essa modalidade de educação ao longo dos anos. A atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que foi elaborada a partir de intensas discussões e passou por algumas alterações desde a sua aprovação, trata da EPT no artigo 36 e nos artigos 39 a 42.

A seção IV do segundo capítulo da LDB, trata da regulamentação do ensino médio, e a educação profissional aí se inclui como parte da educação básica. O artigo 36 da referida seção define que o currículo do

ensino médio será composto pela Base Nacional Comum e por itinerários formativos, e entre eles está presente no inciso V a “formação técnica e profissional”. O sexto parágrafo do mesmo artigo determina que “a critério dos sistemas de ensino, a oferta de formação com ênfase técnica e profissional considerará a inclusão de vivências práticas de trabalho no setor produtivo [...] e a possibilidade de concessão de certificados intermediários de qualificação para o trabalho” (BRASIL, 2017, p. 27).

Já a seção IV-A da LDB, composta pelos artigos 36-A a 36-D, refere-se especificamente à educação profissional técnica de nível médio. O artigo 36-A prevê que o ensino médio poderá preparar também o educando para o exercício de profissões técnicas, e a preparação geral para o trabalho poderá ser desenvolvida nos próprios estabelecimentos de ensino médio ou em instituições especializadas. O Artigo 36-B delimita as formas de desenvolvimento da educação profissional de nível médio, que pode ser articulada com o ensino médio ou subsequente, para aqueles que já concluíram o ensino médio. No artigo posterior, são especificadas as formas pelas quais a educação profissional articulada ao ensino médio pode ocorrer: integrada, quando o aluno, após a conclusão do ensino fundamental, cursa na mesma instituição o ensino médio e habilitação profissional, e a concomitante, oferecida a alunos matriculados no ensino médio, com matrículas distintas para cada curso, podendo cursá-lo na mesma instituição ou em instituições diferentes. O artigo 36-D discorre sobre a certificação desses cursos, que terão diplomas com validade nacional e que habilitarão para o prosseguimento de estudos na educação superior (BRASIL, 2017).

O capítulo III da LDB também é destinado à Educação Profissional e Tecnológica. Segundo o artigo 39, a EPT “integra-se aos diferentes níveis e modalidades da educação e às dimensões do trabalho, da ciência

e da tecnologia”. Os cursos dessa modalidade deverão ser organizados em eixos tecnológicos, que possibilitem a construção de diversos itinerários formativos e poderão ser de formação inicial ou continuada, de educação profissional técnica de nível médio e de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação. Nos artigos seguintes, temos que a educação profissional “será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada”, e que o conhecimento adquirido na EPT, “poderá ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos”. O artigo 42 encerra o capítulo destinado à EPT, determinando que as instituições de educação profissional e tecnológica deverão oferecer cursos destinados à comunidade, além dos seus cursos regulares (BRASIL, 2017).

Observamos que ainda que haja um capítulo específico para a EPT na LDB, este ainda não contempla todas as suas especificidades e definições, o que levou o governo a criar outras leis e normativas complementares para atender essas particularidades, visto que a EPT abrange vários níveis de ensino.

Numa avaliação a respeito da presença da Educação Profissional e Tecnológica na LDB, Afonso e Gonzalez (2016) trazem uma análise de diversas políticas públicas voltadas à EPT, incluindo-se as alterações na LDB que ocorreram em meio a disputas e concepções divergentes, e apontam que acabou prevalecendo “a política de atender a todos os atores sem marcar uma posição clara e precisa quanto à concepção do Estado acerca da relação entre trabalho e educação na educação profissional”, pois apesar de algumas ações apontarem para a prioridade do ensino médio integrado, outras convergiram para uma formação tecnicista,

atendendo ao setor produtivo e às demandas do mercado. Para os autores, a mudança desse cenário só será possível com a participação coletiva e colaborativa em encontros, reuniões e conferências na busca pela construção de um Sistema Nacional de Educação em que haja uma concepção de EPT direcionada para a formação omnilateral, que vislumbre “as possibilidades do desenvolvimento integral dos indivíduos tendo a emancipação humana como horizonte” (AFONSO; GONZALEZ, 2016, p. 737-738).

No ano seguinte a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases (Lei 9394/96), a homologação do Decreto 2.208/97 regulamentou os artigos referentes a Educação profissional na nova LDB. O decreto apresentou uma série de restrições na organização pedagógica e curricular, entre eles a extinção do ensino médio integrado, promovendo a desvinculação do ensino técnico e regular.

A chamada “Reforma da Educação Profissional” é implantada dentro do ideário de Estado Mínimo, com fortes reflexos nas escolas federais de educação profissional do país. As mudanças estabelecidas pela nova legislação são profundas e cortam pela raiz o movimento de redirecionamento desenhado pelas instituições federais (BRASIL, 2010, p. 13).

Em 1998, a Lei 9.649, de 27 de maio, significou um obstáculo à expansão da rede federal, uma vez que previa em seu artigo 47, parágrafo 5º:

A expansão da oferta de educação profissional, mediante a criação de novas unidades de ensino por parte da União, somente poderá ocorrer em parceria com Estados, Municípios, Distrito Federal, setor produtivo ou organizações não-governamentais, que serão responsáveis pela manutenção e gestão dos novos estabelecimentos de ensino (BRASIL, 1998).

Desse modo, a União poderia até custear a construção de novas instituições, mas a manutenção e gestão desses estabelecimentos seria responsabilidade dos estados, municípios ou rede privada. Tal iniciativa significou um retrocesso no processo de ampliação da rede federal de educação profissional, ao passo que impossibilitava a União de criar novas escolas profissionais. A criação de novas unidades de ensino só poderia ser realizada seguindo os parâmetros ditados por essa lei e mediante o financiamento vinculado ao PROEP (CARMO, 2016, p. 66).

Para Mattos (2013, p. 42), a consolidação do projeto neoliberal no Brasil, no decurso da década de 1990, representou, uma descontinuidade e, de certa forma, ruptura com um projeto de desenvolvimento nacional que se processava desde a década de 1930.

Mesmo com todos os entraves decorrentes do período supracitado, em 1999, retomou-se o processo de transformação das Escolas Técnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica iniciado em 1994, ocasião em que a Escola Técnica Federal do Ceará foi transformada em CEFET. Numa tentativa de interiorizar a instituição, “o Centro Tecnológico cearense passou a contar com duas Unidades Descentralizadas (UNEDs), a partir de fevereiro de 1999, uma na cidade de Cedro, e outra na região do Cariri, especificamente na cidade de Juazeiro do Norte” (SANTOS, 2007, p. 25).

Nesse cenário, as Escolas Técnicas Federais converteram-se em Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefet’s), o governo instituiu o Plano de Expansão da Educação Profissional (PROEP), ao mesmo tempo que separou o ensino profissional do propedêutico, que passou a ser oferecido nas modalidades concomitante e subsequente.

Durante o período de funcionamento do Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará, a instituição foi gerida por Antonio Mauro

Barbosa de Oliveira, que foi eleito em 1998 e permaneceu até 01 de junho de 2004, sendo substituído por Luiz Orlando Rodrigues, que foi diretor até 2005, ocasião em que a instituição passou a ser dirigida por Cláudio Ricardo Gomes de Lima, que permaneceu no cargo até 2008, quando o CEFETCE passou à condição de Instituto Federal.

Figura 9 – Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará



Fonte: Acervo IFCE Campus Fortaleza

Em contrapartida às políticas neoliberais dos anos anteriores que cortaram “pela raiz o movimento de redirecionamento desenhado pelas instituições federais” no início do século XXI há uma retomada na expansão da educação profissional e uma ampla reformulação na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (BRASIL, 2010, p. 13).

A eleição de um governo democrático popular, trouxe um viés mais progressista ao campo da educação. As políticas para educação profissional, a partir de 2003, buscam reverter o quadro traçado nos anos 90, que teve como ápice o Decreto 2208/97 (SOUSA, 2012, p. 242).

A anulação do dispositivo legal que impedia a instalação de estabe-

lecimentos de ensino mantidos pela união (Lei 8.948/1994) e a revogação do Decreto 2208/97, que desarticulou experiências exitosas de integração do ensino técnico ao ensino regular, permitiram um avanço em relação ao processo de expansão da Rede Federal. A oferta de ensino médio integrado é restabelecida pelo Decreto 5151/04, assim como a liberdade das instituições quanto ao projeto pedagógico desses cursos.

Antes mesmo da promulgação da lei 11.892/08 que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, houve no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), publicado em 2007, menção ao novo modelo previsto para essas Instituições Federais.

Ainda em 2007, o Decreto nº 6.095, de 24 de abril, estabeleceu diretrizes para o processo de integração de instituições federais de educação tecnológica, para fins de constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFET, que viria a ocorrer em 2008. Segundo o citado decreto seria função do Ministério da Educação estimular “o processo de reorganização das instituições federais de educação profissional e tecnológica, a fim de que atuem de forma integrada regionalmente” (Brasil, 2007).

O Decreto nº 6.095/07, em seu artigo 4º, parágrafo 1º, preceitua que essas instituições deveriam “ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando profissionais para os diversos setores da economia, em estreita articulação com os setores produtivos e a sociedade” (BRASIL, 2007).

Em 2008, a Lei 11.892, de 29 de dezembro, sancionada pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, criou a Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica, vinculada ao Ministério da Educação e constituída pelas seguintes instituições: Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – Institutos Federais; Universidade

Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR); Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET-RJ) e de Minas Gerais (CEFET-MG); Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais (BRASIL, 2008).

No Ceará, a criação do Instituto Federal se deu mediante a integração do Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará com as Escolas Agrotécnicas Federais de Crato e de Iguatu. Cláudio Ricardo Gomes de Lima, que nesse período de transição era diretor do CEFET no Ceará, assumiu a administração da instituição, passando a ser o primeiro reitor do Instituto Federal do Ceará. No ano de 2013, após processo eleitoral, Virgílio Augusto Sales Araripe assumiu a função de reitor, cargo que ainda ocupa atualmente, em virtude de uma reeleição ocorrida em 2017.

Institutos Federais nasceram como “instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas”. Como autarquias de natureza jurídica, estas instituições possuem autonomia administrativa, patrimonial, financeira, disciplinar e didático-pedagógica (BRASIL, 2008).

Vale salientar que o início desse processo de expansão se deu ainda em 2005, com o anúncio do Plano de Expansão da Rede Federal, pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, cuja instrumentalização fora dividida em Fase I (2005-2007) e Fase II (2007-2010). A eleição da presidenta Dilma Rousseff em 2010, garantiu a execução e continuidade desse projeto através do lançamento da Fase III.

Figura 10 – Fachada do Instituto Federal do Ceará *campus* Fortaleza



Fonte: Acervo do IFCE campus Fortaleza

Na primeira fase, o governo propunha-se a construir 64 novas unidades, preferencialmente em unidades da Federação que ainda não contavam com IF's, abrangendo regiões mais interioranas do país e das periferias dos grandes centros urbanos. A escolha da localidade devia considerar ainda a proximidade da escola aos arranjos produtivos instalados em níveis local e regional (Brasil, 2010, p. 35). Tais indicações pautaram-se pelo viés da necessidade de inclusão social, uma vez que privilegiariam regiões historicamente excluídas.

Segundo Pereira (2009), o papel previsto para essas novas instituições era:

[...] garantir a perenidade das ações que visem incorporar, antes de tudo, setores sociais que historicamente foram aliados dos processos de desenvolvimento e modernização do Brasil, o que legitima e justifica a importância de sua natureza pública e afirma uma Educação Profissional e Tecnológica como instrumento realmente vigoroso na construção e resgate da cidadania e transformação social" (PEREIRA, 2009, p. 3).

A Fase II previa a instalação de mais 150 novos estabelecimentos de ensino. De acordo com relatório de gestão do ano de 2009, a segunda fase do Plano de Expansão privilegiou o atendimento de todas as principais mesorregiões brasileiras, e utilizou como critérios centrais para a definição dos municípios que seriam contemplados com as unidades de ensino, as seguintes características:

- 1 - Distribuição territorial equilibrada das novas unidades de ensino;
- 2- Cobertura do maior número possível de mesorregiões;
- 3 - Sintonia com os Arranjos Produtivos Locais;
- 4 - Aproveitamento de infraestruturas físicas existentes;
- 5 - Identificação das parcerias (BRASIL, 2010, p. 36-40).

Considerando que, de 1909, com a instituição da Escola de Aprendizes e Artífices, marco da criação da rede federal de educação profissional no Brasil, até 2002, o país possuía 140 escolas técnicas vinculadas à rede federal, o Plano de Expansão representou um salto significativo para a educação profissional, redesenhando o cenário da EPT no Brasil, no que se refere ao número de escolas e a oferta de vagas. Desse modo, com a expansão realizada no período compreendido entre 2003 e 2010, a Rede Federal passou a contar com 354 unidades. Para Haddad (2008), a proposta do Institutos Federais como modelos de reorganização da rede federal de educação profissional e tecnológica para uma atuação integrada e referenciada regionalmente, evidencia com grande nitidez os desejáveis enlances entre educação sistêmica, desenvolvimento e territorialidade (HADDAD, 2008, p.18-19).

Em sua terceira fase, o Plano de Expansão da Rede Federal objetivou estender a presença dos Institutos Federais a todas as partes do território nacional, garantindo que todas as 558 mesorregiões do país pudessem

contar com pelo menos um *campus*. A intenção era atender qualitativamente as principais demandas relacionadas à formação profissional, oportunizar uma maior interiorização da oferta de ensino superior público e dotar os Institutos Federais de condições que lhe permitam articular a oferta de ensino médio em cada estado brasileiro (BRASIL, 2011, p. 28).

Para Pacheco (2012), a definição de critérios técnicos na escolha dos municípios que receberiam a instituição, foi um fator determinante para o sucesso da empreitada:

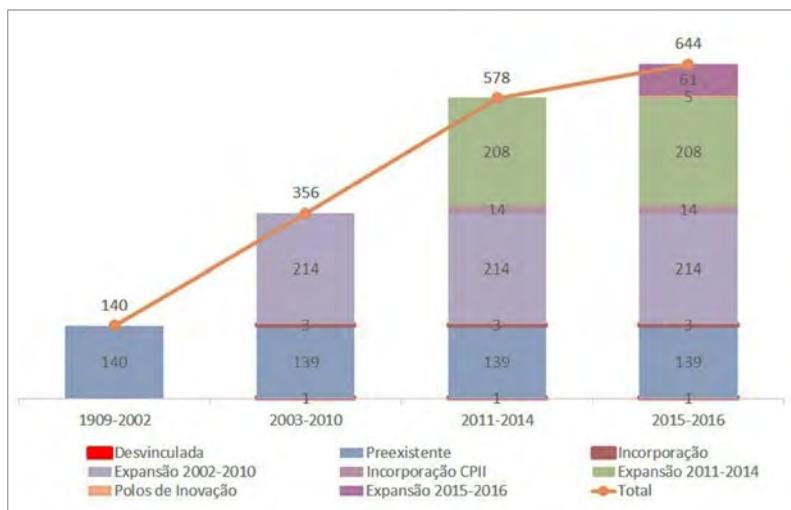
Um aspecto importante, pois inovador, a ser destacado na execução desse Plano de Expansão foi a priorização de critérios técnicos, em detrimento de critérios políticos (diga-se clientelísticos), como tem sido comum na gestão de políticas públicas, para a definição das áreas geográficas e municípios onde deveriam ser instaladas as novas unidades (PACHECO, 2012, p. 17).

Segundo o Relatório de Gestão do exercício de 2010, da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, a efetivação da 3ª fase do Plano de Expansão previa os seguintes resultados:

1 milhão e 200 mil alunos matriculados na Rede Federal;  
Institutos Federais presentes em 1 de cada 5 municípios brasileiros;  
Constituição da maior rede de iniciação científica do país;  
Equacionamento definitivo da oferta de cursos de licenciatura em ciências e em matemática;  
Atendimento qualitativo às principais demandas por formação profissional (BRASIL, 2011, p. 29).

A figura abaixo ilustra o salto quantitativo com relação ao número de unidades implantadas durante as fases de expansão até o ano de 2016:

Figura 11 – Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - em unidades



Fonte: Portal da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. (<http://redefederal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal>). Acesso em 13/10/2017

Para Feres (2015), os Institutos Federais, para além da expansão física voltada para interiorização da oferta educacional no país, tem avançado na sua missão institucional de promover educação pública gratuita de qualidade nos diversos níveis, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão.

# Narrativas Memorialísticas de uma Escola de Ensino Técnico: o que dizem os entrevistados

## A Escola Técnica Federal do Ceará

A Escola Técnica Federal tem sua origem no Ceará em 1968, em virtude de uma portaria ministerial que deu nova nomenclatura à Escola Industrial. Apesar da Lei nº 3.552, de 1959, ter transformado as escolas industriais em Escolas Técnicas Federais, a escola do Ceará permaneceu com a nomenclatura de Escola Industrial de Fortaleza. Entretanto, a partir dessa lei adquiriu “personalidade jurídica própria e autonomia didática, administrativa técnica e financeira” (BRASIL, 1959).

Nesse período, portanto, que antecede a mudança de nomenclatura, entre os anos de 1959 e 1961, foram promulgados duas leis e um decreto que regulamentaram o ensino técnico industrial: a Lei nº 3.552/59, já citada anteriormente, que dispôs sobre a organização escolar e administrativa dessas escolas e previu a criação de um novo regulamento, o Decreto nº 47.038/59, do mesmo ano, que instituiu o regulamento do ensino industrial previsto na Lei nº 3.552, e a Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, a LDB de 1961, que estabeleceu as diretrizes e bases da educação nacional.

De acordo com Cunha (2005b), com essa legislação, a primeira grande mudança foi a autonomia didática, administrativa, técnica e financeira adquirida por essas escolas. Tal autonomia trouxe uma grande repercussão, ao passo que permitiu a melhoria na qualidade dos cursos e o conseqüente aumento no número de matrículas, uma melhor gestão

e produtividade dos recursos e um alinhamento com as necessidades locais e regionais. Assim, a autonomia relegada às escolas técnicas fez com que estas se dedicassem a oferta de cursos técnicos, extinguindo progressivamente os cursos básicos.

No cenário econômico dessa época, caracterizado pelo crescimento econômico e aceleração da economia, se fazia urgente a oferta de treinamento para os trabalhadores, que viriam a suprir a demanda crescente por força de trabalho, principalmente na indústria. O modelo de crescimento experimentado no Governo de Juscelino Kubitschek, bem como a entrada de capital estrangeiro no período posterior ao Golpe de 1964, transformou a educação profissional num modelo de intervenção apropriado para o desenvolvimento do país, numa visão reducionista, voltada às demandas do mercado de trabalho. Nessa conjuntura, a Escola Técnica Federal do Ceará ofertava, no período que nos propomos estudar, os seguintes cursos técnicos:

Tabela 8 – Cursos técnicos ofertados pela ETFCE no período de 1962 a 1972

<b>Cursos</b>	<b>Ano</b>	<b>Resolução – N°</b>
Edificações	1962	65 de 28/02
Estradas	1962	65 de 28/02
Química Industrial	1963	125 de 05/02
Eletrotécnica	1969	453 de 31/01
Mecânica de Máquinas	1969	453 de 31/01
Telecomunicações	1972	122 de 04/12
Turismo	1972	109 de 08/11

Fonte: Gadelha (2010, p. 55)

De acordo com Braun (2015, p. 165), “a política educacional voltada ao ensino profissional na ETFCE visava estimular a adaptação da

mão de obra para as demandas dos setores produtivos, capacitando profissionais que pudessem exercer um julgamento técnico”. Na verdade, a oferta desses cursos técnicos buscava atender as demandas do momento econômico, bem como as exigências da produção industrial, em cumprimento ao que determinava o artigo 5º da Lei nº 3.552/59, que previa cursos técnicos de quatro ou mais séries, com o objetivo de assegurar a formação de técnicos:

Parágrafo único. Esses cursos devem adaptar-se às necessidades da vida econômica, das diversas profissões e do progresso da técnica, articulando-se com a indústria e atendendo às exigências do mercado de trabalho da região a que serve a escola (BRASIL, 1959).

Nessa conjuntura, em que a educação era vista como instrumento de aceleração do crescimento econômico, organizada pelos preceitos do tecnicismo, produtividade e eficiência, a educação profissional adequava-se às necessidades daquele período, oferecendo uma formação voltada à qualificação da mão de obra, em atendimento ao que exigia o mercado de trabalho. Buscando seguir essas orientações, os cursos oferecidos pela ETFCE na época, apresentavam os seguintes perfis, conforme explicitado na tabela 9:

Tabela 9 – Perfil dos alunos egressos dos cursos técnicos

CURSOS	PERFIL DOS EGRESSOS
EDIFICAÇÕES	O Técnico em Edificações faz projetos de arquitetura, cálculos de concreto, instalações domiciliares. É profissional indispensável na indústria da construção civil, material de construção e indústrias urbanas.
ESTRADAS	O Técnico em Estradas realiza trabalhos de topografia de estradas, faz desenhos e leitura de plantas e tem conhecimento de solos e materiais. É profissional indispensável em empresas construtoras, prefeituras etc.
ELETROTÉCNICA	O Técnico em Eletrotécnica supervisiona e executa instalações elétricas em geral acompanhando o funcionamento das redes de transmissão e distribuição. É profissional indispensável na implantação e manutenção de redes elétricas em todos os ramos empresariais.
MECÂNICA	O Técnico em Mecânica projeta, supervisiona e constrói máquinas, peças e objetos em geral, utilizando ferramentas manuais, usina o material e as ferramentas por diversos processos; ajusta, monta peças e máquinas, fazendo a verificação do funcionamento. É profissional indispensável nas indústrias mecânicas.
QUÍMICA	O Técnico em Química analisa a composição química dos produtos industriais para verificar se estão de acordo com as necessidades da indústria; participa da fabricação de produtos industriais de natureza química. É profissional indispensável em indústrias alimentícias.
TELECOMUNICAÇÕES	O Técnico em Telecomunicações constrói, monta e repara instalações em equipamentos de telecomunicações, tanto nas indústrias de produtos de equipamentos, quanto nas empresas de exploração de serviços. É profissional indispensável nas indústrias produtoras de equipamentos de telecomunicações, concessionárias de serviços de telefonia, telex, etc.
TURISMO	O Técnico em Turismo planeja excursões, acompanha os turistas, organiza passeios e exposições, elabora guias turísticos, promove certames e serve de intérprete. Além disso, graças às noções de administração recebidas, trata da reserva de passagens, acomodações em hotéis. Orienta os turistas para obtenção dos documentos para viagens, câmbio de moedas, etc.

Fonte: Braun (2015, p. 167)

Foi, portanto, nesse cenário, que os colaboradores da pesquisa estudaram ou trabalharam na ETFCE, e com bases nas suas narrativas, considerando o recorte temporal já especificado na metodologia desta pesquisa (décadas de 1970 a 1990), apresentaremos esses relatos acerca do cotidiano, de modo a compreender como se construiu o processo histórico da instituição ao longo desses anos.

## Vozes e memórias: os sujeitos que narram essa história

A discussão apresentada nesta seção ocorre com base nas entrevistas realizadas com sujeitos que vivenciaram o cotidiano da instituição no período correspondente às décadas de 1970 a 1990. Nessa época, a instituição denominava-se Escola Técnica Federal do Ceará e ofereceria cursos técnicos de nível médio em edificações, estradas, eletrotécnica, mecânica, química, telecomunicações e turismo.

As entrevistas foram realizadas no período de abril a junho de 2019, onde foram realizadas gravações em áudio que posteriormente foram transcritas e submetidas à análise.

Foram convidados a participar dessa etapa da pesquisa três segmentos de colaboradores: alunos egressos desse período, alunos egressos que posteriormente tornaram-se servidores da instituição e servidores que vivenciaram essa fase. Assim, o grupo é constituído por dez entrevistados, assim distribuídos:

- a) Dois alunos egressos;
- b) Sete alunos egressos que se tornaram servidores da instituição posteriormente;
- c) Um servidor docente, que atualmente também é gestor da instituição.

Esses sujeitos rememoraram suas experiências escolares na instituição na condição de alunos e servidores, e recompuseram o período em que lá estiveram, recorrendo a um viés narrativo carregado de saudosismo e gratidão. Ao recompor, no tempo presente, essa experiência educativa na condição de alunos ou de jovens professores, a memória desses sujeitos tornou presente o jovem que há 30 anos ou mais, viveu naquele espaço escolar.

A vista disso, é importante enfatizar que, por tratar-se de um estudo com base no método da história oral, baseado em situações vivenciadas há muitos anos, as narrativas estão sujeitas aos efeitos do tempo e, por conta disso, os relatos não são reconstruídos na sua essência, nem se prendem a especificidade de datas.

São memórias que elencam as atividades, o cotidiano, as regras a que estavam submetidos. São relatos que enumeram uma série de experiências que surgem acompanhadas por um forte sentimento de pertencimento e gratidão, desde a sua condição de candidatos ansiosos que se submeteram a rigorosos processos seletivos, até a alegria de tornarem-se alunos mediante o grande número de concorrentes. São recorrentes ainda os discursos que enaltecem a importância de tornar-se aluno da ETFCE, em face do número diminuto de vagas ofertadas e do grande contingente de candidatos interessados em adentrar a instituição, além do reconhecimento da sociedade da época e a da possibilidade de alcançar a mobilidade social por intermédio do trabalho, visto tratar-se de uma instituição de formação técnica profissional.

Nessas narrativas é notável ainda o reconhecimento quanto a qualidade da educação desenvolvida naquele espaço, bem como a colaboração e influência que os professores exerceram sobre o seu aprendizado

enquanto profissionais e sua formação enquanto cidadãos. Todos os entrevistados que são alunos egressos da instituição ressaltam a forte contribuição da instituição na sua vida profissional e pessoal, bem como atribuem reconhecimento à qualidade da formação que receberam.

Por conseguinte, convém destacar que as narrativas elencadas neste estudo são fruto daquilo que se foi autorizado a publicar e do que os participantes acharam por bem relatar.

Desse modo, a partir das narrativas de alunos e servidores, articuladas ao contexto histórico do período, bem como às imagens coletadas, trazemos a discussão sobre algumas especificidades e representações dessas experiências educativas por meio da voz de sujeitos que viveram nesse espaço de formação escolar. É nessa perspectiva que, tentando responder às questões da pesquisa e buscando debater sobre os temas revelados pelas entrevistas, destacam-se a seguir, alguns tópicos, provenientes da fala dos entrevistados.

### Percurso inicial: a motivação para o ingresso na instituição e o processo seletivo

A análise das entrevistas permitiu identificar que havia uma grande procura pelos cursos técnicos oferecidos pela Escola Técnica Federal. A maioria dos entrevistados relata em suas falas a grande concorrência do processo seletivo, uma vez que o número de vagas era reduzido em vista da quantidade de candidatos interessados em ingressar nos cursos de formação técnica, o que fazia com que estes fossem extremamente concorridos, conforme descreve o egresso Márcio (2019):

A concorrência era muito grande, era muito difícil naquela época você entrar na escola técnica, porque até alunos universitários concorriam com você, que era um aluno que estava terminando o fundamental. Era muito procurado, muita gente para pouca vaga, geralmente ofereciam 30 vagas por curso.

A equivalência plena concedida pela Lei nº 4.024/61 aos cursos técnicos desenvolvidos em nível do ensino secundário, possivelmente contribuiu para o aumento da procura pelas vagas oferecidas pela instituição, que em consequência, passou a receber um contingente cada vez maior de alunos que buscavam um ensino secundário gratuito e de qualidade, além da formação técnica. Na época, a instituição já oferecia cursos técnicos integrados, isto é, o aluno cursava as disciplinas propedêuticas, de formação geral e as disciplinas técnicas específicas para cada curso.

Segundo Braun (2015, p. 169), no ano de 1976, submeteram-se ao exame de seleção para o ciclo básico da ETFCE “aproximadamente 3.500 (três mil e quinhentos) candidatos, dos quais foram classificados 600 (seiscentos) para as vagas oferecidas no 1º a 2º semestres letivos”. A aluna Maria Lucimar, que ingressou no ano de 1979, reforça em seu discurso, as dificuldades do processo seletivo, que diante do número expressivo de candidatos e o modelo de correção adotado para o exame, exigia que o aluno obtivesse altas notas para conseguir aprovação:

Tinha um processo seletivo e um processo bem interessante, porque na época era naquele período em que você entrava para a instituição, não era para o curso. Então só entrava... as notas tinham que ser muito altas, porque você era uma ampla concorrência e o processo seletivo era daquele tipo de cada resposta errada eliminava uma certa, então era bem complicado (MARIA LUCIMAR, 2019).

A grande procura pode ser justificada pelo momento econômico que o país vivenciava, com o crescimento da indústria e de postos de trabalhos que exigiam uma qualificação do trabalhador. Havia ainda a escassez de oferta de cursos técnicos, tendo em vista que nos anos 70, apenas

a Escola Técnica oferecia esse tipo de formação, conforme destaca Samuel Brasileiro:

O processo seletivo da Escola Técnica era um processo muito difícil, porque somente a Escola Técnica ofertava curso técnico integrado ao nível médio e também era a única que tinha a formação técnica, não havia formação técnica sequer no Sistema S, nessa época, então você tinha duzentas, trezentas vagas, em que disputavam milhares de pessoas do estado todo (SAMUEL BRASILEIRO, 2019).

Maria Helena também reforça em sua fala que a concorrência expressiva se dava em virtude da falta de oferta de cursos técnicos gratuitos em outros estabelecimentos de ensino:

Então, quem conseguisse passar no processo seletivo era uma coisa assim, era passar praticamente no vestibular. Na época que eu fiz o processo seletivo aqui, se errasse três, anulava uma certa. Se você errasse três questões na prova você perdia quatro questões, era bem rigoroso (...). Foi o primeiro processo seletivo que teve redação, eu me lembro até do tema da redação que foi: Por que quero ingressar na Escola Técnica Federal do Ceará? O tema era esse. E era muito concorrida, porque só tinha aqui, não tinha outros, só era em Fortaleza, aqui na (Avenida) 13 de Maio (MARIA HELENA, 2019).

Sobre esse aspecto, o professor Júlio César coloca em sua narrativa que a própria instituição não se preocupava em investir na divulgação dos cursos ou na procura de alunos, tendo em vista que os candidatos procuravam a escola, que apesar das poucas vagas ofertadas, possuía cursos de notável qualidade:

Era uma escola que já tinha um certo nome, então ela não tinha essa preocupação, a gestão, de procurar alunos, os alunos que procuravam a escola, eram poucas vagas, poucos cursos, só tinha

sete cursos, mas cursos de qualidade, cursos que faziam até inveja a própria Universidade! (JÚLIO CÉSAR, 2019).

Com o passar dos anos, a procura por vagas aumentava e persistia a disparidade entre o número de vagas existentes e a quantidade de candidatos interessados, portanto, a necessidade de um processo seletivo que determinasse de forma justa, a ocupação daquelas vagas. De acordo com Braun (2015, p. 176), no ano de 1980, o número de inscritos cresceu, chegando a 5.965 candidatos que realizaram “provas de Língua Portuguesa, Conhecimentos Gerais e Matemática, para concorrerem às 650 vagas ofertadas”. Sobre esse aspecto, o aluno Francisco José, traz na sua narrativa, uma comparação que se aproxima da realidade apresentada pela autora:

O exame de seleção era muito rigoroso, porque assim, no exame de seleção, em números redondos, se candidatavam, se escreviam 5.000 para 500 vagas ao todo, era a relação de 01 pra 10, então era tipo um vestibular mesmo, era um vestibular puxado. Então, quem conseguia entrar aqui, era quem estava realmente interessado em fazer o curso técnico (FRANCISCO JOSÉ, 2019).

No relato dos alunos, esse processo seletivo, além de concorrido era complexo:

Eu fiz o concurso na época, a seleção, um exame na verdade, eram as provas objetivas, o exame de conhecimentos gerais, de todas as disciplinas, um provão, e você aprovado nessa parte, nessa primeira fase, se submeteria a um exame de provas subjetivas, que era a prova de redação, uma prova de matemática e uma prova de português, com perguntas e respostas escritas e bem explorado a parte do português, inclusive era uma seleção bem rígida (JOÃO RICARDO, 2019).

Tamanha concorrência sugere ainda que a instituição atraía uma grande demanda de alunos oriundos de todo estado, a fim de ocupar as vagas oferecidas nos sete cursos técnicos que possuía, possivelmente pela expectativa que gerava frente a possibilidade de inserção no mercado de trabalho, conforme revela o egresso Francisco José (2019): “era um curso gratuito, a gente sabia que era um curso que você terminava e tinha boas chances de conseguir um emprego”. Nessa mesma perspectiva, referindo-se à experiência do irmão mais velho, que também tinha sido aluno da escola e conseguiu uma vaga de emprego um mês depois de concluir o curso de eletrotécnica, Gilmar Lopes afirma que uma das motivações para escolha da instituição foi essa possibilidade de ingressar rapidamente no mercado de trabalho:

E aí, isso despertou na família, nos meus primos, no pessoal que vinha do interior, essa expectativa: olha ali tem uma escola que ela forma e você tem emprego garantido. Foi mais ou menos essa história, e aí eu tentei seguir os mesmos caminhos. Eu entrei aqui para fazer o curso de Eletrotécnica na expectativa de também trabalhar, conseguir um emprego e aí foi exatamente o que aconteceu: eu fiz eletrotécnica em 77, terminei em 80 e aí eu segui o mesmo caminho (GILMAR LOPES, 2019).

No que se refere à decisão e às expectativas de estudar na ETFCE, grande parte dos entrevistados vinculou sua motivação ao interesse de inserir-se no mercado de trabalho e adquirir uma profissão, frente as possibilidades de formação que a escola oferecia e a certeza de que essa formação os levaria a conseguir um emprego rapidamente. Na visão do ex-aluno Márcio de Araújo (2019) “era um bom colégio, e você saía daqui com uma profissão e tinha promessas, na época, que você saía daqui até empregado depois que terminasse o curso”.

Em conformidade com esse ponto de vista, Antonio Mauro, descreve, como uma das motivações para ingressar na Escola Técnica, a possibilidade de obter uma profissionalização que facilitaria a entrada no mundo do trabalho:

Eu era aluno do Liceu, então já era oriundo do ensino público e realmente meus pais não tinham grandes recursos para a gente estudar nas escolas privadas, mas não foi só essa a razão, a Escola Técnica sempre exerceu um fascínio, não só sobre mim como também em muitos colegas meus. Não era fácil entrar, porque muita gente queria fazer a escola técnica e o fato de ter uma profissão o mais rápido possível me atraía muito, e foi o que aconteceu (ANTONIO MAURO, 2019).

Diante do exposto, pode-se verificar que na fala dos entrevistados é notável a dificuldade que os alunos tinham de conseguir vagas na instituição, visto que tais vagas eram reduzidas em face ao número de candidatos interessados. Essa dificuldade encontrada no processo seletivo, levava os alunos ingressantes a atribuírem mais valor aquela oportunidade, impelindo-os a sentirem orgulho por aquela conquista, ao mesmo tempo que trazia à escola alunos com grau de conhecimento elevado, visto que estes passavam por um processo de seleção considerado rigoroso.

As entrevistas também revelaram que a motivação para a escolha da escola estava pautada nos seguintes pilares: o ensino gratuito de qualidade atrelado ao reconhecimento que a instituição tinha perante a sociedade local, a formação técnica profissional e a garantia de inserção no mercado de trabalho após a formação.

## A construção do espaço escolar, rotina e cotidiano da escola: memórias que recompõem cenários

Neste tópico serão apresentadas as memórias dos participantes em relação à organização do espaço escolar, apontando como alunos e servidores lembram-se daquele espaço escolar e como suas memórias trazem para o tempo presente as experiências vivenciadas por eles no cotidiano escolar.

O ingresso de alunos na ETFCE, envolvia expectativas que iam além da entrada num estabelecimento de ensino técnico. As narrativas desses sujeitos estão carregadas de um sentimento de orgulho por poder fazer parte daquela instituição. Para além daquele espaço escolar, um novo mundo os esperava e isso gerava grandes expectativas nos ingressantes.

Eu me lembro que a melhor coisa que aconteceu foi na época que eu consegui entrar aqui dentro, porque era um sonho que eu tinha de poder entrar aqui na Escola Técnica e quando eu consegui entrar aqui dentro, foi motivo de muita comemoração para mim, foi uma vitória. Na época nós usávamos aqui uma bata cinza, com um bolso que tinha o nome do curso e para todos os alunos daqui era um orgulho usar essa bata, representava assim: quando as pessoas olhavam para você com aquela bata e diziam: ali é uma pessoa que tem futuro, estuda na Escola Técnica (MÁRCIO DE ARAÚJO, 2019).

João Ricardo também destaca na sua fala que usar o fardamento da instituição tinha muito valor para os alunos, dava uma certa notoriedade perante a sociedade, por conta da boa reputação da escola:

Ah, a gente tinha um orgulho! A gente passeava até com a bata, no meio da sociedade, vamos dizer assim, era como se fosse quase que um glamour, não digo um glamour por que eu sou de uma família humilde, mas para os familiares, que eu sou de uma família humilde, uma família menos abastada na disponibilidade de dinheiro, era um orgulho você tem um membro da família

frequentando uma instituição e a gente já tinha a referência de outros amigos, de outras pessoas que frequentavam, mas assim, a parte da qualidade do ensino eu sonhava muito em entrar aqui, demais mesmo. Às vezes eu ficava ali em casa e pensando como é que seria frequentar aqui, a gente vinha com muito amor para sala de aula (JOÃO RICARDO, 2019).

Maria Helena compartilha do mesmo sentimento ao narrar o orgulho que foi passar no processo seletivo e a comemoração dos familiares por aquela conquista:

Na minha visão daquela época, o nível era muito bom, o nível de ensino era muito respeitado, se falava muito bem da Escola Técnica, a gente tinha orgulho de estudar aqui. Ah! Eu tinha um orgulho de ter passado no processo seletivo e de cursar a Escola Técnica! Era assim um certo status, era muito bom (...) A minha mãe ficou muito feliz! Eu me lembro que ela foi me esperar no ponto do ônibus com papel de jornal na mão: olha Helena, tu passou! Eu cheguei assim à tarde, acho que eu cheguei do pró-técnico, e ela: tu passou! Ela muito feliz porque eu tinha passado, eu fiquei muito feliz. Eu lembro que ela guardou o jornal, ela guardou por muitos anos (MARIA HELENA, 2019).

A análise das entrevistas, permitiu-nos compreender que a experiência de ter sido aluno de uma escola de ensino técnico integrado, carrega traços bem específicos. As narrativas desses egressos que viveram dias, meses, anos naquele ambiente escolar, recompõem cenários que lhes foram apresentados ao ingressar na instituição e ao longo de sua estadia naquele espaço. Quando questionados sobre o cotidiano escolar, construíram-se narrativas permeadas por memórias que traçaram uma representação sobre o perfil do espaço escolar, em que destacaram-se os seguintes tópicos: a disciplina, a influência da ditadura militar e os atos cívicos, as aulas práticas e as atividades esportivas.

O rigor da disciplina na escola é narrado pelos entrevistados como um ponto positivo, eles reconhecem esse disciplinamento como um aprendizado importante para a sua formação:

Exigência de farda, exigência do professor, tinha professor que entrava, se ele entrasse você não entrava mais na sala de aula não, teve o absurdo que o aluno estava com uma meia, aí era destonada a cor, era branca, uma mais clara, bem branca e a outra amarelada, e o professor: olha não pode... tinha o kichute, tinha um fardamento que era uma calça azul e uma camisa, aqui dentro a gente usava uma bata, era obrigado a botar uma bata, eu sei que a disciplina era muito... (EVALDO CORREIA, 2019).

Era uma escola muito organizada, uma escola bem estruturada do ponto de vista do seu ordenamento em horários, então a escola tinha uma sirene que lembrava uma fábrica, a aula começava 1 hora da tarde e você tinha toda uma dinâmica. Havia um rigor no cumprimento dos horários, nós tínhamos fardas, a escola era bem rigorosa com uso de farda e tínhamos aula de segunda a sábado, e somente no sábado era dispensada a farda (SAMUEL BRASILEIRO, 2019).

Ao mesmo tempo que ressaltam a severidade na disciplina e no cumprimento dos horários, os sujeitos retratam que a escola tinha um diferencial em relação às demais, pois não havia um controle ostensivo quanto a entrada ou saída dos alunos.

Era uma escola aberta, não havia fechamento da escola, ou seja, o aluno entrava... inclusive essa foi uma diferença grande quando eu vim do Lourenço Filho pra cá, que você entrava na escola o portão fechava, aqui não, aqui você entrava na escola e o portão estava sempre aberto, a portaria dos alunos estava sempre aberta para que os alunos pudessem ir pra casa a hora que quisessem (SAMUEL BRASILEIRO, 2019).

Eu gostava de vir e de permanecer aqui, até porque você era uma pessoa que tinha a sua liberdade aqui, até para poder assistir às aulas. Você assistia às aulas se você quisesse, você participava dos eventos culturais se quisesse, então você tinha liberdade para crescer aqui dentro (MÁRCIO DE ARAÚJO, 2019).

A escola mantinha uma certa liberdade, ou seja, não havia o fechamento dos portões ou o impeditivo de que o aluno pudesse sair da instituição no horário de aula. De acordo com as descrições, a instituição apostava na autodisciplina dos seus estudantes:

Era autodisciplina. Me lembro muito bem que um professor chamado Carlito Pamplona, de materiais de construção, no primeiro dia de aula, ele falou para a gente: estamos aqui para aprender, quem estiver em dificuldade ou indisposto, se tiver com algum de problema que não tenha pertinência a aula, a sala tá com a porta aberta, pode entrar e pode sair. Então, eu não me recordo de que nem um aluno saía da sala de aula (JOÃO RICARDO, 2019).

Ela apostava muito na autorresponsabilidade dos alunos, havia um controle disciplinar, evidentemente, da escola, mas esse controle disciplinar não era ostensivo, ele era um controle que incentivava muito a autodisciplina dos alunos (SAMUEL BRASILEIRO, 2019).

Segundo as narrativas, não havia um impeditivo para que o aluno saísse da instituição, os portões permaneciam abertos e a livre circulação dos alunos era permitida, desde que, estando nas instalações da escola, respeitassem os horários de aula e evitassem a ociosidade, ou seja, o aluno possuía liberdade para entrar e sair da instituição, mas se lá estivesse, deveria cumprir os horários pré-estabelecidos das aulas e atividades extracurriculares:

Apesar de ela manter uma certa liberdade, mas os alunos não poderiam ficar fora da sala de aula, então, você poderia ir embora, você levaria falta, mas a portaria não lhe barraria. Mas você não poderia ficar sem fazer nada. Se estivesse na instituição, com certeza alguém, o coordenador de turno, alguém ia colocar você para a aula e muitos professores naquela época também só permitiam os alunos entrarem em sala de aula antes dele chegar. Então havia um certo código, uma vez que o professor entrou, pronto, ninguém mais entrava, você já tinha que assumir a falta nesse sentido (SAMUEL BRASILEIRO, 2019).

O aluno Evaldo Correia compartilha da mesma memória ao lembrar que:

Aqui não podia ficar rodando, ou você ia para biblioteca ou ia para o laboratório, não tinha esse negócio de ficar aqui, fumar nem pensar, não tinha ninguém no corredor. Se você perguntar a qualquer colega meu que foi dessa época, ele vai lhe dizer, então, não foi tolhida a minha liberdade, minha capacidade de aprender, nada! (EVALDO CORREIA, 2019).

Muitas narrativas atrelam ao cenário político vivido na época, esse rigor no disciplinamento dos alunos, que ia desde o cumprimento dos horários até o uso de fardamento completo. Em grande parte das narrativas está presente a visão dos entrevistados sobre a influência exercida pela ditadura militar no ambiente escolar:

Quando eu entrei em 74 era o período mais ou menos dos militares (...) aqui tinha uma disciplina bem rigorosa devido a própria situação do país, mas nunca teve a repressão aqui, nunca senti isso (EVALDO CORREIA, 2019).

E assim, era muito organizado, na época o coordenador eu me lembro que era o Waldir Diogo, que era o professor Diogo, que o pessoal chamava de Dioginho, ele era muito rigoroso, tinha

professores ainda bem rigorosos. Lembrando que a gente estava ainda na época da ditadura, né? Em 79 a gente ainda tinha professor, por exemplo professor de Educação Física, que era militar, eu me lembro que ele era do exército e ele dava aula aqui na escola... .. relembro, tinha muita coisa assim que era muito da época da ditadura: era mais rígido, a gente tinha que vir com fardamento ok, tinha farda, uniforme e tinha que estar com o uniforme bem organizadinho, limpinho. Era isso. (MARIA HELENA, 2019).

Alguns alunos que estudaram na escola na década de 70 e início da década de 80, trazem em suas narrativas lembranças sobre disciplinas cursadas na época, fazendo uma correlação com a ditadura militar. As disciplinas as quais os alunos se referem, foram incluídas no sistema de ensino brasileiro pelo governo militar vigente na época. Tratava-se das disciplinas de Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política Brasileira (OSPB), matérias que se tornaram obrigatórias a partir de 1969, através do Decreto-Lei nº 869, de 12 de setembro, que determinou a inclusão obrigatório dessas disciplinas nos currículos das escolas de todos os graus e modalidades (BRASIL, 1969).

Nós tínhamos também muitos professores militares, alguns professores já militares aposentados da reserva, que eram responsáveis pelas disciplinas de OSPB, Moral e Cívica, algumas coisas desse tipo, mas do ponto de vista da escola nós não tínhamos uma visibilidade de que havia uma repressão muito grande e nem a presença de políticos na escola (SAMUEL BRASILEIRO, 2019).

Nós tínhamos aula regular dia de sábado, nossa semana era de segunda a sábado normalmente para todos os integrados e tinha todas as disciplinas que hoje tem, não tinha sociologia e filosofia, mas tinha OSPB, Educação Moral e Civismo, por conta da época política, mas a abordagem era semelhante ao que se discute hoje nessas duas disciplinas (MARIA LUCIMAR, 2019).

Toda semana a gente hasteava a bandeira, cantava o hino nacional, tinha a disciplina de OSPB, Moral e Civismo, tinha uma disciplina de religião, que era o professor Padre Alberto (MARIA HELENA, 2019).

O ideário cívico da ditadura civil-militar também era marcante na instituição, haja vista o número expressivo de lembranças que remontam a atos cívicos como cantar o hino nacional, hastear a bandeira, participar de eventos de exaltação a pátria, ao nacionalismo:

Era plena ditadura militar, a escola tinha uma forte preocupação com a educação cívica, tanto é que havia hasteamento e cantar o hino com frequência, as atividades de educação física eram muito orientadas pela atividade disciplinadora, da ginástica sueca, calistênica (SAMUEL BRASILEIRO, 2019).

A gente não percebia tanto (a influência do período político), mas o que que eu me lembro: a gente hasteava bandeira, inclusive eu participava, eu era da Guarda de Honra. Toda semana a gente hasteava a bandeira, cantava o hino nacional (MARIA HELENA, 2019).

Um dos eventos repetidamente lembrado pelos entrevistados foi a Semana da Pátria. Na época, quando o país vivia sob a égide do regime militar, a instituição não participava dos desfiles cívicos de 7 de setembro, mas tinha um evento peculiar: era organizada uma vigília cívica, na qual alguns alunos permaneciam em posição de vigilância à bandeira sobre uma marquise, em frente a instituição, durante 24 horas por dia, no decorrer da semana em que se comemorava o dia 7 de setembro. Havia um revezamento de alunos e estes permaneciam em posição de guarda nesse palco voltado à rua, que fica em frente à escola:

Tinha um momento interessante no Sete de Setembro, a gente não marchava, nunca marchou, mas tinha a semana da pátria.

Ficava um garoto, lá onde é a entrada principal, lá em cima, ficava revezando um menino, com a bandeira (...) não se falava em política, não tinha essa liberdade ou não tinha clima, não se falava nada disso (JÚLIO CÉSAR, 2019).

Na época a gente tinha um dia na semana que tinha um hasteamento da bandeira, tinha um professor, o professor Bernardo, que ele fazia um editorial muito bonito, era bem interessante, então o aluno ia, levava a bandeira para ser hasteada(...) tinha a Vigília Cívica, que durante a semana do dia primeiro ao dia 7, 8 de setembro tinha a vigília cívica, três alunos ficavam aqui nessa marquise da frente, em vigília com a bandeira do Brasil, do Ceará e do Instituto (MARIA LUCIMAR, 2019).

E tinha abertura, todo dia tinha hasteamento, depois tinha também para fazer o descerramento da Bandeira, tudo organizado, tinha um envolvimento de todos os cursos. Você ficava fardado lá em cima de noite, chamava Vigília, com os holofotes para o painel e uma penumbra para pessoa (EVALDO CORREIA, 2019).

Segundo os relatos, pode-se perceber também que as atividades cívicas não se limitavam apenas ao período comemorativo da semana da pátria. Havia uma preparação anterior, em que os alunos ajudavam a construir painéis que seriam expostos na vigília. O incentivo a atividades cívicas no espaço escolar, bem como a obrigatoriedade das disciplinas citadas anteriormente, aponta para uma característica do governo militar da época, tendo em vista que no período da ditadura militar

o civismo tomou forma como valor superior e absoluto, sobrepondo-se ao ideal originário – a cidadania moderna – sob a justificativa da defesa dos interesses nacionais, estes considerados acima dos direitos individuais. Sendo superior e absoluto, o civismo era incontestável. A relação dos cidadãos com o Estado

encontrava nos valores cívicos seu mediador. Mas a personagem principal na defesa dos valores nacionais era o cidadão. Ele foi considerado o principal agente da propagação dos valores cívicos. Assim, o investimento em políticas que ensinassem aos cidadãos os seus deveres diante da nação, promovendo a “consciência cívica nacional”, era tarefa urgente da área educacional (MAIA, 2014, p. 106).

Assim como a memória dos entrevistados trouxe marcas dessas solenidades cívicas, é recorrente nos registros fotográficos da escola, imagens desses eventos, onde é notável uma certa tradição festiva e solene, que contava com a participação da equipe gestora da escola, da comunidade escolar e de convidados, aparentemente autoridades locais.

Figura 12 – Hasteamento da bandeira



Fonte: Acervo do Memorial do IFCE - - Raimundo César Gadelha de Alencar Araripe

Nesta imagem fotográfica, pode-se perceber a representação da ordem escolar. O grupo de alunos que participa da solenidade está perfilado de forma ordenada, separado do grupo que está a sua frente, possivelmente de gestores e docentes. Na fotografia há a representação de uma disciplina aparentemente rígida, evidenciada pelo posicionamento dos alunos.

De acordo com Souza (2001), as fotografias escolares que retratam situações como solenidades, grupos de professores, encontros, inaugurações ou exposições escolares, entre outros acontecimentos menos formais, retratam ocasiões consideradas especiais para aqueles que registraram aquele momento da trajetória institucional. Podem ter sido produzidas com interesse individual, mas também podem representar um desejo de registrar eventos importantes para a preservação da memória da instituição.

Nessa perspectiva, no conjunto de imagens do acervo do IFCE, são comuns fotografias sobre o período em que o país vivia sob o regime militar. Um evento específico que permeia as memórias dos discentes e também é bastante comum nas imagens é a referência à vigília cívica, evento realizado durante a semana da pátria, comemorada no mês de setembro, em alusão à independência do Brasil.

Na figura 13 podemos observar o posicionamento dos alunos, que permaneciam junto aos símbolos nacionais, devidamente fardados e em postura disciplinar. Os alunos ocupavam uma posição de destaque e ficavam em uma espécie de palco. Há ainda projetores que provavelmente iluminavam o cenário no período noturno, tendo em vista que esta vigília era realizada 24 horas por dia, durante uma semana. Percebe-se que havia um cuidado com a decoração do espaço, haja vista os painéis e as cortinas que decoram o cenário onde ocorria a vigília. Vale

ressaltar que a leitura de imagens não se apresenta como uma tarefa simples, considerando que as imagens são representações que se articulam a um grupo social ou a uma instituição que as produziu, envolvendo padrões de comportamento, normas e uma cultura próprias (KOSSOY, 2013).

Figura 13 – Vigília Cívica realizada durante a Semana da Pátria



Fonte: Acervo do Memorial do IFCE - Raimundo César Gadelha de Alencar Araripe

Um outro assunto sobre o cotidiano escolar que ganha destaque nas narrativas dos entrevistados, refere-se a intensa participação deles nas atividades esportivas da escola, como jogos, torneios e modalidades diversas nas aulas de educação física. No contexto da história da educação brasileira, foi a partir de 1961, com primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), a Lei nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961, que a Educação Física se consolidou como disciplina e tornou-se obrigatória no currículo escolar brasileiro. No artigo 22 da referida lei está prevista a obrigatoriedade da prática da educação física nos cursos primário e médio, até a idade de 18 anos (BRASIL, 1961). Os discursos revelam

que a Educação Física, ocupou ao longo dos anos, um espaço relevante na instituição:

Atividades esportivas eram coisa do primeiro mundo aqui! Tinha os jogos estudantis, um espetáculo! (...) aqui se você visse no campo, aqui tinha um campo espetacular que você não conheceu, onde é o estacionamento, aquele prédio ali, onde tem o bloco. O que que acontece, lá você tinha aulas ritmadas, tinha aqueles halteres pequenos, aí tinha um apito, parecia um negócio militar, ritmado, aí você fazia o exercício, depois ele (o professor) fazia o jogo de futebol, tantos pra lá, tantos pra cá vem, um ia para futebol de salão, outro para vôlei, então tinha tudo organizado e era obrigado a fazer Educação Física, podia ser dispensado, mas você tinha que arrumar uma justificativa (EVALDO CORREIA, 2019).

Percebe-se que havia na instituição um incentivo à participação dos alunos em diversas modalidades esportivas, sendo que essas práticas esportivas estavam sempre atreladas às aulas de Educação Física:

A parte de esportes, a educação física era bem incentivada. A gente tinha natação, no primeiro semestre, a atividade de educação física era a natação e eram duas vezes por semana e a gente podia participar. Eu jogava basquete, tinha também vôlei, tinha handebol, tinha futebol, tinha atletismo, até atletismo tinha! (MARIA HELENA, 2019).

E a educação física que era quase sempre em contra turno, então tinha que vir aqui pelo menos duas vezes por semana, tinha que vir em outro horário, além do horário normal de aula (FRANCISCO JOSÉ, 2019).

A figura 14 apresenta alunos no pátio da escola, na aula de Educação Física. A imagem da aula, para além da ordem escolar, demonstra a influência do discurso higienista, revelando seu aspecto moral, que tinha por objetivo desenvolver nos alunos a coragem e o patriotismo, além do aprimoramento da saúde física, com corpos ágeis e saudáveis. Observa-

se que os alunos se encontravam devidamente uniformizados, organizados em fila, retratando movimentos ordenados e sincronizados.

Figura 14 — Alunos no campo da escola na aula de Educação Física



Fonte: Acervo do Memorial do IFCE - Raimundo César Gadelha de Alencar Araripe

De acordo com Souza (2001, p. 99), “as fotografias de aulas de educação física revelam a forma escolar de investimento no corpo. No universo das práticas escolares, essa atividade é uma das que mais simbolizam a função moralizadora e disciplinar da escola primária”.

Um evento que se sobressai na fala dos alunos e está permeado de boas lembranças são os jogos estudantis. Os discursos revelam que os jogos sempre tiveram grande importância na história da instituição, tendo em vista que envolviam a participação de todos os cursos, bem como dos professores. Havia solenidade de abertura, com desfiles em carros, exibição de trajes dos atletas, escolha da rainha dos jogos:

Tinha os jogos estudantis, um espetáculo! O JETEC era a coisa mais linda do mundo, sabe como era? Fazia aqui uma volta no

quarteirão, com as pessoas tudo fardadas, cada qual brigava, comprava, arranjava patrocinadores... vinha televisão para filmar, era um evento grande. Toda vida o pessoal arrumava aqueles bugs e botava aqueles meninos tudinho com coisas de esporte, aquelas camisas, o pessoal de Edificações e Telecomunicações queriam ser os melhores. Aí tinha o dia da Rainha, aí se eu fosse contar eu ia levar só um dia para contar essas histórias (EVALDO CORREIA, 2019).

Entre as narrativas, é comum a menção ao termo JETEC, cuja sigla significa Jogos dos Estudantes da Escola Técnica Federal do Ceará. Tais jogos consistiam numa competição esportiva entre os cursos, constituindo-se no ponto alto das atividades esportivas desenvolvidas na instituição ao longo do ano, momento muito aguardado pelos estudantes:

Uma coisa positiva era durante os jogos. Aqui, na época de Escola Técnica, tinha várias modalidades de jogos. Então, durante uma semana tinha o JETEC, parava tudo praticamente e era só os jogos, aí o pessoal ia para o Colégio Militar fazer atletismo, tinha futebol, futebol de salão, natação e xadrez, e a nossa equipe de xadrez sempre participava, enquanto eu fui aluno daqui a gente sempre ficou em primeiro lugar no xadrez, então foi uma coisa muito positiva (FRANCISCO JOSÉ, 2019).

A escola tinha os jogos, que era um período marcante, a gente ficava aguardando o período dos jogos, a escola dava todo o suporte para os jogos, a gente recebia inclusive o fardamento, era uma disputa intensa, os professores se envolviam (SAMUEL BRASILEIRO, 2019).

As fotografias 15 e 16 demonstram esses momentos vivenciados pela comunidade escolar da ETFCE, apresentando o desfile de abertura dos JETEC nos anos de 1981 e 1987, respectivamente, com os atletas e suas modalidades organizados por cursos.

Figura 15 – Desfile de abertura do Jogos Estudantis de 1981



Fonte: Acervo do IFCE *campus* Fortaleza

As imagens apontam o esmero que a instituição tinha com os eventos esportivos e a importância que era dada a este evento em particular. Os jogos envolviam toda a comunidade escolar, quer seja como atletas, espectadores ou participando da organização. Vemos que era um momento celebrado pela instituição, com eventos de abertura, desfile, identificação dos cursos por vestimentas específicas, participação de bandas de música, apresentações culturais. Na figura 16 há uma clara referência ao símbolo das olimpíadas, formado por anéis entrelaçados segurados por alunos, além da alusão à pira olímpica na faixa e no fundo da imagem.

Figura 16 – Solenidade de abertura do Jogos Estudantis de 1987



Fonte: Acervo do IFCE *campus* Fortaleza

Além do espírito competitivo e da oportunidade de dinamização das atividades esportivas, os jogos também suscitavam o sentimento de pertencimento à instituição, a integração entre os cursos e a confraternização entre os alunos, constituindo-se num espaço de celebração e festa:

Eu gostava muito da época dos jogos, era uma parte que a gente se socializava muito, tinha a escolha da rainha, havia um concurso no auditório para escolher a rainha do JETEC, participava do campeonato de natação, de xadrez, participava também do futebol, então era um momento de socialização entre todos os cursos. A escola ficava toda voltada para este evento, aí no final tinha entrega das medalhas, a entrega dos troféus, era uma coisa muito bonita mesmo (MÁRCIO DE ARAÚJO, 2019).

Era importante porque o pessoal se reunia, era integrado, todas as áreas, era uma competição entre os cursos nas modalidades de

xadrez, futebol, tênis de mesa, atletismo, voleibol, futebol de salão, natação, então isso aí era uma semana que você descontraia, tirava aquela rotina da educação e dava um enxugamento no cérebro do aluno (JOÃO RICARDO, 2019).

Considerando as imagens apresentadas, que apontam momentos específicos do cotidiano escolar registrados e preservados ao longo dos anos, pode-se inferir que a memória fotográfica guarda a memória individual e também a memória social, coletiva. Segundo Halbwachs (2003), as duas memórias se entrelaçam e a memória individual absorve as contribuições da memória coletiva, sofrendo influência dos demais sujeitos e do meio social. Desse modo, olhar para o passado a partir de imagens fotográficas reforça as possibilidades de uso da fotografia como documento histórico. Por sua vez, as narrativas dos sujeitos trouxeram informações valiosas sobre o cotidiano da Escola Técnica Federal do Ceará, permitindo o acesso a cenas peculiares do seu passado. Desse modo, pode-se perceber a potencialidade da utilização desses suportes de memória para conhecer o passado guardado nos arquivos fotográficos e na memória dos narradores, que em meio a suas lembranças compõem memórias do cotidiano escolar que merecem ser lembradas.

A formação no curso técnico integrado:  
desdobramentos da formação oferecida na vida  
dos sujeitos

Os relatos do ex-alunos sugerem que a formação oferecida pela escola não se limitava apenas à prática profissional ou às atividades em sala de aula, durante o processo de ensino-aprendizagem. Além do espaço formal de aula e das práticas de laboratórios, eram desenvolvidas também, no cotidiano da escola, práticas educativas voltadas para uma formação mais ampla. Um exemplo disso é o incentivo às atividades

artísticas e culturais. As narrativas mostram que atividades como semanas culturais, apresentações teatrais, festivais de música, eram práticas comuns na instituição:

Havia também uma parte que eu gostava muito que eram os shows que os estudantes apresentavam, havia muita banda de rock, coral, tinha também apresentação teatral, a gente assistia muita apresentação teatral no auditório da escola. Sempre teve esse espaço (para a cultura) e a gente conseguia crescer num ambiente que ele era muito saudável (MÁRCIO DE ARAÚJO, 2019).

Ainda no tocante às artes, há registros na fala dos ex-alunos entrevistados sobre a organização de grupos de teatro, de coral e de dança. As atividades culturais encontravam espaço acolhedor na escola, como pode ser constatado nos relatos e nos registros fotográficos, atividades desenvolvidas por grupos como o Projeto Jangada e o Grupo Mira Ira:

Sempre teve a parte de teatro, tinha vários projetos do jeito que tem hoje, o grupo Mira Ira existia, tinha um outro projeto chamado projeto Jangada que a professora Lurdinha também que coordenava, tinha festival de bandas (MARIA LUCIMAR, 2019).

Sempre teve alguma coisa de cultura, o grupo Mira Ira, bem antigo, sempre teve um coral aqui na escola também, que as pessoas eram convidadas, os alunos eram convidados a participar do coral (FRANCISCO JOSÉ, 2019).

Figura 17 – Apresentação do Projeto Jangada em 1982



Fonte: Acervo do IFCE *campus* Fortaleza

Além dessas atividades artísticas, a ETFCE promovia eventos voltados para a formação da cidadania. A realização desses eventos demonstra que havia uma preocupação da instituição em oferecer uma formação que permitisse o envolvimento dos alunos em discussões mais amplas, que despertassem o senso crítico dos futuros técnicos.

As pesquisas documentais realizadas, bem como as lembranças dos egressos, demonstram que a cultura que se estabelecia no cotidiano da ETFCE, buscava superar o desafio de desenvolver ações e atividades que permitissem aos seus discentes uma formação para além de concepção tecnicista, buscando trabalhar na perspectiva de uma formação integral do trabalhador. Os discursos dos alunos corroboram essa ideia:

Porque tem outras oportunidades que a gente tinha que na época como aluno, que a gente não encontrava nas escolas outras, como

esporte, como a cultura, como a gente participar da instituição de forma política também. É uma coisa importante essa evolução política da pessoa, crítica, e a instituição sempre nos deu isso (GILMAR LOPES, 2019).

As memórias dos alunos e servidores atestam a hipótese de que a formação, foi além da qualificação, mostrando-se sólida e ocasionando impactos positivos na formação crítica desses alunos:

Até hoje eu penso que foi um marco na minha vida, estudar aqui na Escola Técnica... mudou a minha vida, porque a partir daqui, quando eu terminei o último semestre, já fui fazer o meu estágio na construtora e de lá eu já fiquei, trabalhei cinco anos e assim eu fui encaminhado minha vida (...) para minha vida como primeiro emprego, para minha vida da mudança da adolescência para fase adulta, foi assim muito importante, me deu assim uma base, um amadurecimento como cidadã (MARIA HELENA, 2019).

A grande diferença da época da escola técnica para as escolas tradicionais era essa formação ampla, você formava tecnicamente, mas você formava também socialmente, você formava criticamente, a gente tinha essa formação integral, do profissional, mas também do cidadão, do ser humano, acho que esse conjunto é o que faz essa escola ser diferente e o que nos faz, ainda hoje, a comparar com as instituições tradicionais (GILMAR LOPES, 2019).

As narrativas revelam que, para os alunos, grande parte da qualidade dessa formação era oriunda do corpo docente. Na voz dos entrevistados, os professores desempenhavam com maestria sua função de educadores, contribuindo com seu conhecimento e experiência para o sucesso do processo formativo que lá tiveram. Ressalte-se ainda, que tal reconhecimento estende-se também às disciplinas de formação geral, não apenas à formação técnica:

Assim, e os professores também, os professores que eu tive aqui foram professores muito importantes pra minha vida pessoal e profissional. Pra gente significava muito, porque eram professores que eram da área técnica, vivenciavam essa área técnica e passavam coisas para gente da experiência que eles traziam de fora, prática (GILMAR LOPES, 2019).

Ah! Tinha professores maravilhosos, os professores assim bem... até hoje eu me lembro das coisas que aprendi em português, as regras, se bem que mudou, né, a nova regra da gramática, mas era muito bom tinha professores renomados. Lembro que eu estudei com o professor tinha um professor Cajuais, professor Osmar, era muito bom o nível, muito bom (MARIA HELENA, 2019).

O Suetônio, que era coordenador do curso de química, ele era uma espécie de patrono, onde a gente gravitava em torno dele, então ele tinha uma capacidade de ensino prático muito grande, uma liderança muito forte, isso lembra muito do modelo pedagógico da escola de artífices, em que você tinha, em cada curso, tinha um profissional desse tipo, que era um professor que tinha muito conhecimento da profissão, então havia uma preocupação muito grande com essa formação, e ao mesmo tempo é interessante que a escola também não abria a mão de ter uma boa formação geral. Nós tínhamos professores de português, de geografia, de história, de biologia que eram renomados, eram pessoas conhecidas, embora com um currículo um pouco curto, mas com excelentes professores, por exemplo, meu aprendizado em língua portuguesa aqui, eu tenho muitas coisas que até hoje eu lembro! (SAMUEL BRASILEIRO, 2019).

Os discursos também nos mostram que a escola vislumbrou, além da formação técnica, a formação moral dos seus estudantes, e nesse sen-

tido, a fala dos entrevistados atribui grande parte do sucesso dessa formação ao papel desempenhado pelos professores, que além da capacidade intelectual que possuíam, tinham uma relação de proximidade muito grande com os alunos, dando-lhes ensinamentos que iam além do que previa o programa dos cursos, na perspectiva de uma formação humanística.

Então, foi uma época fantástica, eu sempre digo que é o diploma mais importante que eu tenho, é o de Eletrotécnica, da Escola Técnica, e do ponto de vista da minha formação moral, eu acredito que ela se consolidou no Instituto ... isso aí a gente consolidou, com certeza, na minha passagem pela Escola Técnica, tem tudo a ver com o homem que hoje eu sou, tanto profissionalmente, como em relação aos meus princípios. Professores maravilhosos, professor Aloísio de Castro e Silva, professor Mirson Lima, professora Mercedes, Maria Mercedes, professor José de Anchieta, são várias pessoas, professor Luiz Orlando. São pessoas que passam pela vida da gente, que são antigos, aquele pessoal de máquinas elétricas e muitos outros que passaram na nossa vida e que deixaram marcas, marcas de como se diz diante das dúvidas, sempre optar por aquilo que é correto, não abrir mão, ser radical em relação a essa questão da honestidade, dos princípios (ANTONIO MAURO, 2019).

Sempre eu tenho boas lembranças que aqui nós tínhamos uma pessoa que nos ajudou muito, que era o professor Oriá, tem até o nome dele aqui, tem uma placa aqui em homenagem a ele, então foi uma pessoa que nos incentivou muito, todos aqui têm uma gratidão, tem que dizer isso, eu não posso nunca deixar de dizer, tudo que eu fiz aqui, que eu aprendi aqui, tem muita coisa da mão dele (EVALDO CORREIA, 2019).

Tendo em vista o tom que emerge das narrativas, pode-se perceber a forte influência que esses educadores tiveram na formação escolar e na

vida desses alunos. João Ricardo reconhece e tem gratidão por essa formação, ao narrar, com a voz embargada e em tom saudosista, cenas memorialísticas sobre a relação dos professores com os alunos em sala de aula. Segundo o ex-aluno, os professores não se limitavam apenas a sua função de transmissores de conhecimentos, eles acompanhavam de perto os alunos, buscando conhecê-los e oferecendo acompanhamento individualizado quando estes apresentavam dificuldades de aprendizagem:

Não existia assim uma concorrência acirrada, em termos assim de competitividade no mercado de trabalho, a gente ficava de uma maneira que você ajudava um ao outro a ter conhecimento, isso era manifestada através dos professores, os professores passaram muito isso para gente, é como se fosse um tutor acompanhando cada aluno. Era um trabalho, e eu tenho até a curiosidade de nunca te perguntado aos professores, mas era um trabalho bem estressante para eles, por que você ver uma sala de aula com 45 a 50 alunos e você ter um acompanhamento desses, não são muitos profissionais que têm essa habilidade e a gente via isso na maioria dos professores. Eles participavam muito, eles até perguntavam da vida, como a gente estava, se estava bem a família, se estava ali tudo tranquilo, por que que as notas estavam daquele jeito... às vezes quando a nota estava baixa, o aluno estava com o desempenho mais fraco ali e os outros alunos mencionavam para o professor, então ele chegava ali e questionava: o que que está acontecendo? Você está com problema? Você está passando por alguma coisa? Você tinha aquilo como um pai e uma mãe e isso eu nunca esqueci, eram momentos...é até emocionante quando eu falo (JOÃO RICARDO, 2019).

Essa formação oferecida na ETFCE ao longo anos de 1970 a 1990, trouxe desdobramentos positivos para a vida desses estudantes que relatam em suas falas, os resultados oriundos da formação oportunizada a eles na instituição:

Eu considero que a minha formação acadêmica, ela é muito boa e a base também é muito dessa instituição, que ela sempre teve um ensino muito bom, muito forte, por que me possibilitou a fazer um curso superior, passei pela primeira vez, fiz Engenharia Química (MARIA LUCIMAR, 2019).

Se eu não tivesse feito o curso técnico eu não saberia em que caminho eu iria seguir com o nível superior, verticalizado a minha formação, e foi o curso técnico que me deu todo o norte, deu todo o caminho. Foi Eletrotécnica que me fez fazer a Engenharia Elétrica, depois fiz o mestrado e depois fiz o doutorado, tudo na área, e a escola foi realmente (importante), por isso que no meu currículo eu coloco como a coisa mais importante o curso de Eletrotécnica aqui, porque foi a partir dele que tudo aconteceu (GILMAR LOPES, 2019).

Eu digo que no aspecto familiar, no aspecto profissional foi uma divisão de águas, depois que eu entrei aqui, os ensinamentos como eu vinha relatando anteriormente, esse acompanhamento não só do conteúdo programático, de estudar o aspecto técnico que você vai se formar ali dentro do curso, mas se estendeu além disso, a expectativa que eu tinha quando entrei aqui era uma, e eu sai daqui com 10 vezes mais. Até hoje serve para minha vida, na vida familiar e vida profissional, muito, muito mesmo. Eu passo em frente aqui a escola, e eu sempre digo, a Escola Técnica, a gente fica emocionado porque foi uma instituição que eu carrego até hoje, recordações que colheram bons frutos e passo isso para muitos jovens que querem ingressar aqui, essa é uma instituição que você não vai se arrepender de estudar, você vai sair com uma formação além do conteúdo que você vai ter, você vai sair com o conteúdo de vida modificado, porque no meu aspecto eu sai. Foi uma grande referência, uma grande referência mesmo (JOÃO RICARDO, 2019).

Ainda segundo as narrativas, a qualidade dessa formação não era reconhecida somente pelos discentes, mas pela sociedade como um todo. Havia uma cultura local de valorização da educação oferecida naquele espaço escolar:

Nós tínhamos uma formação muito boa e a gente passava e todo mundo já sabia, isso até era uma coisa já meio que cultural de todo mundo dizer: vai fazer que curso? Assim no vestibular. “Vixe, é uma vaga menos!” Por que então, a própria sociedade achava que os alunos da Escola Técnica já tinham uma vaga garantida lá, tanto na universidade ou no mercado de trabalho, se assim quisesse (MARIA LUCIMAR, 2019).

Então refletia na sociedade os valores que a instituição tinha aqui dentro, ela passava para fora, ela transparecia isso pra fora, é tanto que a sociedade, não sei como é que tá hoje, mas refletia muito. Você estudou na Escola Técnica, era um centro de referência, então a maioria dos alunos, acho que 90, até 95% aqui eram bem-sucedidos (JOÃO RICARDO, 2019).

A partir das memórias desses sujeitos, pudemos vislumbrar a importância da formação oferecida nesse espaço escolar para os alunos, atores diretos desse processo, e para a sociedade que também pode colher os frutos dessa formação. A ETFCE, além de oferecer uma formação técnica de nível médio de qualidade, proporcionou a inserção desses técnicos no mercado de trabalho e a entrada destes na universidade, ainda que esse não fosse o seu objetivo primeiro.

Ademais, ao oferecer uma formação que ia além da perspectiva tecnicista, como apontam as falas dos entrevistados, a ETFCE conseguiu desenvolver o senso crítico desses estudantes, por meio de uma formação ampla, que lhes permitiu tornarem-se indivíduos críticos, questionadores e sujeitos de sua própria história.



# Produto educacional

O produto educacional, requisito para a obtenção do título de Mestre do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, integrou a dissertação intitulada “Entre a história e a memória: acervo *online* do processo histórico do Instituto Federal do Ceará”, estudo que deu origem a este texto.

A Produção Técnica trata-se de um sítio eletrônico, isto é, uma plataforma *online* interativa, com dados sobre o processo histórico de construção do Instituto Federal do Ceará, valendo-se de informações consultadas em documentos e arquivos, bem como da narrativa de sujeitos que vivenciaram esse processo. A plataforma é intitulada “Acervo *online*: entre a história e memória do IFCE” e pode ser acessada no endereço eletrônico <http://ifce.sanusb.org/historia>.

## A escolha do formato

A partir dos estudos realizados, entendemos que a melhor maneira de dar forma às expectativas e objetivos da pesquisa seria a elaboração de um *website*. Desse modo, decidiu-se pela construção de um ambiente *online* em formato de linha do tempo. A plataforma é interativa, ao passo que permite ao usuário escolher o período histórico que pretende acessar.

Além da possibilidade de interação, o ambiente *online* permite que muitas pessoas sejam alcançadas com agilidade, num curto espaço de tempo. Assim, o poder interativo e a abrangência que o site oferece foram fatores decisivos para a escolha do formato, tendo em vista que há

um interesse e uso crescente das tecnologias da informação e comunicação no espaço escolar. Desse modo, foi possível criar um ambiente virtual, que estaria disponível aos alunos, bem como aos seus amigos e familiares ou qualquer outra pessoa interessada pelo tema, alcançando inclusive ex-alunos da instituição. O uso do ambiente virtual possibilitou ainda uma dinamicidade na exposição do conteúdo e a viabilidade de uma constante atualização dos dados, o que permitirá a inclusão de conteúdos provenientes de estudos futuros.

Numa época em que as tecnologias de informação e comunicação estão cada vez mais presentes no cotidiano das pessoas, a educação deve estar voltada para a formação de pessoas que sejam capazes de se integrarem a essa sociedade digital, não apenas como meros espectadores, mas como sujeitos capazes de usar a informação e fazer um bom uso dela, transformando o seu cotidiano e contribuindo para a melhoria do meio que o rodeia, desenvolvendo também sua autonomia e criticidade. E quando falamos na Educação Profissional e Tecnológica, essa necessidade se torna mais urgente ainda, visto que o trato com a tecnologia e inovação é cada vez mais comum nessa modalidade de ensino.

Considerando ainda a escassez de dados históricos no site da instituição e o alcance da internet na divulgação de dados, optou-se pelo uso de uma plataforma online, a fim de que a informação se torne acessível ao maior número possível de pessoas, possibilitando uma circulação ampla e instantânea, ao mesmo tempo que permite o acesso àqueles que estão distantes e não podem consultar as informações físicas, pois “a rede mundial de computadores, em função do nível de interatividade que proporciona e de sua flexibilidade apresenta um potencial comunicacional jamais detectado em tecnologias precedentes” (ESCOBAR, 2005, p.04).

Apresentar essas informações no ambiente virtual é ainda uma maneira de difundir a história da instituição, levando a sociedade a conhecer a sua gênese, seu crescimento ao longo dos anos e a sua participação e contribuição para o desenvolvimento local e inclusão social, especialmente nesse período em que se comemorou dez anos de criação dos Institutos Federais, instituídos pela Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2018.

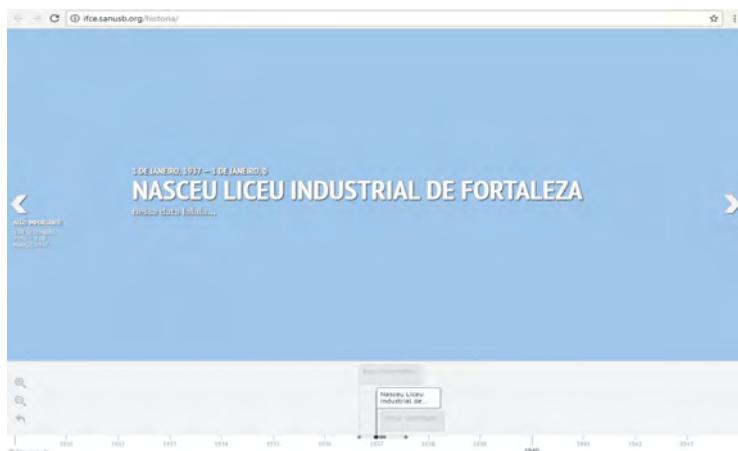
Deve-se considerar também a possibilidade de, ao usar a internet como ferramenta, instigar os atuais alunos a conhecerem a história da instituição da qual fazem parte, como forma de fortalecer a identidade e o sentimento de pertencimento, pois ouvir a história sendo contada por pessoas, que como eles vivenciaram as experiências no interior da escola, pode representar uma importante colaboração para formação desses sujeitos.

### Processo de construção da plataforma *online*

A modelagem da plataforma foi desenvolvida no endereço <http://ifce.sanusb.org/historia>, em parceria com Diego Lima Carvalho Gonçalves, aluno do curso de Bacharelado em Ciência da Computação e bolsista do Laboratório de Eletrônica e Sistemas Embarcados (LAESE) do IFCE - Campus de Maracanaú, que programou o ambiente *online* interativo.

O protótipo inicial da página desenvolveu-se em formato de linha do tempo, a fim de que fossem elencadas as memórias provenientes das narrativas, além dos principais períodos transitórios vividos pela instituição desde a sua criação. Dessa forma, poderiam ser listados os diversos períodos de forma a facilitar o acesso, tendo em vista que o usuário tem a opção de escolher o momento histórico que pretende visitar.

Figura 18 – Protótipo inicial da página

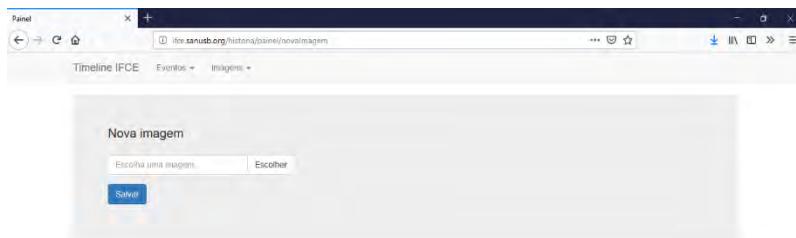


Fonte: <http://ifce.sanusb.org/historia>

No centro da tela tem-se a data do acontecimento, um título que fica em destaque, e logo abaixo um espaço para descrição textual. As setas de rolagem possibilitam a passagem das telas para períodos anteriores ou posteriores. Abaixo da tela é possível identificar uma barra dividida por anos, de forma crescente, onde encontram-se pontos marcadores de cada evento. Esses pontos, que marcam as datas na linha do tempo, permitem que o usuário interaja, escolhendo o período específico que deseja acessar.

Após a seleção das imagens, a elaboração do material textual proveniente da análise documental e a escolha de trechos das memórias dos entrevistados, iniciou-se a construção do acervo *online*. O primeiro passo foi a inclusão das imagens que seriam expostas no *site*. A plataforma conta com um espaço para armazenamento de imagens, onde as mesmas podem ser carregadas e identificadas por um número, que segue uma sequência crescente. Dessa forma, foi possível gravar as fotografias e demais imagens que foram utilizadas na linha do tempo, conforme mostra a figura abaixo:

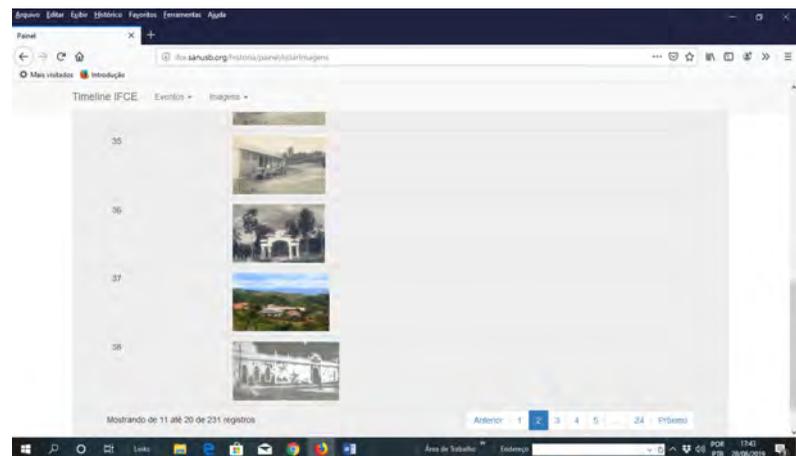
Figura 19 — Procedimento para inclusão de uma nova imagem



Fonte: <http://ifce.sanusb.org/historia/painel/hovalmagem>

A medida que foram sendo incluídas, as imagens ficaram listadas e identificadas por um número, em ordem crescente, que caracterizou cada uma delas de modo individual. Desse modo, ao criar um evento era possível eleger a foto a ser usada pelo número que foi atribuído a ela.

Figura 20 — Listagem de imagens no painel de eventos



Fonte: <http://ifce.sanusb.org/historia/painel/listarImagens>

Cada tópico exposto na plataforma foi alimentado individualmente. O painel desenvolvido para edição de dados da plataforma possui um espaço destinado à inserção de novas fotos e à criação de novos itens, que são denominados de eventos. Assim a criação de novos eventos pode ser realizada no endereço <http://ifce.sanusb.org/historia/painel/novoEvento>. No processo inicial de inclusão dos dados, a criação de um evento contava com os seguintes espaços: título, descrição de evento, cor de fundo, imagem em destaque e imagem de fundo, conforme figura 21:

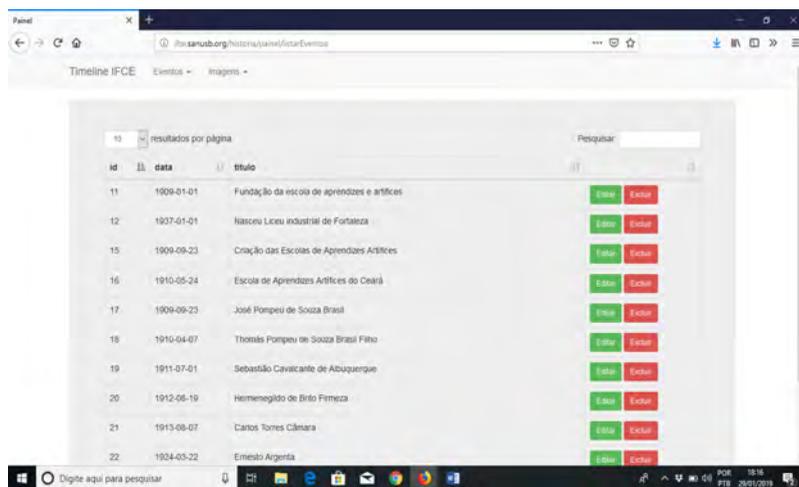
Figura 21 – Procedimento para criação de um novo evento

Fonte: <http://ifce.sanusb.org/historia/painel/novoEvento>

Após o preenchimento dos dados, gera-se um novo evento, que fica listado por ordem de execução, sendo possível uma posterior edição ou exclusão do tópico criado. Na exposição da plataforma os eventos ficam organizados por ordem cronológica, permitindo, portanto, que sejam incluídos novos dados a qualquer momento, e que esses dados fiquem

organizados de acordo com a data em que aconteceram. Essa funcionalidade admite uma flexibilidade na inserção de dados, uma vez que, mesmo incluindo eventos posteriores, estes ficarão organizados na linha do tempo, de acordo com a data da ocorrência.

Figura 22 – Listagem de eventos criados



Fonte: <http://ifce.sanusb.org/historia/painel/listarEventos>

À medida que os dados iam sendo colocados no site, surgiram novas necessidades, como por exemplo, a inserção de links, que ajudaram a página a ficar mais dinâmica e permitiram que o usuário consultasse textos externos à plataforma, como meio de aprimorar o conhecimento.

Uma outra mudança sugerida ao desenvolvedor do site foi a divisão dos períodos históricos em cores distintas na linha do tempo, a fim de facilitar a visualização da época que o usuário pretende acessar e marcar o período correspondente a cada mudança de nomenclatura da instituição. Dessa forma, foram atribuídas cores diferentes na linha do tempo que fica na parte inferior da página, para cada período em que a instituição mudou de nomenclatura, conforme mostrado na figura 23.

Nesta, podemos ainda observar que há três botões alinhados no canto inferior esquerdo da página. Nos dois primeiros é possível aumentar ou diminuir o tamanho da linha do tempo, permitindo que o usuário visualize com mais detalhes o período que pretende acessar. O terceiro botão, em formato de seta, permite que o usuário retorne à primeira página da plataforma.

Figura 23 – Identificação dos períodos históricos através de cores



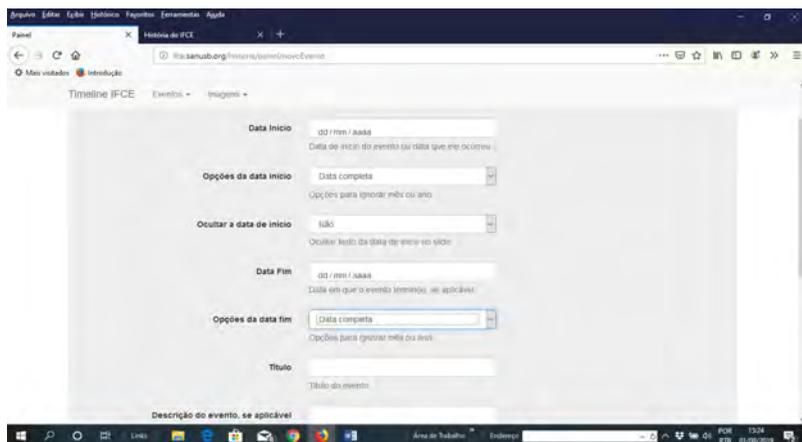
Fonte: <http://ifce.sanusb.org/historia/#event-escola-industrial-federal-do-ceara>

Tendo em vista o número crescente de eventos que foram sendo criados ao longo da elaboração do acervo, foi gerado em cada página um endereço de internet próprio, ou seja, um Localizador Uniforme de Recursos (URL), ferramenta capaz de oferecer a cada documento um endereço único. Dessa maneira, é possível que cada evento seja acessado diretamente, sem a necessidade de percorrer toda a plataforma até chegar a página desejada, o que auxilia também na divulgação do site por meio de links, tendo em vista que se torna viável escolher o período ou

um evento específico. Eis alguns exemplos: <http://ifce.sanusb.org/historia/#event-acervo-online-entre-a-historia-e-a-memoria-do-ifce-br-profep-cc>, <http://ifce.sanusb.org/historia/#event-acervo-de-memorias> e <http://ifce.sanusb.org/historia/#event-escola-agrotecnica-federal-de-iguatu>.

Como a grande maioria das narrativas não está associada a datas específicas, foi necessário ajustar o formato da plataforma, para que esta permitisse a inserção de eventos em que se tem apenas o mês e o ano, somente o ano ou ainda acontecimentos que se remetem a determinado período ou década, sem que haja a lembrança da data em que este ocorreu. Nesse sentido, foram feitas as alterações e o painel para criação de um evento passou a contar com as seguintes alternativas: data de início, com a possibilidade de optar pela data completa, apenas ano e mês e apenas ano; ocultar data de início, que permite exibir ou não a data colocada na plataforma, aumentando assim as alternativas de uso, conforme demonstrado na figura 24:

Figura 24 – Alterações nos procedimentos para inclusão e edição de eventos



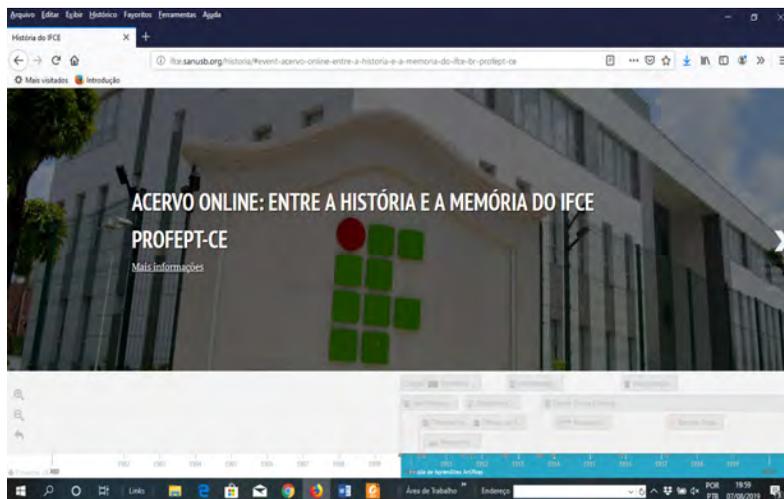
Fonte: <http://ifce.sanusb.org/historia/painel/novoEvento>

Essa funcionalidade que permitiu a inclusão apenas do ano em que ocorreu o fato, possibilitou que as memórias de cada sujeito ficassem aninhadas e próximas ao ano em que ele ingressou na instituição, tendo em vista que, conforme já foi explicitado, essas memórias não vêm acompanhadas de datas específicas.

À medida que os eventos iam sendo criados, sentiu-se a necessidade de desenvolver uma página inicial, uma espécie de capa, onde aparecesse o nome do produto educacional, como forma de identificá-lo.

Dessa maneira, foi criada uma primeira página onde constam o título, ACERVO ONLINE: ENTRE A HISTÓRIA E A MEMÓRIA DO IFCE, e um *link* intitulado “Mais informações”, onde estão disponíveis dados sobre a pesquisa e o produto educacional, como o nome dos pesquisadores, dos colaboradores, trabalhos publicados, dentre outras informações.

Figura 25 – Página inicial da plataforma



Fonte: <http://ifce.sanusb.org/historia/#event-acervo-online-entre-a-historia-e-a-memoria-do-ifce-br-110-anos-da-rede-federal>

## O conteúdo do acervo *online*

O conteúdo do produto educacional foi elaborado concomitantemente à pesquisa e o material textual e visual do site trouxe pontos relevantes sobre a história da instituição, dados históricos organizados em uma linha do tempo que foi dividida em fases que corresponderam aos períodos de transição que a instituição viveu:

1. Escola de Aprendizes e Artífices (1909),
2. Liceu Industrial de Fortaleza (1937),
3. Liceu Industrial do Ceará (1941),
4. Escola Industrial de Fortaleza (1942),
5. Escola Industrial Federal do Ceará (1965),
6. Escola Técnica Federal do Ceará (1968),
7. Centro Federal de Educação Tecnológica (1994) e
8. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (2008), incluindo-se ainda um espaço para as Escolas Agrotécnicas do Crato e Iguatu, que também integraram a rede.

Os dados apresentados a seguir integram o conteúdo textual da plataforma. Cada um dos tópicos, iniciados com uma data e um título e seguidos por uma breve descrição, são oriundos da pesquisa bibliográfica e documental. Na plataforma, estes dados estão acompanhados por imagens e subdivididos pelas fases de transição que a instituição viveu.

## **Escola de Aprendizes e Artífices (1909)**

### **23/09/1909 – Criação das Escolas de Aprendizes Artífices**

Por meio do Decreto nº 7566, de 23 de setembro de 1909, o então presidente Nilo Peçanha criou escolas nas capitais dos estados, voltadas para o ensino profissional primário gratuito e destinadas a habilitar para o trabalho os filhos dos “desfavorecidos da fortuna”. Essas instituições foram as primeiras versões das composições escolares dos atuais Institutos Federais de Educação Profissional e Tecnológica no país

### **23/09/1909 – 07/04/1910 – José Pompeu de Souza Brasil**

1º Diretor da Escola de Aprendizes Artífices do Ceará (23/09/1909 - 02/04/1910)

### **07/04/2010 – 01/07/1911 – Thomás Pompeu de Souza Brasil Filho**

2º Diretor da Escola de Aprendizes Artífices do Ceará (07/04/1910 - 01/07/1911)

### **24/05/2010 – Inauguração da Escola de Aprendizes Artífices do Ceará**

Inaugurada em 24 de maio de 1910, a Escola de Aprendizes Artífices do Ceará foi instalada num prédio antes ocupado pela Escola de Aprendizes Marinheiros, na Avenida Alberto Nepomuceno

### **24/05/1910 – Primeiros cursos na Escola de Aprendizes Artífices**

De acordo com o Almanaque do Ceará de 1922, a Escola do Ceará iniciou seu funcionamento com os seguintes cursos: Typographia e encadernação (24 de maio de 1910), Sapataria e Alfaiataria (07 de setembro de 1911), Marcenaria e Carpintaria, Ferraria, Serralheria e Mecânica (Janeiro de 1912). Fonte: ALMANACH DO CEARÁ (1922)

### **01/07/2011 – 19/08/2012 – Sebastião Cavalcante de Albuquerque**

3º Diretor da Escola de Aprendizes Artífices do Ceará (01/07/1911 - 19/08/1912)

### **07/09/1911 – Oficina de Sapataria**

O segundo curso a ser ofertado na Escola de Aprendizes Artífices do Ceará foi a Oficina de Sapataria, inaugurada em 07 de setembro de 2011, dois anos após a criação da escola. Fonte: Almanach do Ceará, 1922

### **19/08/1912 – 06/08/1913 – Hermenegildo de Brito Firmeza**

Professor, jornalista e político, Hermenegildo ficou na direção da Escola de Aprendizes Artífices do Ceará de 19 de agosto de 1912 a 06 de agosto de 1913

### **07/08/1913 – 21/03/1924 – Carlos Torres Câmara**

5º Diretor da Escola de Aprendizes Artífices do Ceará (25/08/1913 - 31/01/1924)

### **1914 – Mudança para um novo prédio**

No ano de 1914, a escola transferiu-se para um prédio onde funcionava a Milícia Estadual, vizinho ao Teatro José de Alencar. O prédio foi demolido posteriormente e o espaço passou a integrar o patrimônio do Teatro José de Alencar. Fonte: Sidou, 1979

### **20/11/1915 – Inauguração de Máquinas a Vapor**

Em 21 de novembro de 1915, foram inauguradas máquinas a vapor em todas as seções da instituição. Assim as oficinas de tipografia, sapataria, ferraria, serralheria, carpintaria e marcenaria passaram a ser movidas por “modernos machinismos a vapor” (Almanaque, 1918, p. 125)

### **01/03/1917 – Revista Pedagógica**

A Revista Pedagógica foi um periódico de publicação bimestral produzido na própria oficina de tipografia da Escola de Aprendizes Artífices do Ceará. Idealizada pelo diretor Carlos Câmara, o lançamento da revista foi uma ação inovadora para a época, tendo em vista que não há registros de que outra escola da rede que tenha publicado trabalho semelhante nesse período

### **22/03/1924 – 06/06/1925 – Ernesto Argenta**

6º Diretor da Escola de Aprendizes Artífices do Ceará (22/03/1924 - 05/06/1925)

### **06/06/1925 – 11/03/1939 – Carlos Torres Câmara**

7º Diretor da Escola de Aprendizes Artífices do Ceará / Liceu Industrial do Ceará (08/06/1925 - 11/03/1939)

### **1932 – Nova mudança de endereço**

Com a extinção da Escola de Aprendizes Marinheiros, em 1932 a Escola de Aprendizes Artífices do Ceará passou a ocupar o prédio que antes pertencia aquele estabelecimento de ensino naval, situado no bairro de Jacarecanga, onde permaneceu por sete anos, até mudar-se novamente para um prédio onde funcionara o Liceu do Ceará, na Praça dos Voluntários. Fonte: Sidou, 1979

Liceu Industrial de Fortaleza (1937)

### **13/01/1937 – 24/02/1942 – Liceu Industrial de Fortaleza**

Em 1937, é assinada a Lei nº 378, que transformou as Escolas de Aprendizes Artífices em Liceus Industriais, “destinados ao ensino profissional, em todos os ramos e graus”. (BRASIL, 1937)

### **02/04/1939 – 23/01/1951 – Waldyr Diogo de Siqueira**

8º Diretor do Liceu Industrial do Ceará e Escola Industrial de Fortaleza (02/04/1939 - 23/01/1951)

#### **04/05/1939 – Doação de terreno para novas instalações do Liceu**

O Decreto nº 548, de 04 de maio de 1939, publicado no Diário Oficial do Ceará, autorizou o governo estadual a doar à União um terreno situado à rua Treze de Maio para edificação do prédio e instalações destinadas ao Liceu Industrial.

#### **1940 – Novas instalações do Liceu Industrial de Fortaleza**

Uma nova mudança de instalação ocorreu em 1940, quando a instituição foi transferida para a sede da Rede de Viação Cearense, situada na rua 24 de maio, n 230. Fonte: Sidou (1979)

Liceu Industrial do Ceará (1941)

#### **28/08/1941 – Liceu Industrial do Ceará**

Em 1941, num despacho do então Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, datado de 28 de agosto, o nome da instituição mudou novamente, passando a intitular-se Liceu Industrial do Ceará Escola Industrial de Fortaleza (1942)

#### **25/02/1942 – Escola Industrial de Fortaleza**

O Decreto 4.127, de 25 de fevereiro, transformou os Liceus Industriais em Escolas Industriais e Técnicas, que passaram a oferecer cursos técnicos, industriais e de maestria, com a formação profissional em nível equivalente ao do secundário. No Ceará foi instituída então a Escola Industrial de Fortaleza

#### **25/02/1942 – 16/10/1959 – Escola Industrial de Fortaleza**

As Escolas Industriais e Técnicas, criadas pelo Decreto nº4.121, de 25 de fevereiro de 1942, foram transformadas em autarquias com autonomia didática e de gestão, passando a chamar-se de Escolas Técnicas Federais, por força do Decreto n.º 47.038 de 16 de outubro

#### **24/09/1951 – 23/01/1957 – Jorge Feijó Raupp**

9º Diretor da Escola Industrial de Fortaleza (24/09/1951 - 23/01/1957)

#### **19/03/1952 – Novo prédio da Escola Industrial**

Apenas em 1952 a Escola Industrial passou a funcionar no prédio construído especialmente para abrigá-la. Em notícia data de 19 de março daquele ano, a Revista do Instituto do Ceará anuncia a entrega do novo estabelecimento de ensino, situado na Avenida Treze de Maio

#### **29/04/1957 – 25/07/1969 – José Roberto de Mello Barreto**

10º Diretor da Escola Industrial de Fortaleza (29/04/1957 - 04/04/1972)

#### **16/02/1959 – Regulamento do Ensino Industrial**

A Lei nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1959 transformou as Escolas Industriais e Técnicas em autarquias, com autonomia didática e de gestão. No mesmo ano,

o Decreto nº 47.038 de 16 de outubro, aprovou o Regulamento do Ensino Industrial. As escolas agora teriam “personalidade jurídica própria e autonomia didática, administrativa técnica e financeira” (BRASIL, 1959)

## **Escola Agrotécnica Federal do Crato (1954)**

### **10/04/1954 – Escola Agrotécnica do Crato**

Nessa data, 10/04/1954, é assinado o termo de instalação da Escola Agrotécnica do Crato, em atendimento ao disposto nos decretos nº 22.470, de 20 e janeiro de 1947, e nº 9.613 de 20 de agosto de 1946, que regulamentaram o Ensino Agrícola no Brasil

### **1º Curso da Escola Agrotécnica do Crato**

A Escola Agrotécnica do Crato era vinculada à Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário – SEAVE do Ministério da Agricultura. As suas atividades se iniciaram com a implantação do curso de Tratorista em 1955

### **Colégio Agrícola do Crato**

Em virtude do Decreto 53.558, de 13 de fevereiro de 1964, a Escola Agrotécnica do Crato passou a chamar-se Colégio Agrícola do Crato.

### **Escola Agrotécnica Federal do Crato**

Através do Decreto 83.935, de 04 de setembro de 1979, o Colégio Agrícola do Crato passou a denominar-se Escola Agrotécnica Federal do Crato, última denominação antes de se transformar em campus do IFCE em 2009

## **Escola Agrotécnica Federal de Iguatu (1955)**

### **1955 – A Escola Agrotécnica de Iguatu**

A Escola Agrotécnica de Iguatu, hoje IFCE campus Iguatu, tem sua origem na década de 50, com a abertura do curso de extensão de Economia Rural Doméstica, vinculado ao Ministério da Agricultura. A professora Elze Lima Verde Montenegro foi a fundadora e ministrava as aulas na sua própria residência

### **Colégio de Economia Doméstica Rural Elza Barreto**

Em 1962, através de portaria do Ministério da Agricultura, criou-se o Colégio de Economia Doméstica, "com a função de formar professores para o magistério do curso de Extensão em Economia"

### **Escola Agrotécnica Federal de Iguatu**

Em 04 de setembro de 1979, por força do Decreto nº 83.935, a instituição tem seu nome alterado e passa a chamar-se Escola Agrotécnica Federal de Iguatu

## **Unidade Areias e Unidade Cajazeiras**

A Escola Agrotécnica Federal de Iguatu era dividida em duas unidades: Areias e Cajazeiras

## **Campus Iguatu**

Em dezembro de 2008 passou a chamar-se Instituto Federal do Ceará campus Iguatu, quando o Governo Federal unificou as antigas Escolas Agrotécnicas e os Centros de Educação Tecnológica para criação dos atuais Institutos Federais (Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008)

## **Escola Industrial Federal do Ceará (1965)**

### **20/08/1965 – Escola Industrial Federal do Ceará**

Em 1965, a Lei nº 4.759, de 20 de agosto, definiu nova denominação e qualificação às Universidades e Escolas Técnicas Federais. Estas foram qualificadas de federais e tiveram na denominação a inclusão do respectivo Estado. Assim, a Escola Industrial de Fortaleza passou a denominar-se Escola Industrial Federal do Ceará

## **Escola Técnica Federal do Ceará (1968)**

### **17/06/1968 – Escola Técnica Federal do Ceará**

A Portaria Ministerial nº 331, de 17 de junho de 1968, alterou a nomenclatura da Escola Industrial, que passou a denominar-se Escola Técnica Federal do Ceará

### **12/10/1972 – 05/07/1990 – Raimundo César Gadelha de Alencar Araripe**

11º Diretor da Escola Técnica Federal do Ceará (12/10/1972 - 05/07/1990)

Entre os anos de 1969 a 1972, respondeu pela função interinamente

### **05/07/1990 – 30/07/1994 – José de Anchieta Tavares Rocha**

12º Diretor da Escola Técnica Federal do Ceará (05/07/1990 - 30/07/1994)

### **30/07/1994 – 01/07/1998 – Samuel Brasileiro Filho**

13º Diretor da Escola Técnica Federal do Ceará (30/07/1994 - 01/07/1998)

Fonte: Memorial do IFCE

### **08/12/1994 – Sistema Nacional de Educação Tecnológica**

A Lei 8.948, de 8 de dezembro de 1994, instituiu o Sistema Nacional de Educação Tecnológica, transformando, gradativamente, as Escolas Técnicas Federais e as Escolas Agrotécnicas Federais em CEFETs. No caso do Ceará, essa transformação só ocorreu posteriormente

### **02/07/1998 – 01/06/2004 – Antônio Mauro Barbosa de Oliveira**

14º Diretor da Escola Técnica Federal do Ceará/Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará (02/07/1998 - 01/06/2004)

## **Centro Federal de Educação Tecnológica (1994)**

### **22/03/1999 – Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará.**

Um Decreto sem número, de 22 de março de 1999 dispôs sobre a implantação do Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará, atendendo ao que determinava a Lei nº 8.948, de 08 de dezembro de 1994. Dessa forma houve a mudança de denominação da Escola Técnica Federal do Ceará e sua transformação em Centro Federal

### **01/09/2004 – 02/01/2005 – Luiz Orlando Rodrigues**

15º Diretor do Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará (01/09/2004 - 02/01/2005)

### **2005-2013 – Cláudio Ricardo Gomes de Lima**

16º Diretor do Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará (2005 – 2013)

## **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (2008)**

### **29/12/2008 – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará**

A Lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008 instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia

### **29/12/2008 – Campus Cedro**

O IFCE – campus Cedro iniciou sua trajetória na segunda metade da década de 1980. Resultado do Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Técnico (PROTEC), criado em 1986, teve sua construção iniciada em 1989 e a obra inaugurada em 1994. A unidade, autorizada em maio de 1995, entrou em funcionamento em 11 de setembro do ano com a oferta do Pró-Técnico, curso preparatório para ingresso de seus cursos de Mecânica e Eletrotécnica. Como campus do IFCE, foi criado oficialmente no dia 29 de dezembro de 2008, pela Lei nº 11.892.

Fonte: [https://ifce.edu.br/cedro/campus\\_cedro/o-campus](https://ifce.edu.br/cedro/campus_cedro/o-campus).

### **29/12/2008 – Campus Crato**

A história do IFCE campus Crato começa em 1954, com a criação de uma Escola Agrotécnica no município, voltada para o ensino agropecuário. Quase dez anos depois, em fevereiro de 1964, o espaço muda de nome e passa a se chamar

Colégio Agrícola do Crato, e, em 1979, vira Escola Agrotécnica Federal de Crato. Com a Lei nº 11.892 transforma-se em IFCE campus Crato

Fonte: [https://ifce.edu.br/crato/campus\\_crato/o-campus](https://ifce.edu.br/crato/campus_crato/o-campus).

### **29/12/2008 – Campus Fortaleza**

Com a criação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) em 29 de dezembro de 2008 (Lei 11.892), a unidade do Cefet/CE na capital cearense se transformou em *campus* de Fortaleza da nova instituição

Fonte: <https://ifce.edu.br/fortaleza/o-campus>.

### **29/12/2008 – Campus Iguatu**

O campus Iguatu teve origem em 1955, com a criação do curso de extensão de Economia Rural Doméstica. Em 4 de setembro de 1979, mudou o nome para Escola Agrotécnica Federal de Iguatu e manteve essa alcunha até dezembro de 2008, quando o Governo Federal unificou as Escolas Agrotécnicas de Crato e Iguatu, o Centro Federal de Educação Tecnológica de Fortaleza e as Unidades de Ensino Descentralizadas do Estado (UNEDs) (como Cedro, Juazeiro e Maracanaú etc) sob o nome de Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE)

Fonte: <https://ifce.edu.br/iguatu/menu/sobre-o-campus-iguatu/o-campus>.

### **29/12/2008 – Campus Juazeiro do Norte**

Em 1994, tendo como objetivo a interiorização do ensino técnico, o CEFET-CE inaugurou duas Unidades de Ensino Descentralizadas (UnEDs) nas cidades de Cedro e Juazeiro do Norte. A Unidade de Ensino Descentralizada de Juazeiro do Norte-CE começou a funcionar somente em 11 de setembro de 1995 com os cursos técnicos de Eletrônica e Edificações na modalidade de ensino integrado (ensino médio e técnico). Como campus do IFCE foi criado oficialmente no dia 29 de dezembro de 2008, pela Lei nº 11.892

Fonte: [https://ifce.edu.br/juazeirodonorte/campus\\_juazeiro/o-campus](https://ifce.edu.br/juazeirodonorte/campus_juazeiro/o-campus).

### **29/12/2008 – Campus Maracanaú**

O Instituto Federal do Ceará (IFCE) nasceu com nove *campi*, dentre estes, o *campus* Maracanaú, que foi criado com o intuito de atender a demanda de mão-de-obra qualificada para as empresas do Estado do Ceará, favorecido por sua localização, mais próximo das indústrias em desenvolvimento e já existentes

Fonte: <https://ifce.edu.br/maracanau/menu/o-campus>.

### **29/12/2008 – Campus Quixadá**

O *campus* de Quixadá do Instituto Federal do Ceará está localizado em um dos pontos turísticos mais visitados do município: a região do Açude Cedro. O IFCE de Quixadá surgiu na segunda fase do plano de expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica promovida pelo governo federal em 2007 e iniciou as atividades no dia 10 de junho de 2008, mediante portaria nº 688, do Ministério da Educação (MEC), com data de 09 de junho de 2008

Fonte: [https://ifce.edu.br/quixada/campus\\_quixada/o-campus](https://ifce.edu.br/quixada/campus_quixada/o-campus).

### **29/12/2008 – Reitoria**

A Reitoria é o órgão executivo do IFCE, responsável pela administração, coordenação e supervisão de todas as atividades da instituição. O IFCE é dirigido por um reitor, escolhido em processo de consulta aos servidores do quadro ativo permanente (docentes e técnico-administrativos) e aos estudantes regularmente matriculados

Fonte: <https://ifce.edu.br/instituto/gabinete-do-reitor/gabinete-do-reitor>.

### **10/09/2009 – Campus Limoeiro do Norte**

O campus Limoeiro do Norte, inaugurado em 10 de setembro de 2009, é resultado do projeto de expansão da Rede de Ensino Tecnológico do País, elaborado pelo Governo Federal, em 2007. Atualmente oferece semestralmente à comunidade cursos nas áreas Técnica, Tecnológica, Bacharelado e de Licenciatura.

Fonte: [https://ifce.edu.br/limoeirodonorte/campus\\_limoeiro/o-campus](https://ifce.edu.br/limoeirodonorte/campus_limoeiro/o-campus).

### **10/09/2009 – Campus Sobral**

O Campus Sobral surgiu a partir do Plano de Expansão Fase II da rede de ensino tecnológico do País, planejamento realizado pelo Governo Federal em 2007. A escola foi inaugurada no dia 10 de setembro de 2009, com a presença do então presidente da República, Luis Inácio Lula da Silva

Fonte: <https://ifce.edu.br/sobral/campus-sobral/o-campus>.

### **20/11/2009 – Campus Tauá**

O campus de Tauá foi inaugurado em 20 de novembro de 2009. Situado em Tauá, município-polo da região do sertão dos Inhamuns, este campus abrange os municípios de Arneiroz, Aiuaba, Quiterianópolis e Parambu, e recebe alunos de várias outras regiões por meio do Sistema de Seleção Unificada (SISU) do Ministério da Educação (MEC) e outros processos seletivos

Fonte: [https://ifce.edu.br/taua/campus\\_taua/o-campus](https://ifce.edu.br/taua/campus_taua/o-campus).

### **01/02/2010 – Campus Aracati**

Inaugurado em primeiro de fevereiro de 2010 como campus avançado de Fortaleza, o IFCE em Aracati iniciou sua atuação com a oferta dos cursos de Agenciamento de Viagens, Aquicultura e Informática. A primeira sede funcionou nas instalações utilizadas até então pelo Centro Vocacional Tecnológico da cidade. Desde o final de 2017, o campus passou a funcionar em uma nova sede, localizada às margens da CE 040

Fonte: <https://ifce.edu.br/aracati/menu/o-campus>.

### **01/02/2010 – Campus Baturité**

O campus de Baturité foi inaugurado em 1º de fevereiro de 2010, e as atividades de ensino do instituto tiveram início em agosto de 2010 com os cursos técnicos em Hospedagem e de tecnologia em Gastronomia, na perspectiva de inclusão de outros cursos da área de hospitalidade e lazer nos anos seguintes

Fonte: <https://ifce.edu.br/baturite/menu/o-campus>.

### **01/05/2010 – Campus Jaguaribe**

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - *Campus* Jaguaribe foi construído entre os anos de 2009 e 2010 tendo sua inauguração realizada em 1º de maio de 2010. A unidade está localizada à Rua Pedro Bezerra de Menezes, 387, Bairro COHAB, Jaguaribe-Ce

Fonte: <https://ifce.edu.br/jaguaribe/menu/o-campus>.

### **29/11/2010 – Campus Acaraú**

O campus de Acaraú, inaugurado em 29 de novembro de 2010, se posiciona como ferramenta de desenvolvimento para a região do Baixo Vale do Acaraú, onde se encontram os municípios de Acaraú, Bela Cruz, Cruz, Itarema, Jijoca de Jericoacoara, Marco e Morrinhos

Fonte: <https://ifce.edu.br/acarau/menu/o-campus>.

### **29/11/2010 – Campus Canindé**

O campus de Canindé surgiu do Plano de Expansão Fase II da rede de ensino tecnológico do País, iniciado a partir da elaboração de planejamento realizado pelo Governo Federal, em 2007. Começado o processo de expansão da Rede de Ensino Tecnológico, foram escolhidas 150 cidades pólos em todo o País, dentre as quais, seis delas pertencem ao Estado do Ceará. Canindé foi uma das contempladas. A inauguração do campus ocorreu em 29/11/2010

Fonte: <https://ifce.edu.br/caninde/menu/o-campus>.

### **29/11/2010 – Campus Crateús**

A pedra fundamental do campus foi lançada em 2008 e a conclusão parcial da obra ocorreu em julho de 2010, na segunda fase do plano de expansão da rede de ensino profissional e tecnológico promovido pelo governo federal

Fonte: <https://ifce.edu.br/crateus/menu/o-campus>.

### **27/12/2010 – Campus Camocim**

O *campus* Camocim foi inaugurado na data de 27 de dezembro de 2010. Atualmente o *campus* oferece os cursos técnicos em Restaurante e Bar (TRB) e Manutenção e Suporte em Informática (MSI); os cursos superiores de Tecnologia em Processos Ambientais, Licenciaturas em Letras Português–Inglês e em Química e Especialização em Análise Ambiental

Fonte: <https://ifce.edu.br/camocim/menu/o-campus>.

### **27/12/2010 – Campus Caucaia**

O campus de Caucaia do IFCE foi inaugurado no dia 27 de dezembro de 2010 e entregue oficialmente à comunidade de Caucaia no dia 26 de agosto de 2011. Surgiu em decorrência do plano de expansão da rede federal de educação tecnológica

Fonte: <https://ifce.edu.br/caucaia/menu/o-campus>.

### **17/04/2012**

#### **Campus Tabuleiro do Norte**

Em 17 de abril de 2012, o *Campus* Avançado de Tabuleiro do Norte inicia as suas atividades, ofertando os cursos de Manutenção Automotiva e Petróleo e Gás; posteriormente, em 23 de abril de 2013, através da Portaria nº 330, publicada no Diário Oficial da União, a unidade adquiriu a condição de campus convencional, dando-lhe maior autonomia para gerir os seus recursos e construir as suas diretrizes

Fonte: [https://ifce.edu.br/tabuleirodonorte/campus\\_tabuleiro/o-campus](https://ifce.edu.br/tabuleirodonorte/campus_tabuleiro/o-campus).

### **23/04/2013**

#### **Campus Morada Nova**

Criado inicialmente como campus avançado de Limoeiro do Norte, o IFCE de Morada Nova se tornou um campus independente em 2014, ofertando os cursos técnicos de Aquicultura e Edificações. Além destes, em 2016 passa a oferecer também os cursos superiores em Engenharia de Aquicultura e Engenharia Civil, sendo a primeira instituição pública a ofertar cursos de graduação na cidade de Morada Nova

Fonte: [https://ifce.edu.br/moradanova/campus\\_morada/o-campus](https://ifce.edu.br/moradanova/campus_morada/o-campus)

**23/04/2013**

### **Campus Tianguá**

O campus de Tianguá tem por objetivo disponibilizar educação profissional e tecnológica de qualidade, além de desenvolver pesquisas e projetos de extensão, direcionados à comunidade da região da Serra da Ibiapaba, compondo o programa de expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica no Ceará

Fonte: [https://ifce.edu.br/tiangua/campus\\_tiangua/o-campus](https://ifce.edu.br/tiangua/campus_tiangua/o-campus).

**23/04/2013**

### **Campus Ubajara**

O Campus Ubajara, vinculado inicialmente ao Campus de Sobral, iniciou suas atividades ofertando cursos técnicos de nível médio na área da produção alimentícia visando a melhoria e o desenvolvimento da região. Oferece os seguintes cursos: Técnico em Alimentos (subsequente), Gastronomia (tecnológico), Química (licenciatura plena), Agroindústria (tecnológico)

Fonte: [https://ifce.edu.br/ubajara/campus\\_ubajara/o-campus](https://ifce.edu.br/ubajara/campus_ubajara/o-campus).

**23/04/2013**

### **Campus Umirim**

Inicialmente, a Escola Agrícola de Umirim tornou-se Unidade de Extensão do Campus do IFCE localizado no município do Crato-CE, cabendo a este responder administrativamente pela mesma, em comunhão com a Prefeitura Municipal de Umirim. Em 2013, pela Portaria nº 330, de 23/04/2013, publicada no Dou de 24/04/2013, o Ministério da Educação autorizou o seu funcionamento na condição de campus avançado. Atualmente o campus atende uma demanda de mais de duzentos estudantes da região focados no ensino médio profissionalizante com Cursos Técnicos nas áreas de Recursos Naturais e da Informação e Comunicação

Fonte: [https://ifce.edu.br/umirim/campus\\_umirim/o-campus](https://ifce.edu.br/umirim/campus_umirim/o-campus).

**11/06/2014**

### **Campus Avançado de Guaramiranga**

O campus avançado de Guaramiranga foi criado pela Portaria nº 505 do Ministério da Educação – MEC, de 11/06/2014. A partir de então o IFCE tomou sobre si a responsabilidade em implantar cursos, inicialmente de formação técnica, em consonância com as demandas de qualificação do município e da região

Fonte: [https://ifce.edu.br/guaramiranga/campus\\_guaramiranga/o-campus](https://ifce.edu.br/guaramiranga/campus_guaramiranga/o-campus).

**11/06/2014**

### **Campus Avançado de Jaguaruana**

O campus avançado de Jaguaruana deu início às suas atividades em 2014, após autorização de funcionamento proveniente da Portaria nº 505 do Ministério da Educação – MEC, de 11/06/2014.

Fonte: [http://simec.mec.gov.br/academico/mapa/dados\\_instituto\\_edpro.php?uf=CE](http://simec.mec.gov.br/academico/mapa/dados_instituto_edpro.php?uf=CE).

**26/01/2015**

### **Campus Itapipoca**

O campus de Itapipoca foi inaugurado em 26 de janeiro de 2015, pelo Magnífico Reitor do IFCE, Virgílio Araripe, com a presença do então ministro da Educação, Cid Gomes, do governador do Estado, Camilo Santana, e do prefeito de Itapipoca, Dagmauro Moreira, além autoridades e representantes da sociedade civil

Fonte: [https://ifce.edu.br/itapipoca/campus\\_itapipoca/o-campus](https://ifce.edu.br/itapipoca/campus_itapipoca/o-campus).

**02/05/2016**

### **Campus Pecém**

O Campus Avançado do Pecém é a vigésima sétima unidade do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará. O campus é fruto de doação do antigo Centro de Treinamento do Trabalhador Cearense (CTTC), construído pelo Governo do Estado do Ceará, numa visão de futuro para atender às demandas latentes de capacitação e as que se apresentarem ao longo da implantação do Complexo Industrial e Portuário do Pecém

Fonte: <https://ifce.edu.br/pecem/campus-pecem/o-campus>.

**09/05/2016**

### **Campus Boa Viagem**

O campus de Boa Viagem foi oficialmente inaugurado no dia 09 de maio de 2016, em Brasília, pela presidente Dilma Rousseff, em um evento do Ministério da Educação, com a participação do Reitor do IFCE, Virgílio Augusto Sales Araripe e do Diretor-geral do campus de Boa Viagem, João Paulo Arcelino Rego.

Fonte: [https://ifce.edu.br/boa-viagem/campus\\_boaviagem/o-campus](https://ifce.edu.br/boa-viagem/campus_boaviagem/o-campus).

**09/05/2016**

### **Campus Horizonte**

O campus obteve a sua autorização de funcionamento com a Portaria do MEC nº 378, de 9 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União, de 10 de maio de 2016, passando a integrar a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Fonte: [https://ifce.edu.br/horizonte/campus\\_horizonte/o-campus](https://ifce.edu.br/horizonte/campus_horizonte/o-campus).

**09/08/2016**

### **Campus Paracuru**

O campus de **Paracuru** do IFCE teve sua inauguração em 09/08/2016 e já se posiciona como ferramenta de desenvolvimento para a região do litoral oeste cearense. Possui 4.200 metros quadrados de área construída, com 10 salas de aula, 10 laboratórios, biblioteca, auditório para até 150 pessoas, cantina e bloco administrativo

Fonte: [https://ifce.edu.br/paracuru/campus\\_paracuru/o-campus](https://ifce.edu.br/paracuru/campus_paracuru/o-campus).

**27/04/2018**

### **Campus Avançado de Acopiara**

A inauguração das instalações oficiais do campus Acopiara ocorreu no dia 27 de abril de 2018. No entanto, suas atividades iniciaram-se anteriormente em sede provisória, no Centro Administrativo Prefeito Celso Castro (CETEC), no segundo semestre de 2017, ofertando cursos de formação inicial e continuada (FIC)

Fonte: <https://ifce.edu.br/acopiara/menu/o-campus>.

**21/12/2018**

### **Campus Maranguape**

Com capacidade para atender 1.200 alunos, o Instituto Federal do Ceará (IFCE) inaugurou no dia 21 de dezembro de 2018 a sede definitiva do campus de Maranguape, oferecendo cursos técnicos e superiores

Fonte: <https://ifce.edu.br/noticias/maranguape-inaugura-campus-do-ifce-nesta-sexta-21>.

**04/06/2019**

### **Campus Avançado de Mombaça**

Dia 15 de fevereiro de 2019 foi lançada a pedra fundamental da unidade do Instituto Federal do Ceará em Mombaça que será vinculada do campus de Iguatu, o 33º campus da instituição. Em 04/06/2019, foi realizada a aula inaugural dos cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC). O evento foi realizado na sede do PROARES, espaço cedido pela prefeitura para a realização das atividades do IFCE.

Fonte: <https://ifce.edu.br/noticias/noticias-de-destaque/municipio-de-mombaca-recebe-o-33o-campus-do-ifce>.

Após a inclusão dos dados históricos, prosseguimos com a inserção do acervo de memórias, proveniente da narrativa dos colaboradores da pesquisa. Este

ficou organizado cronologicamente, dentro do espaço destinado à Escola Técnica Federal do Ceará, de acordo com o ano de ingresso dos entrevistados, constando das seguintes narrativas:

## Trechos das memórias de Antonio Mauro Barbosa de Oliveira

### **Ano de ingresso: 1970**

1. Eu fui aluno da antiga Escola Técnica, ela tinha deixado de ser Escola Industrial recentemente, eu acho que um ano antes e eu cheguei 1970 e fui aluno até 1974, por que o meu curso era o curso de Eletrotécnica, era um curso de 4 anos, era o que a gente chama de integrado, você fazia o nível médio e o nível técnico ao mesmo tempo
2. Eu era aluno do Liceu, então já era oriundo do ensino público e realmente meus pais não tinham grandes recursos para a gente estudar nas escolas privadas, mas não foi só essa a razão, a Escola Técnica sempre exerceu um fascínio, não só sobre mim como também em muitos colegas meus
3. Não era fácil entrar, porque muita gente queria fazer a Escola Técnica e o fato de ter uma profissão o mais rápido possível me atraía muito, e foi o que aconteceu
4. Eu sempre digo aos meus alunos hoje, que no meu tempo de aluno da Escola Técnica foi a melhor época da minha vida, porque foi uma época de transição, ou seja, de adolescente se transformando em jovem, em adulto, de jovem para adulto ou adolescente para adulto e é uma mudança, até porque você passa a ter uma profissão e ter uma profissão significa que você passa a ter a sua independência financeira, você passa a tomar decisões que antes você não podia
5. Foi uma época fantástica, eu sempre digo que é o diploma mais importante que eu tenho, é o de Eletrotécnica, da Escola Técnica! E do ponto de vista da minha formação moral, eu acredito que ela se consolidou no instituto, eu tive uma boa base educacional na minha casa, dos meus pais, dos meus irmãos, mas foi na Escola Técnica que a gente então consolida
6. Professores maravilhosos, professor Aloísio de Castro e Silva, professor Mirson Lima, professora Mercedes, Maria Mercedes, professor José de Anchieta, são várias pessoas, professor Luiz Orlando. São pessoas que passam pela vida da gente, que são antigos, aquele pessoal de máquinas elétricas e muitos outros que passaram na nossa vida e que deixaram marcas, marcas de como se diz diante das dúvidas, sempre

optar por aquilo que é correto, não abrir mão, ser radical em relação a essa questão da honestidade, dos princípios

7. A minha passagem pela Escola Técnica, tem tudo a ver com o homem que hoje eu sou, tanto profissionalmente, como em relação aos meus princípios
8. Em 1970, a gente estava no pós..., o golpe ainda era muito recente, em 1970 então, você tinha ali um medo de se falar em política, seus pais pediam pra você não falar em política, porque o vizinho ao lado tinha desaparecido, esses horrores de qualquer ditadura e a gente sabia que tinha gente infiltrada. Nós tínhamos professores que a gente sabia que não pertenciam ao quadro, então havia um certo medo, eu diria que esse terror da ditadura ele povoou também a escola

## Trechos das memórias de Samuel Brasileiro Filho

### **Ano de ingresso: 1974**

1. Entrei para escola técnica na turma de 1974, da Escola Técnica Federal do Ceará (...). O processo seletivo da Escola Técnica era um processo muito difícil, porque somente a Escola Técnica ofertava curso técnico integrado ao nível médio e também era a única que tinha a formação técnica, não havia formação técnica sequer no Sistema S, nessa época
2. Era uma escola muito organizada, uma escola bem estruturada do ponto de vista do seu ordenamento em horários, então a escola tinha uma sirene que lembrava uma fábrica, a aula começava 1 hora da tarde e você tinha toda uma dinâmica.
3. Havia um rigor no cumprimento dos horários, nós tínhamos fardas, a escola era bem rigorosa com uso de farda e tínhamos aula de segunda a sábado, e somente no sábado era dispensada a farda e a escola, ela tinha alguns critérios de controle disciplinar bem interessantes
4. Era plena ditadura militar, a escola tinha uma forte preocupação com a educação cívica, tanto é que havia hasteamento e cantar o hino com frequência, as atividades de educação física eram muito orientadas pela atividade disciplinadora, da ginástica sueca, calistênica
5. Havia um painel da Pátria aqui que a gente, que os alunos eram chamados a voluntariar-se, quase que obrigatoriamente, a fazer um painel, que ficava 24 horas os alunos se revezando, de madrugada, de dia, durante a semana do 7 de setembro

6. Nós tínhamos também muitos professores militares, alguns professores já militares aposentados da reserva, que eram responsáveis pela disciplina de OSPB, moral e cívica, algumas coisas desse tipo, mas do ponto de vista da escola nós não tínhamos uma visibilidade de que havia uma repressão muito grande e nem a presença de políticos na escola
7. Ela apostava muito na autorresponsabilidade dos alunos, havia um controle disciplinar, evidentemente, da escola, mas esse controle disciplinar não era ostensivo, ele era um controle que incentivava muito a autodisciplina dos alunos
8. Nós tínhamos um forte aprendizado prático, a escola ainda mantinha essa característica, que eu acho que vem perdendo nos últimos anos, onde você tinha uma forte interação entre os alunos e o professor, ou seja, os professores conheciam todos os alunos por nome, havia uma proximidade muito grande dos professores com os alunos
9. O Suetônio, que era coordenador do curso de Química, ele era uma espécie de patrono, onde a gente gravitava em torno dele. Então, ele tinha uma capacidade de ensino prático muito grande, uma liderança muito forte, isso lembra muito do modelo pedagógico da Escola de Artífices, em que você tinha, em cada curso, um profissional desse tipo, que era um professor que tinha muito conhecimento da profissão
10. Nós tínhamos professores de Português, de Geografia, de História, de Biologia que eram renomados, eram pessoas conhecidas. Embora com um currículo um pouco curto, mas com excelentes professores. Por exemplo, meu aprendizado em Língua Portuguesa aqui, tem muitas coisas que até hoje eu lembro!
11. Nós tínhamos oficina de Artes, na Educação Artística você tinha oportunidade de fazer oficinas. A gente chegou a montar um grupo de teatro até com o Olinda, que hoje é professor da Universidade Federal do Ceará. O grupo não funcionou, mas foi interessante porque a gente foi estudar a peça A gota d'água, de Chico Buarque de Holanda e era uma peça subversiva, considerada subversiva e quando a direção soube... comprou os livros, a gente leu e tudo, e quando ela soube que a peça era essa, aí foi trocada pela peça do Ariano Suassuna
12. Mas também a escola tinha os jogos, que era um período marcante, a gente ficava aguardando o período dos jogos, a escola dava todo o suporte para os jogos, a gente recebia inclusive o fardamento, era uma disputa intensa, os professores se envolviam com os jogos. Você tinha uma exposição tecnológica, então era uma escola que ela ia além da formação técnica profissional.

13. Agora, muito rigorosa nos processos de avaliação, na escola eram provas, provas longas, você tinha uma cobrança muito forte, agora também trabalhava com excelentes alunos, porque quando você passava no processo seletivo, e essa é uma característica que talvez hoje a gente tem que entender: a escola está muito mais diversa hoje, quer dizer, a escola trabalhava com o aluno mesmo vindo de famílias mais pobres, mas eram alunos muito bons, que já chegavam aqui com a base e em todos havia uma perspectiva de que estudar aqui representava uma oportunidade de ascensão social, então as pessoas realmente se dedicavam.
14. Como aluno eu acho que a gente tinha uma escola que se preocupava muito, muito em transmitir valores, então tinha as aulas do Padre Luiz, que era professor de Moral e Cívica, com toda aquela questão conservadora, mas ele era um homem muito culto, muito preparado, fazia interpretações filosóficas, discussões filosóficas e aqui a gente construía uma escola que tinha relações, quer dizer, você encontrava amizades. Até hoje eu acho que eu ainda tenho alguns amigos que eu me encontro, da época da minha formação em Química
15. Eu acho que a gente precisa resgatar o Ethos do que nós somos e do que nós éramos desde a Escola de Artífices até a Escola Técnica e que era um ensino que articulava a formação prática com a formação teórica. Nós estamos nos teorizando demais, nos bacharelizando demais, nos verticalizando demais e abandonando um pouco essa tradição que foi a tradição da integração teoria e prática... a escola precisa resgatar isso, resgatar sua tradição formativa como base para construir inclusive, a sua identidade como Instituto Federal.

## Trechos das memórias de Evaldo Correia Mota

### **Ano de ingresso: 1974**

1. Então foi isso: tinha o Básico, eu fui classificado para fazer Mecânica e fiz realmente. Concluí o curso em 78 e fui estagiário aqui dentro, estagiei aqui durante um ano. Quando eu entrei em 74 era o período mais ou menos dos militares... aqui tinha uma disciplina bem rigorosa devido a própria situação do país, mas nunca teve repressão aqui, nunca senti isso
2. Agora a disciplina era segura, tinha um fardamento, tinha que ser perfeito, tinha um professor aqui chamado Professor Diogo (...) ele era um cara muito exigente, ele era o coordenador de ensino e era exigente quanto a fardamento, horário, você não entrava depois do horário não, não tinha como você entrar

3. Exigência de farda, exigência do professor, tinha professor que entrava, se ele entrasse você não entrava mais na sala de aula não (...) Tinha o kichute, tinha um fardamento que era uma calça azul e uma camisa, aqui dentro a gente usava uma bata
4. Aqui, se você visse no campo! Aqui tinha um campo espetacular que você não conheceu, onde é o estacionamento, aquele prédio ali, onde tem o bloco. Lá você tinha aulas ritmadas, tinha aqueles halteres pequenos, aí tinha um apito, parecia um negócio militar, ritmado (...) aí você fazia o exercício, depois ele fazia o jogo de futebol, tantos pra lá, tantos pra cá, um ia para futebol de salão, outro para o vôlei. Então, tinha tudo organizado e era obrigado a fazer Educação Física
5. Todo mundo gostava de participar, tinha semana cultural, Semana da Pátria, tinha um negócio que ficava de vigília, era uma semana e aqui na Mecânica eu participei dos painéis. Nós fizemos uma mão do tamanho dessa sala aqui, de onde saíram várias coisas para o mapa do Brasil. Fazíamos tudo aqui, duas engrenagens grandes do tamanho desta sala aqui, engrenagem grande, com módulo e altura dos dentes de 50mm, com mapa do Brasil. Juntavam os alunos e professores da Eletrotécnica, da Mecânica, da Informática, fazia um painel, a coisa mais linda do mundo!
6. E tinha abertura, todo dia tinha hasteamento, depois tinha também para fazer o descerramento da Bandeira, tudo organizado, tinha um envolvimento de todos os cursos. Você ficava fardado lá em cima de noite, chamava Vigília, com os holofotes para o painel e uma penumbra para pessoa, e ficava três de vigília, aí cada qual passava uma hora, eu não me lembro agora.
7. Atividade esportiva era coisa do primeiro mundo aqui! Tinha os jogos estudantis, um espetáculo! O JETEC era a coisa mais linda do mundo, sabe como era? Fazia aqui uma volta no quarteirão, com as pessoas tudo fardadas, cada qual brigava, comprava, arranjava patrocinadores... vinha televisão para filmar, era um evento grande. Toda vida o pessoal arrumava aqueles bugs e botava aqueles meninos tudinho com coisas de esporte, aquelas camisas, o pessoal de Edificações e Telecomunicações queriam ser os melhores. Aí tinha o dia da Rainha, aí se eu fosse contar eu ia levar só um dia para contar essas histórias.
8. Aqui tinha um lado de você ter liberdade na aula prática, se você não terminasse no horário, então você vinha trabalhar mais tarde, aprender e tinha esse lado também, então na minha formação de conhecimento e na área humana, para mim foi fundamental, eu digo que tudo isso eu devo a Escola Técnica

9. O nosso curso aqui é muito unido, sabe? Desde que eu entrei aqui, eu me lembro, primeiro aniversário que eu passei aqui, contrataram uma banda, contrataram não, era a banda daqui, aí fizeram um aniversário. Então, não era só meu fizeram um aniversário de todo mundo, e até hoje a gente faz. Aqui a gente sempre tenta agregar amigades
10. Sempre eu tenho boas lembranças que aqui nós tínhamos uma pessoa que nos ajudou muito, que era o professor Oriá. Tem até o nome dele aqui, tem uma placa aqui em homenagem a ele. Foi uma pessoa que nos incentivou muito, todos aqui têm uma gratidão, tenho que dizer isso, eu não posso nunca deixar de dizer: tudo que eu fiz aqui, que eu aprendi aqui, tem muita coisa da mão dele, para mim e para vários professores
11. O troféu bonito ali, símbolo do trabalho, nada mais é do que representar o ferro, o forjar da personalidade e do conhecimento. Quando se aquece o ferro e vai trabalhar o ferro, você está forjando, então o ensino, você tem que forjar a personalidade, por que aqui é técnico, é tecnologia, mas você tem que ser as duas coisas, tem que ser o educador, tem que ser o cara que está ajudando na formação. Não é só colocar ele pra cortar ferro, aço, descascar ferro, é uma coisa que você tem que fazer, você tem que levar isso para a formação: a honestidade, a disciplina, a responsabilidade e eu aprendi isso aqui

## Trechos das memórias de Gilmar Lopes Ribeiro

### **Ano de ingresso: 1977**

1. Se eu não tivesse feito o curso técnico eu não saberia em que caminho eu iria seguir com o nível superior, verticalizado a minha formação, e foi o curso técnico que me deu todo o norte, deu todo o caminho
2. Foi eletrotécnica que me fez fazer a Engenharia Elétrica, depois fiz o mestrado e depois fiz o doutorado, tudo na área, e a escola foi realmente (importante), por isso que no meu currículo eu coloco como a coisa mais importante o curso de eletrotécnica aqui, porque foi a partir dele que tudo aconteceu
3. Eu entrei aqui em 1977, no segundo semestre e sai em 1980, no final do ano, no curso de eletrotécnica (...) A escola, ela marca a vida de todos. Eu acho que todo mundo que passa por essa instituição, de alguma forma, ela é tocada, a escola tem uma energia assim que é muito importante, não só como formação técnica, mas como uma forma de convivência, uma forma de vivência aqui dentro da instituição

4. Tem outras oportunidades que a gente tinha aqui na época como aluno, que a gente não encontrava nas escolas outras, como esporte, como a cultura, como a gente participar da instituição de forma política também
5. É uma coisa importante essa evolução política da pessoa, crítica, e a instituição sempre nos deu isso, apesar de eu ter vivido aqui na época que era uma ditadura militar
6. Os professores que eu tive aqui foram professores muito importantes pra minha vida pessoal e profissional. Pra gente significava muito, porque eram professores que eram da área técnica, vivenciavam essa área técnica e passavam coisas para gente da experiência que eles traziam de fora, prática
7. Eu, por exemplo, criei o gosto pelo curso de eletrotécnica no dia a dia aqui, sendo construído pela instituição, porque a gente entra realmente nesses cursos muito jovem, o curso integrado a gente saía do ensino fundamental, então a gente sai muito verde ainda, sem saber para onde ir e a escola ela tinha, dava esse norte, a gente fazia entrevistas, tinha acompanhamento psicológico, a gente era orientado mais ou menos para um deveria ir, então, foi muito importante.
8. A grande diferença da época da escola técnica para as escolas tradicionais era essa formação ampla, você formava tecnicamente, mas você formava também socialmente, você formava criticamente, a gente tinha essa formação integral, do profissional, mas também do cidadão, do ser humano, acho que esse conjunto é o que faz essa escola ser diferente e o que nos faz, ainda hoje, a comparar com as instituições tradicionais
9. Nós terminamos aqui 1980, nós estamos com 39, vamos fazer 39 anos esse ano que terminamos o curso...Está com 5 anos que a gente faz um encontro da turma, esse encontro começou com 6, depois foram 12 e no penúltimo encontro nós fizemos com 22 e o último encontro teve uns 18, mais ou menos
10. Eu acho que a grande contribuição, além dessas que eu já tinha falado, foram essas relações que a gente construiu ao longo do tempo aqui na instituição, grandes amizades de pessoas, em que todos seguiram seu caminho bem. Então isso fez com que a gente até hoje se encontre para falar da nossa época, em que a gente estudava aqui

## Trechos das memórias de Maria Lucimar Maranhão Lima

### Ano de ingresso: 1979

1. Para ingressar, tinha um processo seletivo e um processo bem interessante, porque na época, era naquele período em que você entrava para a instituição, não era para o curso. As notas tinham que ser muito altas, por que você era uma ampla concorrência e o processo seletivo era daquele tipo de cada resposta errada eliminava uma certa, então era bem complicado
2. A escola era menor, tinha essa relação muito boa de professores e alunos, nós tínhamos aula regular dia de sábado, nossa semana era de segunda a sábado normalmente para todos os integrados e tinha todas as disciplinas que hoje tem. Não tinha sociologia e filosofia, mas tinha OSPB, educação moral e civismo, por conta da época política, mas a abordagem era semelhante ao que se discute hoje nessas duas disciplinas
3. Na época a gente tinha um dia na semana que tinha um hasteamento da bandeira, tinha um professor, o professor Bernardo, que ele fazia um editorial muito bonito, era bem interessante, então o aluno ia, levava a bandeira para ser hasteada
4. Na época de Escola Técnica ... tinha a Vigília Cívica, que durante a semana do dia 1º ao dia 7, 8 de setembro tinha a vigília cívica. Três alunos ficavam aqui nessa marquise da frente, em vigília, com a bandeira do Brasil, do Ceará e do Instituto. Era um negócio bem interessante, todo mundo queria participar dessa vigília, o pessoal que passava na Treze de Maio via, então era 24 horas, sempre tinha alguém.
5. Sempre teve a parte de teatro, tinha vários projetos do jeito que tem hoje, o grupo Mira Ira existia, tinha um outro projeto chamado projeto Jangada que a professora Lurdinha também que coordenava, tinha festival de bandas
6. Tinha uma outra ação que era muito interessante...era um domingo voltado para cada curso, se a Química ia participar, era o Quimingo, então era o curso de Química que participava, vinham os alunos, a piscina era disponibilizada, o lanche era ofertado, geralmente era baião-de-dois com paçoca. Os alunos passavam o domingo aqui, de integração, com piscina, como se fosse um clube, isso existiu aqui.
7. Olha, eu acho que essa instituição... eu sou muito fã do Instituto, eu gosto muito, eu sempre achei uma escola fantástica, tudo foi sempre

muito marcante. Sempre foi uma escola diferenciada. Para os alunos atuais também, eles têm esse sentimento com relação a instituição, de gostar da instituição, de querer estar aqui

8. Então para mim, ela é muito marcante, porque foi muito decisiva na minha vida. Nós tínhamos uma formação muito boa e a gente passava e todo mundo já sabia, isso até era uma coisa já meio que cultural de todo mundo dizer: 'vai fazer que curso? Vixe, é uma vaga menos! A própria sociedade achava que os alunos da Escola Técnica já tinham uma vaga garantida lá, tanto na universidade ou no mercado de trabalho, se assim quisessem
9. Eu considero que a minha formação acadêmica, ela é muito boa e a base também é muito dessa instituição, que ela sempre teve um ensino muito bom, muito forte, por que me possibilitou fazer um curso superior. Passei na primeira vez, fiz Engenharia Química
10. O impacto maior foi a perda do nome Escola Técnica, que era o nome forte, tão forte, que continua até hoje esse marketing (...) Nenhum outro nome consegue sobrepor o da Escola Técnica, que passou bastante tempo, está bem enraizado na cultura do Fortalezaense, de ter a Escola Técnica como símbolo de qualidade, de educação de qualidade

## Trechos das memórias de Maria Helena Coelho Honório

### **Ano de ingresso: 1979**

1. Eu ingressei mesmo como aluna no início de 79, 1979. Eu fiz o pró-técnico, que foi um semestre, foi uma das primeiras turmas (...) era um curso preparatório para ingressar, para fazer o processo seletivo, que foi no segundo semestre de 1978 (...) Foi o primeiro processo seletivo que teve redação, eu me lembro até do tema da redação, que foi: Por que quero ingressar na Escola Técnica Federal do Ceará? O tema era esse. Eu fazia a oitava série num colégio público, estudava de manhã no pró-técnico e à tarde ia para o colégio e eu consegui, ingressei no primeiro semestre de 79
2. A minha mãe ficou muito feliz! Eu me lembro que ela foi me esperar no ponto do ônibus com papel de jornal na mão: olha Helena tu passou! Eu cheguei assim à tarde, acho que eu cheguei do pró-técnico, e ela: 'tu passou!' Ela muito feliz porque eu tinha passado, eu fiquei muito feliz. Eu lembro que ela guardou o jornal, ela guardou por muitos anos

3. Na época que eu ingressei ainda não se escolhia o curso de imediato. A gente fazia durante um ano, o período 1 e o 2 era o Básico, depois que terminava o segundo semestre é que a gente fazia a opção. Fazia três opções, escolhia três cursos e de acordo com as suas notas, o seu desempenho, é que você era escolhido, escolhia o seu curso. Eu me lembro que eu coloquei Edificações em primeiro, segundo eu acho que eu coloquei Estradas e o terceiro eu não me lembro mais, mas eu consegui, eu fiz o curso de Edificações e consegui concluir
4. A perspectiva de fazer, “ah se a gente fizer a escola, a gente já pode escolher uma profissão, arranjar um emprego depois”. Eu tinha 14 anos nessa época, então já estava começando a despertar para uma profissão (...) já estava começando a pensar nisso
5. Na minha visão daquela época, o nível era muito bom, o nível de ensino era muito respeitado, se falava muito bem da Escola Técnica, a gente tinha orgulho de estudar aqui. Ah! Eu tinha um orgulho de ter passado no processo seletivo e de cursar a Escola Técnica! Era assim um certo status, era muito bom
6. Era muito organizado, na época o coordenador eu me lembro que era o Waldir Diogo, que era o professor Diogo, que o pessoal chamava de Dioguinho, ele era muito rigoroso, tinha professores ainda bem rigorosos. Lembrando que a gente estava ainda na época da ditadura... Em 79 a gente ainda tinha professor, por exemplo professor de Educação Física, que era militar. Eu me lembro que ele era do exército e ele dava aula aqui na escola
7. A gente não percebia tanto, mas o que eu me lembro: a gente hasteava bandeira, inclusive eu participava, eu era da Guarda de Honra. Toda semana a gente hasteava a bandeira, cantava o hino nacional, tinha a disciplina de OSPB, moral e civismo, tinha uma disciplina de religião, que era o professor Padre Alberto. Relembrando, tinha muita coisa assim que era muito da época da ditadura, era mais rígido, a gente tinha que vir com fardamento ok, tinha farda, uniforme e tinha que estar com o uniforme bem organizadinho, limpinho. Era isso
8. A parte de esportes, a educação física era bem incentivada. A gente tinha natação, no primeiro semestre, a atividade de educação física era a natação e eram duas vezes por semana e a gente podia participar. Eu jogava basquete, tinha também vôlei, tinha handebol, tinha futebol, tinha atletismo, até atletismo tinha! Tudo isso era se preparando para quando chegasse as Olimpíadas. Era bem legal essa parte

9. Até hoje eu penso que foi um marco na minha vida, estudar aqui na Escola Técnica... mudou a minha vida, porque a partir daqui, quando eu terminei o último semestre, já fui fazer o meu estágio na construtora e de lá eu já fiquei, trabalhei cinco anos e assim eu fui encaminhado minha vida (...) Para minha vida como primeiro emprego, para minha vida da mudança da adolescência para fase adulta, foi assim muito importante, me deu assim uma base, um amadurecimento como cidadã
10. A gente chamava Escola Técnica, era escola e para mim até hoje é a escola (...) Eu pessoalmente, eu sei que a evolução do tempo, as mudanças, é uma coisa que vai acontecendo naturalmente, mas eu gosto mais do termo Escola Técnica (risos) (...) Mas eu acho que a gente tem que acompanhar o tempo e de repente eu vi que se tornar o Instituto seria melhor, eu vejo com muito bons olhos essa história de ter vários municípios com um campus, porque deu oportunidade para muita gente. Eu mesma, na época que eu fiz o processo seletivo, eu lembro que muita gente fazia e não passava, muita gente queria fazer, me perguntava... No meu bairro, na comunidade que eu morava, lá num bairro bem pobre, pouca gente tinha oportunidade

## Trechos das memórias de Júlio César da Costa e Silva

### **Ano de ingresso: 1979**

1. Eu entrei como docente, servidor, em 1979. Eu assumi como professor em 19 de maio de 1979. Na verdade, tem até uma história para contar, é o seguinte: nessa época eu já tinha terminado em janeiro a Engenharia e estava trabalhando numa empresa, já como profissional e jamais me imaginaria como docente, como professor. Aí surgiu uma oportunidade de ministrar uma disciplina chamada Operações Unitárias e aí eu fui convidado, por que naquela época, antes da constituição cidadã de 88, o concurso público não estava regulamentado. Eu fui convidado para dar aula como professor substituto, aí eu fui e gostei
2. O primeiro dia que entrei em sala de aula quase tive um ataque de medo, de pavor. Eu sou engenheiro, terminei Engenharia Química e assumi dentro da minha área, foram Operações Unitárias e uma disciplina de Química, tudo à noite. E aí pronto, gostei, fui gostando, gostando, gostando.
3. A escola, naquela época, na verdade, o glamour era para quem estava lá dentro, por que ela tinha um olhar só para dentro, ela não tinha um olhar para fora. E também era época da ditadura, aquele negócio todo.

Sempre foi muito bem organizada, muito bem estruturada, as amizades muito boas que você fazia, mas não tinha essa visão...porque, primeiro ponto: era uma escola que já tinha um certo nome, então ela não tinha essa preocupação, a gestão, de procurar alunos, os alunos que procuravam a escola, eram poucas vagas, poucos cursos, só tinha sete cursos, mas cursos de qualidade, cursos que faziam até inveja a própria Universidade!

4. Tinha um professor meu (da Universidade), que uma vez chegou e reclamou: por que que o nosso curso de Química era um curso tão bom, que às vezes o aluno chegava lá e o professor ficava assim até meio preocupado, porque ele já sabia quase tudo que iam ver dentro da própria universidade. O nosso curso é como se fosse um curso de nível técnico integrado, um técnico propedêutico, mas a gente avançava, era um curso de 4 anos, nossos alunos tiravam o primeiro lugar em medicina
5. o amor que se tem hoje pelo Instituto tem uma história, tem um DNA, o pessoal se doava muito, como se doa, era uma família... na verdade era muito bem organizado, o pessoal tinha amor pela escola e essa crença, que você perguntou se eu era aluno vem daí, por que normalmente os alunos terminavam, iam fazer faculdade e retornavam para ser professor. Foi o caso Samuel Brasileiro, Cláudio Ricardo, Mauro Oliveira, eu sou o enxerido da turma (risos)
6. A década de 80 foi isso para mim: ter ascendido à chefia de laboratório, que naquela época tinha a coordenação mesmo, uma função gratificada, e depois à coordenação do curso que me deu muita experiência. Chegar lá e pegar professores, como por exemplo, o Antonio Suetônio Teixeira, que foi o professor fundador do curso de Química, Manuelito Peixoto, Hamilton Andrade, o Aristênio que foi o primeiro professor que me recebeu.
7. Ah, os professores eram todos medalhões! Você chegar e dizer assim: eu dou aula na Escola Técnica? Ave Maria! Quando eu dava aula na Unifor, que eu disse que também dava aula na Escola Técnica todo mundo ficou assim, sem acreditar. Dar aula na Escola Técnica era um passaporte para qualquer coisa que você quisesse, pelo respeito que a pessoa tinha.
8. Tinha um momento interessante no Sete de Setembro, a gente não marchava, nunca marchou, mas tinha a Semana da Pátria. Ficava um garoto, lá onde é a entrada principal, lá em cima, ficava revezando um menino, com a bandeira (...) Não se falava em política, não tinha essa liberdade ou não tinha clima, não se falava nada disso

9. Para mim, ele foi o gestor da mudança, foi o Samuel que permitiu que a instituição chegasse a CEFET. Eu tenho o prazer de dizer isso para ele, por que eu fiquei do lado dele. Naquela época (...) ele trouxe Avaliação Institucional, trouxe o Programa de Qualidade Total, a gestão compartilhada, planejamento estratégico. Nós fizemos com a FIEC a contratação da missão, da filosofia, dos valores, da visão, então isso é que deu modernidade e deu visão mesmo ao que era a Escola Técnica Federal. E tem uma coisa mais importante, nós fizemos um projeto de cefetização.

## Trechos das memórias de João Ricardo de Souza Barbosa

### **Ano de ingresso: 1984**

1. O que me motivou principalmente foi a parte educacional, a qualidade da educação foi o fator que preponderou mesmo, foi a qualidade da educação. E seguir o curso foi da aptidão, eu gosto muito da área de desenho e da área de engenharia, Engenharia Civil, então o foco foi Edificações, logo de cara
2. Ah, a gente tinha um orgulho! A gente passeava até com a bata, no meio da sociedade, vamos dizer assim, era como se fosse quase que um glamour, não digo um glamour, por que eu sou de uma família humilde, mas para os familiares, que eu sou de uma família humilde, uma família menos abastada na disponibilidade de dinheiro, era um orgulho você tem um membro da família frequentando a instituição
3. Às vezes eu ficava ali em casa e pensando como é que seria frequentar aqui, a gente vinha com muito amor para sala de aula. O que eu mais assim, me lembro muito dessa qualidade da educação, é que os professores deixavam a gente muito disponíveis, era uma autodisciplina (...) os professores foram pais para a gente, verdadeiros pais
4. Era uma boa formação, o professor praticamente, em intervalos de conteúdos programáticos ele disponibilizavam uma faixa de 15 a 20 minutos para dar um doutrinamento sobre as vidas pessoais, como profissionais na área, já atuando, e também como dificuldades na família que a gente potencialmente poderia enfrentar, eles davam aconselhamentos. E isso é marcante, você vinha para sala de aula e saía já com saudade de voltar de novo
5. E diversas atividades eram feitas aqui, atividades recreativas, a gente tinha até um aspecto obrigatório que eu lembro, que era da parte natação, como Educação Física. No segundo semestre, que era o P2, período 2 (...) existia até umas brincadeiras aqui na parte da piscina,

no entorno da piscina, que era o dia em que a bicharada, era como a gente chamava os alunos iniciantes, iam fazer o teste para saber se eram aprovados e em qual turma iriam ingressar na natação: turma A, turma B ou turma C

6. Outro aspecto também de parte de envolvimento, além do aspecto educacional, na parte social, era confraternização dos jogos, que a gente chamava de JETEC (...). Era uma semana ou duas semanas de competições entre os diversos cursos, existia um ranking de classificação, o campeão levava a taça e tinha o conagraçamento do pessoal
7. Havia também a festa de São João, se não me engano. Eu me lembro da festa de São João! Inclusive a gente fez até uma arrecadação para o curso, que serviu até uma parte para custear nossa colação de grau, o evento
8. Mas o pessoal era muito envolvido e com isso a gente ganhou uma outra família. É tanto que hoje, depois de 30 anos, a gente ainda relembra muitas coisas, às vezes até lacrimeja os olhos ..., a gente passa, olha... e muitos estão afastados, muitos estão em outros estados, tem gente no Mato Grosso do Sul, tem gente em Natal, tem gente em Manaus, gente no Rio de Janeiro e a gente mantém esse contato e tem muita gente ainda aqui em Fortaleza, mas isso ajudou muito, o aspecto familiar
9. Eu digo que no aspecto familiar, no aspecto profissional foi uma divisão de águas, depois que eu entrei aqui, os ensinamentos como eu vinha relatando anteriormente, esse acompanhamento não só do conteúdo programático, de estudar o aspecto técnico que você vai se formar ali dentro do curso, mas se estendeu além disso, a expectativa que eu tinha quando entrei aqui era uma, e eu sai daqui com 10 vezes mais
10. Eu passo em frente aqui a escola, e eu sempre digo Escola Técnica, a gente fica emocionado porque foi uma instituição que eu carregou até hoje, recordações que colheram bons frutos e passo isso para muitos jovens que querem ingressar aqui, essa é uma instituição que você não vai se arrepender de estudar, você vai sair com uma formação além do conteúdo que você vai ter, você vai sair com o conteúdo de vida modificado, por que no meu aspecto eu sai
11. Todos guardam o saudosismo e a gratidão por ter participado aqui, ter tido a oportunidade de participar de um grupo desses. A gente tem uma gratidão, eu pelo menos... Falou em Escola Técnica, em IFCE, a essência que predomina é a educação, a educação de qualidade.

12. Eu gostaria que não deixassem que essa tradição, essa qualidade de ensino cair. O esforço individual faz o esforço coletivo e que às vezes a gente também tem pouco recurso orçamentário, mas se a gente vê uma outra ponta assim, um lado humano, como me deixou na minha época, o professor dava essa contribuição e além do que ele fazia como professor, eu sei que isso é pedir pelo profissional, que se dê um pouco mais por um recurso que está sendo limitado, mas isso marca muito na cabeça de um jovem

## Trechos das memórias de Francisco José Alves Aquino

### **Ano de ingresso: 1984**

1. Eu entrei aqui em 1984, segundo semestre, porque eu entrei no P0 (período 0). O P0 era o curso pró-técnico, era aqui mesmo, aí quem conseguisse passar pelo pró-técnico entrava direto no P1 do curso que você escolhia, então eu entrei em junho, julho, agosto de 84, fiquei esse um semestre, aí depois entrei para o P1 em 85, no curso técnico em Telecomunicações
2. E a educação física que era quase sempre em contra turno, então tinha que vir aqui pelo menos duas vezes por semana, tinha que vir em outro horário, além do horário normal de aula. Aí tinha muito colega meu que ficava aqui o dia todo, às vezes se envolvia com atividades no Grêmio, ficava manhã, tarde e noite por aqui. Você acabava ficando muito envolvido com o curso ou então se você conseguisse algum tipo de bolsa, de auxílio, ficava por aqui em outro horário, então às vezes ficava aqui o dia todo
3. Sempre teve alguma coisa de cultura, o grupo Miráira, bem antigo, sempre teve um coral aqui na escola também, que as pessoas eram convidadas, os alunos eram convidados a participar do coral, apesar de eu não ter participado do coral, mas o foco principal era o ensino técnico, estágio e trabalho
4. A gente estava ainda no finalzinho do regime militar então não tinha muita abertura política, assim para discutir, mas o pessoal era muito politizado aqui na antiga Escola Técnica.
5. Os horários eram mais certinhos de aula, você tinha aula que começava naquele horário, terminava naquele horário, era menos flexível do que é hoje, a disciplina era um pouco mais rígida do que é hoje
6. Nossa turma de alunos ficou muito unida, a gente mantém um grupo de amigos até hoje, daquela época para cá. (...) Não tenho nenhum

colega daquela época que reclame: "ah, perdi meu tempo estudando aqui". Não, todos eles aproveitaram bem o curso

7. Antigamente você só tinha o curso técnico, então você entrava aqui para fazer um curso técnico e saía daqui para o mercado de trabalho ou para fazer uma faculdade
8. Com a formação técnica, quando a gente ia para o laboratório, na época da faculdade, era bem mais fácil, a gente já sabia usar os instrumentos, já tinha uma boa noção do que estava fazendo ali no laboratório, então ficou mais fácil essa parte acadêmica também. Fora que a gente ficava com mais facilidade de conseguir estágio, então, profissionalmente, foi muito positivo, foi muito positivo mesmo
9. Uma coisa positiva era durante os jogos. Aqui, na época de Escola Técnica, tinha várias modalidades de jogos. Então, durante uma semana tinha o JETEC, parava tudo praticamente e era só os jogos, aí o pessoal ia para o Colégio Militar fazer atletismo, tinha futebol, futebol de salão, natação, xadrez
10. A nossa equipe de xadrez sempre participava do JETEC. Enquanto eu fui aluno daqui a gente sempre ficou em primeiro lugar no xadrez

## Trechos das memórias de Márcio de Araújo Lima

### **Ano de ingresso: 1986**

1. Era um bom colégio, e você saía daqui com uma profissão e tinha promessas, na época, que você saía daqui até empregado depois que terminasse o curso. Aí eu fiquei motivado e fiz até curso preparatório para entrar aqui. Quando eu entrei aqui na Escola Técnica Federal, eu entrei em 86 no curso de Química, e aí eu fiz a mudança para o curso de Turismo e estudei até 90
2. Tinha os jogos, tinha também a parte de esportes, eu fiz natação aqui! Tinha também o coral, eu fiz parte do coral na época, foi muito bom e tinha também a questão do desenvolvimento político
3. Foi na época da abertura política, que acabou a ditadura, então aqui foi quando eu tive as minhas primeiras aulas de sociologia. Aqui na Escola Técnica você se desenvolvia tanto intelectualmente quanto politicamente, e também você se desenvolvia fisicamente. Era uma formação bem ampla mesmo e você saía daqui preparado para tudo, ou seja, você tinha uma formação política, tinha uma formação técnica, tinha uma formação social, era completo

4. Foi uma época em que havia muito movimento de alunos, por que devido à Constituição Federal dizer que o ente federal era responsável pelo ensino superior, o estadual era responsável pelo ensino médio e o municipal pelo ensino fundamental, então os alunos aqui estavam com medo que estadualizassem a Escola Técnica. Foi um período de protestos para que isso não acontecesse
5. Eu gostava muito da época dos jogos, era uma parte que a gente se socializava muito. Tinha a escolha da rainha, havia um concurso no auditório para escolher a rainha do JETEC, participava do campeonato de natação, de xadrez, participava também do futebol, então era um momento de socialização entre todos os cursos
6. Havia também uma parte que eu gostava muito que eram os shows que os estudantes apresentavam, havia muita banda de rock, coral, tinha também apresentação teatral, a gente assistia muita apresentação teatral no auditório da escola.
7. Sempre teve esse espaço (para a cultura) e a gente conseguia crescer num ambiente que ele era muito saudável, muito saudável porque havia muita amizade aqui dentro, muita amizade, a gente formava boas amizades e fazia com que a gente sempre tivesse um apego a Escola Técnica
8. Graças a formação que eu tive aqui eu consegui boas vagas de emprego, porque aqui eu não aprendi só a questão técnica, aqui eu aprendi também a língua estrangeira, eu tinha uma boa formação em matemática, então eu conseguia me sair muito bem nos testes de emprego devido a preparação que eu tive aqui dentro, então se eu hoje em dia sou um bom profissional, muito eu devo a Escola Técnica
9. Era um ensino de alta qualidade, daí o fato de muita gente procurar aqui e de ser muito concorrida. A escola era tão boa de um jeito, que às vezes muitos alunos, eles nem terminavam o curso, acabavam indo para outros empregos, tanto na área pública como na área privada, antes de concluir o curso
10. Eu me lembro que a melhor coisa que aconteceu foi na época que eu consegui entrar aqui dentro, porque era um sonho que eu tinha de poder entrar aqui na Escola Técnica e quando eu consegui entrar aqui dentro, foi motivo de muita comemoração para mim, foi uma vitória
11. Na época nós usávamos aqui uma bata cinza, com um bolso que tinha o nome do curso e para todos os alunos daqui era um orgulho usar essa bata, representava assim, quando as pessoas olhavam para você com aquela bata e diziam: ali é uma pessoa que tem futuro, estuda na Escola Técnica

12. Eu diria uma coisa: eu repetiria tudo novamente, se fosse como naquela época. Para mim seria como se tivesse voltando realmente a ser jovem, porque foi um período que me ajudou muito, me ajudou como pessoa, me ajudou como profissional, em todos os aspectos

# Considerações Finais

Retomando os questionamentos que nortearam essa pesquisa, traremos algumas considerações resultantes da investigação teórica que norteou o trabalho, bem como da análise das entrevistas realizadas.

Neste estudo, procurou-se refletir sobre o processo de construção histórica de uma instituição de ensino profissional, buscando compreender como a construção narrativa de memórias de sujeitos que viveram essa experiência contam essa história.

Nesse intento, buscou-se conhecer o contexto sócio histórico em que a instituição estava inserida, bem como os seus precedentes históricos, a fim de entender como todas essas mudanças influenciaram no ambiente escolar. Indiscutivelmente, esse trabalho não poderia ser realizado sem uma ampla revisão bibliográfica sobre a temática da educação profissional, especificamente sobre a história das escolas técnicas industriais, que nasceram a partir da concepção das Escolas de Aprendizes Artífices, gestadas em 1909.

Partindo do entendimento que conhecer os caminhos percorridos pela educação profissional no país ajudaria a compreender o contexto em que surge a rede de educação profissional e tecnológica, buscou-se conhecer os condicionantes históricos, econômicos e políticos que permearam esse processo. Historicamente, essa modalidade educacional foi vista, numa concepção utilitarista oriunda das classes dominantes detentoras do capital, como meio de formar um trabalhador produtivo, que se adequasse aos meios de produção, objetivando o desenvolvimento do país.

Diante desse cenário, a formação para o trabalho continuamente assumiu a marca da dualidade, como uma modalidade de educação que sempre foi voltada às classes menos favorecidas, a quem era relegado o trabalho manual, que traz marcas profundas e carregadas de preconceito do escravismo que perdurou no Brasil por tantos anos.

Com as Escolas de Aprendizes Artífices, criadas com um caráter assistencialista e posteriormente vistas como parte de um projeto de construção do país, inauguraram-se as políticas de educação profissional no Brasil, ainda que de forma incipiente.

As reformas que se seguiram, quando o ensino técnico foi reorganizado e reestruturado, revelaram-se, na realidade, uma forma de promover a formação de mão de obra para as necessidades do mercado de trabalho, mantendo-se assim o forte caráter dualista da educação brasileira e reforçando-se as diferenças entre o trabalho manual e intelectual.

À medida que o país vai inserindo-se no sistema de capitalismo mundial, o ensino profissional vai adquirindo uma certa importância, ao passo que se torna necessário para atender a urbanização, o desenvolvimento industrial e a crescente demanda por mão de obra qualificada.

Ao nos depararmos com o percurso histórico dessas instituições de ensino, orientado por tantas mudanças, percebe-se o quanto este foi permeado por contradições, conflitos e adversidades. Nesse sentido, a proposta da pesquisa, de estudar o percurso histórico da instituição a partir do olhar de sujeitos que vivenciaram diretamente esse processo, mostrou-se relevante ao passo que o ambiente escolar é um cenário dotado de experiências que vão além do que está descrito nas leis.

Partindo desses princípios e dos referenciais teóricos que nortearam esse trabalho, pôde-se apresentar algumas perspectivas de análise, que ajudaram a compreender como se constituía o espaço escolar da Escola Técnica Federal do Ceará.

O processo de constituição do IFCE, e mais especificamente da Escola Técnica Federal do Ceará, como em outras instituições, está envolto em singularidade e significados próprios, visto que cada instituição possui sujeitos que vivenciaram de forma única e concreta essa experiência. Foi partindo desse pressuposto que vislumbramos a relevância de ouvir a voz de pessoas que possuem sua memória individual, mas também possuem memórias consensuais, oriundas da memória coletiva que se constituiu ao longo do tempo que viveram e compartilharam essas experiências.

Vale destacar que as contribuições apresentadas nessa pesquisa não têm a pretensão de narrar com integralidade os fatos ocorridos, tendo em vista, que num estudo de memórias, reproduzi-los integralmente, do modo como ocorreram, seria uma tarefa impossível. Pretendeu-se apresentar olhares e perspectivas diferenciadas, a partir da fala de sujeitos que viveram nesse contexto. Desse modo, na construção desse trabalho privilegiou-se as fontes visuais e documentais, bem como as narrativas dos sujeitos que protagonizaram essa história. Tais narrativas mostraram que a memória de cada um dos sujeitos sobre a estadia na instituição também se constituiu uma memória coletiva, atravessada por laços afetivos que estão entrelaçados as suas próprias histórias de vida, revelando-se um espaço vivo, indissociável de sua realidade. Os anos vivenciados na instituição são evocados pelos narradores como espaços sociais em que compartilharam a própria vida.

As diversas lembranças, guardadas nos suportes escritos e visuais, bem como na memória viva dos participantes, permitiram acessar o passado da instituição, trazendo à tona, registros sobre o seu cotidiano. As memórias recompostas pelos narradores trouxeram percepções específicas sobre a rotina da escola, como os horários, a disciplina, as atividades

culturais, os jogos estudantis, as solenidades, as cenas em sala de aula, ao passo que também trouxeram um tom narrativo repleto de gratidão e reconhecimento pela formação que adquiriram naquele espaço.

Ao rememorar esses cenários, os sujeitos trouxeram uma narrativa carregada de sentimento, onde reiteraram que a formação adquirida naquele espaço escolar contribuiu de forma decisiva na sua vida pessoal e profissional, haja vista os ensinamentos que estavam atrelados à formação técnica. Essa formação não se limitou apenas à formação técnica, ao processo de ensino-aprendizagem no espaço formal da sala de aula, foi além, as atividades desenvolvidas na instituição, numa perspectiva de formação ampla, superaram a mera qualificação para atender as demandas do mercado de trabalho. A investigação indica, portanto, que as práticas formativas desenvolvidas na Escola Técnica do Ceará favoreceram a formação de estudantes críticos. Formação essa que mesmo não sendo capaz de romper com a lógica do capital, de alguma forma promoveu o crescimento crítico de muitos que por lá passaram.

Diante dos resultados apresentados nesta pesquisa, oriundos das narrativas, é importante destacar ainda a importância histórica da formação oferecida nos cursos integrados ao ensino técnico, frente a conjuntura que tem se apresentado ultimamente. Essa modalidade passou por diversas mutações e ataques ao longo do tempo, motivadas por reformas educacionais e programas de governos que impactaram diretamente na educação profissional, sem, no entanto, perder a essência de uma formação, que apesar dos desafios e dificuldades que apresenta, aproxima-se de uma proposta digna de formação para a classe trabalhadora.

As entrevistas também revelaram que da fala desses sujeitos surge uma escola respeitada por sua qualidade de ensino e por ser uma instituição reconhecida pela sociedade, despontando como uma das melhores do estado.

Para além do período que viveram naquela escola, os narradores olharam para o passado e demonstraram um forte sentimento de pertencimento à instituição, configurando-se como uma verdade comunitária de memória.

No que se refere a construção do produto educacional, elaborou-se um material textual a partir da pesquisa bibliográfica e documental e da seleção de memórias dos colaboradores, que entremeados pelos registros visuais compuseram um acervo *online* de memórias.

O contato com o material documental, os registros fotográficos e as narrativas ajudaram a construir o acervo de memórias, a que este estudo também se propôs. Num trabalho minucioso de coleta e seleção de arquivos, conseguiu-se apreender um pouco do que foi esse espaço escolar e como a história da instituição se construiu ao longo dos anos e das constantes mutações a que foi submetida.

Como parte integrante e resultante desse estudo, o produto educacional carrega a importância de trazer de forma acessível e democrática, trechos da história da instituição, possibilitando que, o acervo de memória gerado a partir da pesquisa possa dar significado a diferentes aprendizagens, configurando-se como uma ferramenta importante no processo de ensino.

A organização da história da escola com base na memória de seus sujeitos, organizadas em uma linha do tempo online, pode representar uma nova contribuição e um novo desafio para futuras pesquisas, tendo em vista que o estudo se debruçou apenas sobre o período da Escola Técnica Federal, sendo possível, portanto, a inclusão de estudos futuros sobre os demais períodos que a instituição viveu, sejam eles anteriores ou posteriores a esta época. Sugere-se ainda, para trabalhos futuros, a criação de um espaço colaborativo na plataforma, que permita ao usuário enviar vídeos ou fotos do seu acervo pessoal, bem como um campo

onde seja possível comentar as fotos e os depoimentos, como forma de reconhecer a importância de cada sujeito na construção da instituição.

A plataforma traduz-se também num produto inovador ao passo que ainda não há na instituição registro de um acervo que traga documentação *online* de sua história, bem como tenha a particularidade de apresentar essa história contada pela memória de pessoas que protagonizaram essa experiência.

A história da instituição precisa ser contada e compartilhada com todas as suas dificuldades, incertezas, conquistas e realizações. Portanto, faz-se necessário destacar que não é pretensão desta pesquisa esgotar as possibilidades de estudo dessa temática, mas sim, contribuir com a produção do conhecimento sobre a história da instituição. Que a partir desses estudos surjam outros, pois as possibilidades são inúmeras, haja vista a riqueza da trajetória histórica dessa instituição.

# Referências

AFONSO, Anthone Mateus Magalhães; GONZALEZ, Wania Regina Coutinho. Educação Profissional e Tecnológica: análises e perspectivas da LDB/1996 à CONAE 2014. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, v. 24, n. 92, p. 719-742, 2016.

ALBERTI, Verena. *Manual de história oral*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

ALMANACH ESTATÍSTICO, ADMINISTRATIVO, MERCANTIL, INDUSTRIAL E LITERÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ PARA O ANO DE 1918. Fortaleza: Typ. Moderna, 1918.

ALMANACH ESTATÍSTICO, ADMINISTRATIVO, MERCANTIL, INDUSTRIAL E LITERÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ PARA O ANO DE 1922. Fortaleza: Typ. Gadelha, 1922.

ALMANACH ESTATÍSTICO, ADMINISTRATIVO, MERCANTIL, INDUSTRIAL E LITERÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ PARA O ANO DE 1937. Fortaleza: Typ. Gadelha, 1937.

ARAUJO, Ronaldo Marcos de Lima; RODRIGUES, Doriedson do Socorro. Referências sobre práticas formativas em educação profissional: o velho travestido de novo frente ao efetivamente novo. *Boletim técnico do SENAC*, v. 36, n. 2, p. 51-63, 2010.

BONI, *Manual de história oral*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

\_\_\_\_\_. *O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social*. Ateliê editorial, 2003.

BRASIL. *Constituição (1934)*. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, RJ, 1934. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao34.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm)>. Acesso em: 04 abr. 2019.

\_\_\_\_\_. *Constituição (1937)*. Constituição dos Estados Unidos do Brasil. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, RJ, 1937. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao37.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm)>. Acesso em: 05 jun. 2019.

\_\_\_\_\_. *Constituição (1988)*. Constituição da República Federativa do Brasil. Diário Oficial da União, Brasília, 1988. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 02 ago. 2018.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909. Cria nas capitais dos Estados as Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional, primário e gratuito. Rio de Janeiro: *Diário Oficial*, 1909. Disponível em: < [http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto\\_7566\\_1909.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto_7566_1909.pdf)>. Acesso em: 01 jun. 2018.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 9.070, de 25 de outubro de 1911. Dá novo regulamento às Escolas de Aprendizes Artífices. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 1911. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-9070-25-outubro-1911-525591-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 13 jun. 2018.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 20.158, de 30 de junho de 1931. Organiza o ensino comercial, regulamenta a profissão de contador e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-20158-30-junho-1931-536778-republicacao-81246-pe.html>>. Acesso em: 22 mar. 2019.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 24.558, de 3 de julho de 1934. Transforma a Inspeção do Ensino Profissional Técnico em Superintendência do Ensino Industrial, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro. Disponível em: < <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoSigen.action?norma=446987&id=14414286&idBinario=15617224&mime=application/rtf>> Acesso em: 22 nov. 2018.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 4.127, de 25 de fevereiro de 1942. Estabelece as bases de organização da rede federal de estabelecimentos de ensino industrial. Rio de Janeiro: *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 1942. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1940-1949/decreto-lei-4127-25-fevereiro-1942-414123-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 12 fev. 2019.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 47.038, de 16 de outubro de 1959. Aprova o Regulamento do Ensino Industrial. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 23 out. 1959. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1950-1969/D47038.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D47038.htm)>. Acesso em: 06 jun. 2019.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 60.731, de 19 de maio de 1967. Transfere para o Ministério da Educação e Cultura os órgãos de ensino do Ministério da Agricultura e dá outras providências. 1967a. *Diário Oficial da União*, Brasília, 1967. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1950-1969/D60731.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D60731.htm)>. Acesso em: 18 jul. 2018.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, 1997. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D2208.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2208.htm) impressa.htm>. Acesso em: 18 set. 2018.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 6.095, de 24 de abril de 2007. Estabelece diretrizes para o processo de integração de instituições federais de educação tecnológica, para fins de constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IFET, no âmbito da Rede Federal de Educação Tecnológica. *Diário Oficial da União*, Brasília, 2007. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6095.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6095.htm)>. Acesso em: 12 jul. 2018.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942. Lei Orgânica do Ensino Industrial. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 1942. Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/norma/529159/publicacao/15805645>>. Acesso em: 20 fev. 2019.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei nº 4.127, de 25 de fevereiro de 1942. Estabelece as bases de

organização da rede federal de estabelecimentos de ensino industrial. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 1942. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1940-1949/decreto-lei-4127-25-fevereiro-1942-414123-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 22 fev. 2019.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei nº 9.613, de 20 de agosto de 1946. Lei Orgânica do Ensino Agrícola. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 1946. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1940-1949/decreto-lei-9613-20-agosto-1946-453681-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 26 fev. 2019.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei nº 60.731, 19 de maio de 1967. Institui a Diretoria de Ensino Agrícola. Diário Oficial da União. *Diário Oficial da União*, Brasília, 1967. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1950-1969/D60731.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D60731.htm)>. Acesso em: 03 fev. 2019.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei nº 869, 12 de setembro de 1969. Dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória, nas escolas de todos os graus e modalidades, dos sistemas de ensino no País, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 1969. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1960-1969/decreto-lei-869-12-setembro-1969-375468-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 06 jun. 2019.

\_\_\_\_\_. *LDB: Lei de diretrizes e bases da educação nacional*. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017.

\_\_\_\_\_. Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937. Dá nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 1937. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-378-13-janeiro-1937-398059-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 09 fev. 2019.

\_\_\_\_\_. Lei nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1959. Reforma do Ensino Industrial. *Diário Oficial da União*, Brasília, 1959a. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L3552.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L3552.htm)>. Acesso em 12 fev. 2019.

\_\_\_\_\_. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, 1961. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L4024.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4024.htm)>. Acesso em: 05 mai. 2017.

\_\_\_\_\_. Lei nº 4.759, de 20 de agosto de 1965. Dispõe sobre a denominação e qualificação das universidades e escolas técnicas federais. *Diário Oficial da União*, Brasília, 1965. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/L4759.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L4759.htm)>. Acesso em: 10 out. 2018.

\_\_\_\_\_. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 1971. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 10 set. 2018.

\_\_\_\_\_. Lei nº 6.545, de 30 de junho de 1978. Dispõe sobre a transformação das Escolas Técnicas Federais de Minas Gerais, do Paraná e Celso Suckow da Fonseca em Centros Federais de Educação Tecnológica e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 1978. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L6545.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6545.htm)>. Acesso em: 01 nov. 2018.

\_\_\_\_\_. Lei nº 7.044, de 18 de outubro de 1982. Altera dispositivos da Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, referentes a profissionalização do ensino de 2º grau. *Diário Oficial da União*, Brasília, 1982. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L7044.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7044.htm)>. Acesso em: 03 jun. 2018.

\_\_\_\_\_. Lei nº 8.948, de 08 de dezembro de 1994. Dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, 1994. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8948.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8948.htm)>. Acesso em: 03 out. 2018.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998. Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília 1998. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9649cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9649cons.htm)>. Acesso em: 05 jun. 2017.

\_\_\_\_\_. Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 2008. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-)

2010/2008/lei/111892.htm>. Acesso em: 02/11/2017.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. *Prestação de Contas Ordinária Anual: relatório de gestão 2010*. Brasília: 2011.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação profissional e Tecnológica. *Processo de contas ordinária anual: relatório de gestão do exercício 2009*. Brasília: 2010.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. *Um novo modelo em educação profissional e tecnológica: concepção e diretrizes*. Brasília: 2010. 23 p. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=6691-if-concecaoediretrizes&category\\_slug=setembro-2010-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6691-if-concecaoediretrizes&category_slug=setembro-2010-pdf&Itemid=30192)>.

Acesso em: 30 nov. 2017.

BRAUN, Maria do Socorro de Assis. *Cursos e percursos da educação profissional na escola da rede federal do Ceará de 1960 - 1980*. 2015. 312 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Educação, Departamento de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.

BUENO, Belmira Oliveira et al. Docência, memória e gênero: estudos alternativos sobre a formação de professores. *Psicologia USP*, v. 4, n. 1-2, p. 299-318, 1993.

CABRAL, Anne Emilie Souza de Almeida. História, memória e identidade: aspectos metodológicos de pesquisa. *Encontro Internacional de Formação de Professores e Fórum Permanente de Inovação Educacional*, v. 8, n. 1, 2015.

CAIRES, Vanessa Guerra; OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro. *Educação profissional brasileira: da colônia ao PNE 2014-2024*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes Limitada, 2016.

CANDAU, Joël. *Memória e identidade*. Trad. Maria Letícia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2012.

CARMO, Cintia Tavares do. *Rede federal de educação profissional no Brasil: a trajetória de expansão de uma política pública*. RJ: Campos dos Goytacazes, 2016. Tese de doutorado.

CIAVATTA, Maria (coord.). *Do espaço da fábrica para o espaço da escola (I)*:

introdução a uma história fotográfica. In: *Memória e temporalidades do trabalho e da educação*. Rio de Janeiro: Lamparina: Faperj, 2007.

\_\_\_\_\_. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. *Trabalho Necessário*, v.3, n.3, 2005.

CUNHA, Luiz Antônio Constant Rodrigues da. *O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização*. São Paulo: Unesp, Brasília, DF: Flacso, 2000.

\_\_\_\_\_. *Ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata*. 2ª ed. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Editora Flacso, 2005a.

\_\_\_\_\_. *O ensino profissional na irradiação do industrialismo*. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Flacso, 2005b.

CURY, Jamil. (2014). A educação profissional em três tempos. *Boletim Técnico do Senac*, v. 40, n.1, p. 128-143, jan./abr. Rio de Janeiro, 2014.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *História oral - memória, tempo, identidades*. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

ERRANTE, Antoinette. Mas afinal, a memória é de quem?: Histórias orais e modos de lembrar e contar. *História da educação*, v. 4, n. 8, p. 141-174, 2000.

ESCOBAR, Juliana Lúcia. *A Internet e a Democratização da Informação—proposta para um estudo de caso*. Rio de Janeiro: V Encontro dos Núcleos de Pesquisa Intercom, v. 5, 2005.

FERES, Marcelo Machado. A contribuição do Pronatec para a expansão da educação profissional brasileira. In: *Mapa da educação profissional e tecnológica: experiências internacionais e dinâmicas regionais brasileiras*. – Brasília, DF: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2015.

FONSECA, Celso Suckow da. *História do ensino industrial no Brasil*. Vol. 1. Rio de Janeiro: 1961.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A relação da educação profissional e tecnológica com a universalização da educação básica. *Educação & Sociedade*, v. 28, n. 100, 2007.

FRIGOTTO, Gaudêncio; FRANCO, Maria Aparecida Ciavatta; MAGALHÃES,

Ana Lúcia. Programa de melhoria e expansão do ensino técnico: expressão de um conflito de concepções de educação tecnológica. *F., G., Franco, MC (Org.), A formação do cidadão produtivo: a cultura de mercado no ensino médio técnico*, p. 139-149, 2006.

GADELHA, Severina. Educação profissional com compromisso social: cem anos de uma caminhada singular. Fortaleza: IFCE, 2010.

GIORGI, Maria Cristina; ALMEIDA, Fabio Sampaio de. Ensino profissional no Brasil: diálogos com a Ditadura Militar DOI10. 5216/o. v14i1. 29000. *OP SIS*, v. 14, n. 1, p. 262-281, 2014.

HADDAD, Fernando. *O Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas*. MEC--Ministério da Educação, INEP--Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2008.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva (1950)*. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2003.

KAPLÚN, Gabriel. Material educativo: a experiência de aprendizado. *Comunicação & Educação*, n. 27, p. 46-60, 2003.

KOSSOY, Boris. *Fotografia & história*. 2. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Tradução Bernardo Leitão... [et al.]. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E.D.A. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. 2ª ed. Rio de Janeiro: E.P.U., 2015.

MADEIRA, Maria das Graças de Loiola. Reconstituo memórias da educação: a Escola de Aprendizes Artífices do Ceará (1910-1918). Fortaleza: CEFET-CE, 1999.

MAIA, Tatyana de Amaral. Os usos do civismo em tempos autoritários: as comemorações e ações do Conselho Federal de Cultura (1966-1975). *Revista Brasileira de História*, v. 34, n. 67, p. 89-109, 2014.

MANFREDI, Silvia Maria. Educação profissional no Brasil: atores e cenários ao longo do tempo. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

MATTOS, Marilucia dos Santos. *Educação e projetos de desenvolvimento no Brasil*:

a expansão da rede federal de Educação profissional e tecnológica no início do século XXI. 2013. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Espírito Santo.

MAUAD, Ana Maria. Através da imagem: fotografia e história interfaces. *Tempo, Rio de Janeiro*, v. 1, n. 2, p. 73-98, 1996.

\_\_\_\_\_. Na mira do olhar: um exercício de análise da fotografia nas revistas ilustradas cariocas, na primeira metade do século XX. *Anais do museu paulista: história e cultura material*, v. 13, n. 1, p. 133-174, 2005.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; BARBOSA, Fabíola Holanda. *História oral: como fazer, como pensar*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2018.

MOURA, Dante Henrique. Educação básica e educação profissional e tecnológica: dualidade histórica e perspectivas de integração. *Holos*, Natal, v. 2, p.4-30, 19 mar. 2008. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN). <http://dx.doi.org/10.15628/holos.2007.11>.

NORA, Pierre et al. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*. ISSN 2176-2767, v. 10, 1993.

NUNES, Clarice. Memória e história da educação: entre práticas e representações. Formação de educadores: desafios e perspectivas. In: BARBOSA, Raquel Lazzari Leite. *Formação de educadores: desafios e perspectivas*. Unesp, 2003.

PACHECO, Eliezer; PEREIRA, Luiz AC; SOBRINHO, Moisés Domingos. *Institutos federais de educação, ciência e tecnologia: limites e possibilidades*. PACHECO, Eliezer e MORIGI, Valter (orgs), v. 2012, p. 15-31, 2012.

PEREIRA, Bernadeth Maria. Escola de Aprendizizes Artífices de Minas Gerais, primeira configuração escolar do CEFET-MG, na voz de seus alunos pioneiros (1910–1942). Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, 2008.

PEREIRA, Luiz Augusto Caldas. *Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia*. Brasília: SETEC/MEC, 2009.

POCHMANN, Marcio. Estado e capitalismo no Brasil: a inflexão atual no padrão das políticas públicas do ciclo político da nova república. *Educação & Sociedade*, v. 38, n. 139, p. 309-330, 2017.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Revista Estudos Históricos*, v. 5, n. 10, p.200-215, 1992.

RAMOS, Marise Nogueira. *Concepção do ensino médio integrado*. Texto apresentado em seminário promovido pela Secretaria de Educação do Estado do Pará. v. 8, 2008. Disponível em: <https://tecnica.dmiwj.files.wordpress.com/2008/09/texto-concepcao-do-ensino-medio-integrado-marise-ramos1.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2019.

\_\_\_\_\_. Ensino médio integrado: ciência, trabalho e cultura na relação entre educação profissional e educação básica. In: MOLL, Jaqueline et al. *Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades*. Porto Alegre: Artmed, 2010. p. 42-57.

\_\_\_\_\_. *História e política da educação profissional*. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014.

*REVISTA PEDAGÓGICA*. Fortaleza: Oficina da Escola de Aprendizes Artífices do Ceará, v. 1, n. 3, mai/jun, 1917. Bimestral. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/175001>>. Acesso em: 01 jun. 2018.

RIBEIRO, Suzana Lopes. Por uma história da educação profissional: contribuições e desafios de pesquisas em história oral. In: Carvalho, Maria Lucia Mendes de (org.). *Cultura, Saberes e Práticas: Memórias e História da Educação Profissional*. São Paulo: Centro Paula Souza 2011. p. 321-336. Disponível em: <[http://www.cpsctec.com.br/memorias/arquivos/cultura\\_saberes\\_praticas.pdf](http://www.cpsctec.com.br/memorias/arquivos/cultura_saberes_praticas.pdf)>. Acesso em: 10 fev. 2019.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da educação no Brasil: 1930/1973*. 29ª ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

SANTOS, Derivaldo. Os cem anos do CEFET/CE: compromisso social, desenvolvimento tecnológico e aproximação com o mercado. Fortaleza: EdUECE, 2007.

SAVIANI, Dermeval. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. 4ª ed. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2013.

SCHWARTZMAN, Simon. *Um espaço para a ciência: a formação da comunidade científica no Brasil*. Brasília: Ministério de Ciência e Tecnologia, 2001. cap. 3. p. 1-23. Disponível em: <<http://www.schwartzman.org.br/simon/spacept/pdf/capit3.pdf>>. Acesso em: 09 dez. 2018.

SIDOU, Paulo Maria Othon. *Incursão no passado da Escola Técnica Federal do Ceará*. Fortaleza: Escola Técnica Federal do Ceará, 1979.

SOUSA, Antonia de Abreu; OLIVEIRA, Elenilce Gomes de; BESSA, Maryland. Expansão da Educação Profissional no Brasil: análise dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFS. In: In: SOUSA, A. A; OLIVEIRA, E. G; ARRAIS NETO, Eneas; BESSA, M. (Orgs.). *Educação e formação para o trabalho no Brasil*. 1. ed. Fortaleza: Edições UFC, 2012, p. 239-249.

SOUZA, Rosa Fátima de. Fotografias escolares: a leitura de imagens na história da escola primária. *Educar em revista*, v. 17, n. 18, p. 75-101, 2001.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

ZABALA, Antoni. *A prática educativa: como ensinar*. Penso Editora, 2015.



## Sobre os Autores



**Francineuma Guedes Candido** é Mestra em Educação Profissional e Tecnológica pelo Instituto Federal do Ceará (IFCE). Possui graduação em Letras - Língua Portuguesa pela Universidade Estadual do Ceará (UECE) e Especialização em Língua, Linguística e Literatura pela Faculdade São Francisco da Paraíba (FASP). Atualmente é Técnica em Assuntos Educacionais do Instituto Federal do Ceará - Campus Fortaleza.



**Sandro César Silveira Jucá** é Doutor em Engenharia Elétrica (UFC) com pós-doutorado na Universidade de Cádiz-Espanha. É docente do IFCE e membro do corpo docente do ProfEPT (Mestrado em educação profissional e tecnológica em rede nacional) e do Mestrado Acadêmico em Energias Renováveis (PPGER). Pesquisa na área de Mecatrônica e Engenharia Elétrica, dentro dos seguintes temas: Energias Renováveis, Sistemas Embarcados, IoT, EaD, Robótica e Educação Profissional.



**Solonildo Almeida da Silva** é Doutor em Educação, com pós-doutorado pela Universidade Federal do Ceará (UFC), docente no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), coordenador do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) do IFCE e docente no Programa Associado de Pós-Graduação em Ensino e Formação Docente da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) e do IFCE (PPGEF UNILAB-IFCE).



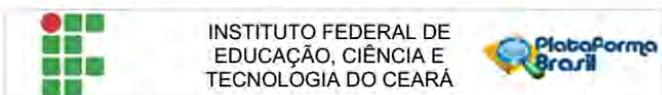
# APÊNDICE A – Roteiro de Entrevista

Questões:

1. Qual o período que estudou na instituição? (Quando? Quanto tempo passou na instituição? Que curso você fez? Concluiu o curso?)
2. Na época, como se chamava a instituição?
3. O que lhe motivou a escolher a Escola Técnica Federal?
4. E como era o cotidiano da escola? Você gostaria de falar um pouco sobre o período que foi aluno desta instituição?
5. Quais lembranças você tem do período que estudou na instituição? Algo lhe marcou durante esse período?
6. Houve mudanças na escola no tempo em que estudou lá? Se sim, como essas mudanças interferiram no cotidiano escolar?
7. No cotidiano escolar, você percebia alguma influência do cenário político vivido pelo país na época?
8. Qual contribuição a instituição teve em sua vida profissional e pessoal?
9. Qual a sua opinião sobre a instituição na atualidade?
10. Alguma lembrança ou narrativa que mereça ser contada, imortalizada?



# ANEXO A – Parecer Consubstanciado do CEP



## PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** História, memória e identidade: narrativas do processo histórico de criação e expansão do Instituto Federal do Ceará.

**Pesquisador:** FRANCINEUMA GUEDES CANDIDO

**Área Temática:**

**Versão:** 1

**CAAE:** 85808618.7.0000.5589

**Instituição Proponente:** INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DO CEARA

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 2.585.420

#### Apresentação do Projeto:

Projeto de pesquisa sobre a história, memória e identidade do Instituto Federal do Ceará. Trata-se de um estudo qualitativo, com abordagem histórica, que utilizará fontes bibliográficas, documentais e entrevistas.

#### Objetivo da Pesquisa:

O objetivo principal é elaborar uma plataforma online interativa, com dados históricos do Instituto Federal do Ceará, depoimentos de ex-alunos e servidores, bem como registros iconográficos. Os objetivos estão bem delimitados, incluindo o propósito de resguardar a memória da instituição a partir do método de "memória oral" adotado na pesquisa.

#### Avaliação dos Riscos e Benefícios:

São previstos desconfortos e constrangimentos subjetivos, além da possibilidade de aborrecimento pela duração das entrevistas, bem como de cansaço. Apresenta-se a opção do participante recusar-se a responder qualquer pergunta que lhe traga memórias desagradáveis. A pesquisa trará benefícios a partir do conhecimento gerado e das memórias documentadas.

#### Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A proposta da pesquisa é clara, exequível, e se utiliza de meios adequados para alcançar os objetivos apontados.

**Endereço:** Rua Jorge Dumar, nº 1703

**Bairro:** Jardim América

**UF:** CE

**Município:** FORTALEZA

**CEP:** 60.410-426

**Telefone:** (85)3401-2332

**E-mail:** cepi@ifce.edu.br



Continuação do Parecer: 2.585.420

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Todos os termos foram apresentados de maneira adequada.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

O protocolo não apresenta pendências ou inadequações éticas.

**Considerações Finais a critério do CEP:**

Enviar ao CEP, relatório ao final da pesquisa.

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BASICAS_DO_P ROJETO_1063286.pdf	16/03/2018 15:42:31		Aceito
Outros	Autorizacao_de_fiel_depositario.pdf	16/03/2018 13:38:08	FRANCINEUMA GUEDES CANDIDO	Aceito
Cronograma	Previsao_do_Cronograma_de_Execuca o.pdf	16/03/2018 13:37:44	FRANCINEUMA GUEDES CANDIDO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_de_Pesquisa_Francineuma_1.p df	16/03/2018 13:36:42	FRANCINEUMA GUEDES CANDIDO	Aceito
Outros	termo_de_fiel_depositano.pdf	14/03/2018 17:26:01	FRANCINEUMA GUEDES CANDIDO	Aceito
TCE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	termo_de_consentimento_livre_e_esclar eido_1.docx	14/03/2018 17:25:15	FRANCINEUMA GUEDES CANDIDO	Aceito
Declaração de Pesquisadores	declaracao_de_compromisso_de_apres entacao_dos_resultados.pdf	22/02/2018 18:27:03	FRANCINEUMA GUEDES CANDIDO	Aceito
Declaração de Pesquisadores	declaracao_de_garantia_de_regresso_d os_beneficios_da_pesquisa.pdf	22/02/2018 18:26:33	FRANCINEUMA GUEDES CANDIDO	Aceito
Orçamento	orcamento.pdf	22/02/2018 18:22:26	FRANCINEUMA GUEDES CANDIDO	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	termo_de_autorizacao_e_declaracao_de _infraestrutura.pdf	22/02/2018 18:21:37	FRANCINEUMA GUEDES CANDIDO	Aceito
Folha de Rosto	folha_de_rosto.pdf	22/02/2018 18:15:38	FRANCINEUMA GUEDES CANDIDO	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

Endereço: Rua Jorge Dumar, nº 1703

Bairro: Jardim América

CEP: 60.410-426

UF: CE Município: FORTALEZA

Telefone: (85)3401-2332

E-mail: cep@ifos.edu.br



INSTITUTO FEDERAL DE  
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E  
TECNOLOGIA DO CEARÁ



Continuação do Parecer: 2.585.420

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

FORTALEZA, 06 de Abril de 2018

---

**Assinado por:**

**Arinilson Moreira Chaves Lima**  
(Coordenador)

**Endereço:** Rua Jorge Dumar, nº 1703

**Bairro:** Jardim América

**UF:** CE

**Município:** FORTALEZA

**CEP:** 60.410-426

**Telefone:** (85)3401-2332

**E-mail:** cep@ifce.edu.br

Página 03 de 03

# **ANEXO B – Modelo do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)**

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**  
**História, memória e identidade: narrativas do processo histórico de criação e expansão do Instituto Federal do Ceará.**

**Francineuma Guedes Candido**

Você está sendo convidado a participar como voluntário de uma pesquisa. Este documento, chamado Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, visa assegurar seus direitos como participante e é elaborado em duas vias, uma que deverá ficar com você e outra com o pesquisador.

Por favor, leia com atenção e calma, aproveitando para esclarecer suas dúvidas. Se houver perguntas antes ou mesmo depois de assiná-lo, você poderá esclarecê-las com o pesquisador. Se preferir, pode levar este Termo para casa e consultar seus familiares ou outras pessoas antes de decidir participar. Não haverá nenhum tipo de penalização ou prejuízo se você não aceitar participar ou retirar sua autorização em qualquer momento.

## **Justificativa e objetivos:**

A Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica como conhecemos hoje, é resultado de uma série de mudanças ocorridas ao longo do tempo. Consideradas todas essas mudanças, que acompanharam o crescimento e expansão da rede, desde a implantação das Escolas de Aprendizizes e Artífices em 2009 até a criação dos Institutos Federais

em 2008, é importante compreender como essas mudanças se concretizaram no interior da instituição e como influenciaram na construção de sua identidade. Portanto, o presente projeto tem como objetivo central elaborar uma plataforma *online* interativa com dados históricos, a fim de resgatar a história da instituição e trazer ao conhecimento de todos as memórias, fotos, lembranças e arquivos guardados com zelo e saudosismo por aqueles que ajudaram a construir a história do IFCE.

### **Procedimentos:**

Sua participação nesta pesquisa consistirá em conceder uma entrevista com perguntas abertas e fechadas. A entrevista durará, aproximadamente, 30 minutos. Eu irei lhe fazer perguntas sobre o período que estudou/trabalhou no Instituto Federal do Ceará, e sobre as suas lembranças dessa época. Eventualmente, a entrevista poderá ser gravada em áudio ou vídeo, tendo para isso que firmar termo de autorização específico para uso de voz e imagem.

### **Desconfortos e riscos:**

Você não deve participar deste estudo caso não se sinta confortável para responder questionamentos sobre o período que estudou/trabalhou na instituição. A entrevista demandará um tempo de aproximadamente 30 minutos, o que pode vir a provocar um certo desconforto, aborrecimento ou cansaço pelo tempo exigido para que se responda às indagações.

Trata-se de um risco mínimo e para tentar minimizar esses possíveis desconfortos, procuraremos garantir que a entrevista seja realizada em local reservado e deixar claro que você tem liberdade para não responder

questões que considerar constrangedoras, ou que venham a suscitar memórias desagradáveis.

### **Benefícios:**

Dada a natureza da construção do conhecimento científico, é importante esclarecer que você não terá benefício direto imediato, mas indiretamente você contribuirá para a compreensão do fenômeno estudado e para a produção de conhecimento científico. O conhecimento gerado a partir de sua colaboração poderá trazer benefícios à sociedade, uma vez que o resultado do estudo ficará disponível numa plataforma *online* de acesso público e irrestrito.

### **Sigilo e privacidade:**

Você tem a garantia de que sua identidade será mantida em sigilo e nenhuma informação será dada a outras pessoas que não façam parte da equipe de pesquisadores. Na divulgação dos resultados desse estudo, seu nome não será citado, caso não autorize.

### **Ressarcimento e Indenização:**

Você terá a garantia ao direito a indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa.

### **Contato:**

Em caso de dúvidas sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com a pesquisadora Francineuma Guedes Candido, através do e-mail: [guedesfrancineuma@gmail.com](mailto:guedesfrancineuma@gmail.com), telefone: (88) 99227-2858, endereço profissional: Avenida Treze de Maio, 2081, Benfica, Fortaleza – Ce.

Em caso de denúncias ou reclamações sobre sua participação e sobre questões éticas do estudo, você poderá entrar em contato com a secretaria do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do IFCE das 08:00hs às 12:00hs e das 13:00hs as 17:00hs na IFCE Campus Fortaleza - R. Jorge Dumar, 1703 - Jardim América, Fortaleza - CE, 60410-426; fone (85) 34012332 e-mail: cep@ifce.edu.br

Autorização sobre o uso da imagem e áudio:

( ) Concordo em participar da pesquisa, autorizando somente a gravação do áudio das entrevistas (ou depoimentos), desde que este não seja divulgado, restringindo a sua utilização para fins de estudo e análise de dados deste trabalho.

( ) Concordo em participar da pesquisa, autorizando a gravação do vídeo das entrevistas (ou depoimento), desde que este não seja divulgado, restringindo a sua utilização para fins de estudo e análise de dados deste trabalho.

( ) Concordo em participar da pesquisa, autorizando a gravação do meu depoimento em áudio. Ao mesmo tempo, autorizo a utilização do áudio dos depoimentos para fins científicos, de estudos e divulgação da memória do IFCE (livros, construção de websites, artigos, slides), em favor dos pesquisadores, acima especificados, sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes.

( ) Concordo em participar da pesquisa, autorizando a gravação do meu depoimento em áudio e vídeo. Ao mesmo tempo, autorizo a utilização destas imagens, áudio e depoimentos para fins científicos, de estudos e divulgação da memória do IFCE (livros, construção de websites, artigos, slides), em favor dos pesquisadores, acima especificados, sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes.

## Consentimento livre e esclarecido:

Após ter recebido esclarecimentos sobre a natureza da pesquisa, seus objetivos, métodos, benefícios previstos, potenciais riscos e o incômodo que esta possa acarretar, aceito participar e declaro estar recebendo uma via original deste documento assinada pelo pesquisador e por mim, tendo todas as folhas por nós rubricadas:

Nome do(a) participante:

---

Contato telefônico (opcional):

---

e-mail (opcional):

---

(Assinatura do participante ou nome e assinatura do seu RESPONSÁVEL LEGAL)

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

### Responsabilidade do Pesquisador:

Asseguo ter cumprido as exigências da resolução 466/2012 CNS/MS e complementares na elaboração do protocolo e na obtenção deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Asseguo, também, ter explicado e fornecido uma via deste documento ao participante. Informo que o estudo foi aprovado pelo CEP perante o qual o projeto foi apresentado. Comprometo-me a utilizar o material e os dados obtidos nesta pesquisa exclusivamente para as finalidades previstas neste documento ou conforme o consentimento dado pelo participante.

Nome do(a) pesquisador(a):

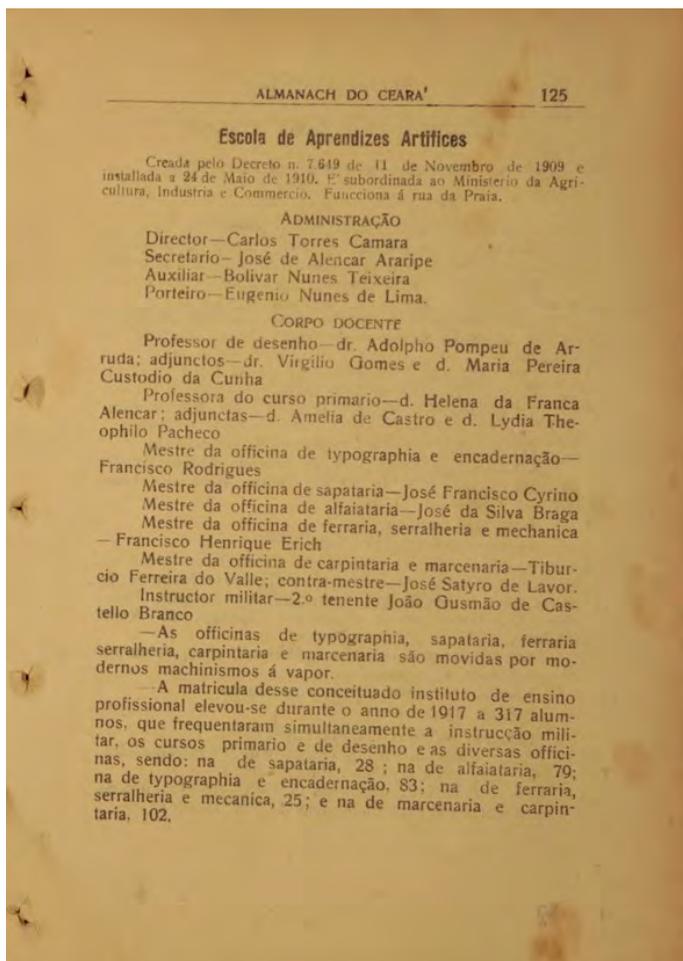
Francineuma Guedes Candido

---

[Assinatura do(a) pesquisador(a)]

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

# ANEXO C – Administração e Corpo Docente da EAA do Ceará no Ano de 1917



Fonte: Almanach estatístico, administrativo, mercantil, industrial e literário do estado do Ceará (1918)

# ANEXO D – Equipe Administrativa da EAA em 1937

212

ALMANAQUE DO CEARÁ

## Ensino Profissional

### ESCOLA DE APRENDIZES ARTIFICES

Criada pelo Decreto n. 7.649, de 11 de Novembro de 1909 e instalada a 24 de Maio de 1910. É subordinada ao Ministerio da Educação e Saúde Publica. Funciona no prédio da extinta Escola de Aprendizes Marinheiros, no bairro de Jacarecanga.

**Diretor** — bel. Carlos Torres Camara.

**Eserituario:** — José de Alencar Araripe. **Porteiro:** — Mario Carlos da Silva. **Auxiliar-dattlografo:** — Lelio Paiva Pamplona. **Inspetor de alunos:** — Severino Pereira da Silva. **Serventes:** — Bolivar Nunes Teixeira e Antonio Moreira Rodrigues.

**Professor de desenho:** — bel. Adolfo Pompeu de Arruda; **adjuntos:** — Maria Pereira Custodia da Cunha, Carmen Freire e Vicente Pompeu de Arruda. **Professora do Curso Primario:** — Helena de Alencar Alcantara; **adjuntos:** — Lidia Teofilo Pacheco, Ilná Araripe Barbosa, Judite de Vasconcelos Carmo, Evendina Camurça e Estela de Castro.

**Mestre da Secção de Artes Graficas:** — Jorge Raupp; **Contra-mestre:** — Antonio Siqueira Campos. **Mestre da Secção de Feitura de Vestuario:** — José da Silva Braga; **Contra-mestre:** — Francisco de Sousa. **Mestre da Secção de Trabalhos de Metal:** — Francisco Henrique Ehrich; **Contra-mestre:** — Antonio Coelho da Silva. **Mestre da Secção de Trabalhos de Madeira:** — Tiburcio Ferreira do Vale; **Contra-mestre:** — João de Moura e Raimundo Lopes Carneiro.

### COLEGIOS NA CAPITAL

Escola de Comercio Fenix Caixastral	Rua Guilherme Rocha,	498
Escola de Dattlografia "Remington"	" 24 de Maio,	180
Escola de Musica Carlos Gomes	" Senador Pompeu,	954
A Melodia	" Guilherme Rocha	285
Escola dos Mercceiros	" Major Facundo,	1141
Escola Mixta do Centro dos Inquilinos	" Floriano Peixoto,	133
Escola Pinto Machado	" Tristão Gonçalves,	1008
Colegio Sta. Cecilia	Bemfica,	2354
Colegio St. Irineu	Preça dos Voluntarios,	706
Colegio Sta. Tereza	Avd. Jim. Tavora,	1142
Colegio Tres de Outubro	Rua Gal. Sampaio,	421

Fonte: Almanach estatístico, administrativo, mercantil, industrial e literário do estado do Ceará (1937)





Composto e Impresso no Brasil  
Impressão Sob Demanda

21 2236-0844  
[www.podeditora.com.br](http://www.podeditora.com.br)  
[atendimento@podeditora.com.br](mailto:atendimento@podeditora.com.br)

**2020**